

Informe econômico

Publicação do Curso de Ciências Econômicas/UFPI

Ano 13, n. 27

abr. 2012

2 A atividade política de combate à inflação: as políticas públicas de regime de metas e banco central independente como um retrocesso social

Samuel Costa Filho

12 O ideário maçônico e as utopias da modernidade

Teresinha Queiroz

16 O direito humano à comunicação nas políticas públicas: reflexões sobre a experiência brasileira

Maria Helena Almeida de Oliveira e Solimar Oliveira Lima

25 Bonapartismo, bismarckismo e emprego público

Francisco Pereira de Farias

26 As seguranças afiançadas na política de assistência social: algumas reflexões sobre o papel da assistência social no contexto contemporâneo

Teresa Cristina Moura Costa e Maria D'Alva Macedo Ferreira

32 Desenvolvimento do Piauí: projetos estruturantes

Pádua Ramos

42 Ideias e intelectuais na vida pública: Raimundo Nonato Monteiro de Santana

Washington Luis de Sousa Bonfim

48 Concepções de Hegel e Marx da teoria do Estado e da sociedade civil

Enoisa Veras

50 Resenha - Gramsci e as relações internacionais: imanência, aplicação ou tradução

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

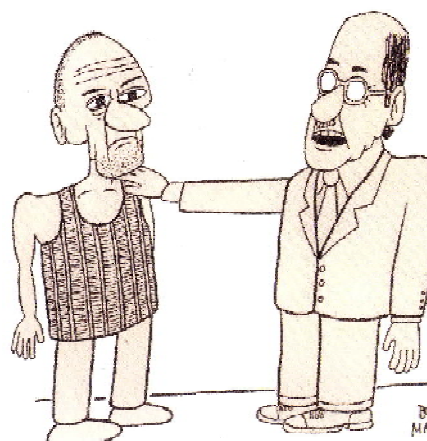
Resistência

O Informe Econômico avança para responder a necessidades de seu tempo. Avançamos na forma de apresentação dos artigos, porque visamos a celebração dos nossos 15 anos com maior posição no estrato de qualificação do sistema quallis periódico nacional; medida necessária, haja vista que o nosso Informe tornou-se uma referência de produção para os Programas de Pós-Graduação do Centro de Ciências Humanas e Letras, da UFPI, bem como de outras IES. E avançamos ainda mais na divulgação da pluralidade de ideias que deve nortear a construção do conhecimento na universidade - avanço que ratifica a principal marca do Informe e se constitui, cada vez mais, um desafio para o enfrentamento das tentativas contemporâneas de homogeneização do pensamento social.

A engenharia desenvolvida para levar a público um número do Informe exige perseverança. Ainda que pesem reiteradas adversidades, permanece o firme propósito de estimular a produção com responsabilidade e compromisso frente à realidade, do passado e do presente. O incentivo a pesquisadores iniciantes, a contribuição daqueles com maturidade intelectual e a apresentação de reflexões novas sobre diferentes temas aprimoram o processo de trabalho da equipe de editoração e a qualidade da publicação. Assim fazemos o Informe Econômico e é assim que construímos a sua história. E com ela a nossa História.

Prof. Solimar Oliveira Lima
Coord. do Projeto de Extensão Informe Econômico

NÃO SE DEIXE ABATER
PELAS ADVERSIDADES, MEU RAPAZ.
O IMPORTANTE É ARREGAÇAR
AS MANGAS E PARTIR
PRA LUTA.



“A primeira obra estruturante do estado do Piauí foi criada por Deus: o Rio Parnaíba [...] 1.344 km de rio. Aos cearenses Deus não deu um rio como o Rio Parnaíba; deu-lhes o Rio Jaguaribe, rio seco, com 610 km de extensão; 45% da extensão do Rio Parnaíba.” (Pádua Ramos, p. 37).

A ATIVIDADE POLÍTICA DE COMBATE À INFLAÇÃO: as políticas públicas de regime de metas e banco central independente como um retrocesso social

Por Samuel Costa Filho*

Resumo: o artigo trata da política econômica do Estado brasileiro no combate à inflação como um retrocesso social, como política pública em favor dos “bem de vida” e do pessoal ligado ao setor financeiro - política “racional” de banco central independente e decisão “técnica” de metas de inflação - que aparece em total oposição às políticas públicas propostas pela Constituição de 1988, que visavam viabilizar uma sociedade com mais justiça e direitos para brasileiros. Inicialmente, aborda as políticas públicas no Brasil, usando o método dialético; na sequência, busca mostrar a aparência técnica da atuação do Banco Central do Brasil e na política monetária de combate à inflação; e aborda a essência dessa política de metas, ressaltando as questões de interesse, de poder, de ganhadores, e como o mercado financeiro controla o Estado brasileiro.

Palavras-chave: Políticas públicas. Política econômica. Metas de inflação. Banco central independente. Poder econômico e social.

1 Introdução

A sociedade capitalista apresenta a competição como forma de interação social, de forma que a atividade política aparece como parte constitutiva essencial da vida desta sociedade. Na arena política, o Estado atua procurando controlar e manter os conflitos dentro de limites administráveis, objetivando criar consenso, normas, valores e meios para obter solução pacífica para a manutenção do convívio social.

Nessa realidade capitalista, a política pública é apresentada como um elemento racional e neutro de escolha de alternativas pelo Estado, procurando atender e resolver pacificamente os conflitos e as questões que surgem no âmbito social, e representa uma decisão, ou não, tomada por agente governamental, baseada no poder imperativo e soberano que goza o Estado sobre a sociedade como um todo. No entanto, como atividade política para resolução pacífica de questões essenciais à vida da sociedade, a política pública irá produzir efeitos que influem na vida dos cidadãos, em grupos de interesses, em movimentos sociais, levando a embate em torno de interesses e de ideias, não sendo, portanto, neutra, e existindo ganhadores. Assim, políticas públicas ocorrem em

ambiente com alta densidade política, marcado por relações de poder entre os diferentes atores do Estado e da sociedade, entre políticos e burocratas e até entre o nível nacional e internacional.

No capitalismo, embora as relações básicas compreendam o capital e o trabalho, o sistema é formado por um universo extremamente amplo e diversificado de atores que apresentam capacidades de mobilização e ação voltadas para a defesa de seus interesses em diferentes níveis de poder, o que faz grande diferença no processo de tomada de decisão nas políticas públicas. Acrescente-se que ganhadores, a maneira como e por que algum grupo vence, que diferença faz esta vitória são questões essenciais para a política pública. Assim, uma escolha burocrática de política pública não apresenta o conjunto de opções que existem para alcançar determinado objetivo, muito menos o que a sociedade renuncia para obter o resultado escolhido. O governo brasileiro, desde 1990, optou por seguir políticas econômicas ortodoxas e, de 2000 em diante, a política econômica apresenta um rigor macroeconômico que objetiva honrar a dívida pública e combater a inflação, com elevado custo social e econômico.

Destarte, o objetivo deste artigo é apresentar o

jogo de interesses e poder que está contido na política pública da área econômica de banco central independente, com a política de metas de inflação dita “neutra”, “técnica” e “transparente”, que se caracteriza como um retrocesso social, em favor dos “bem de vida” e do pessoal ligado ao setor financeiro. Para tanto, além desta introdução e da conclusão, o item seguinte, mediante o método dialético, aborda as políticas públicas no Brasil; na seqüência, busca mostrar a aparência técnica da atuação do Banco Central do Brasil (Bacen) e na política monetária de combate a inflação; em seguida, aborda a essência dessa política de metas - ressaltando as questões de interesse, de poder, de ganhadores que estão embutidas nessa política pública - e como o mercado financeiro controla o Estado brasileiro.

2 Políticas públicas no Brasil

No Brasil, as políticas públicas, tanto no campo econômico como na área social, apresentam como características fragmentação, descontinuidade, competição interburocrática, falta de racionalidade, com ações pensadas prioritariamente de cima para baixo, pelo lado da oferta e raramente efetivadas considerando as demandas da sociedade e dos cidadãos. Autoritarismo e centralização também são características das políticas públicas brasileiras até o passado recente (MELO, 1998).

Dentre as diversas políticas públicas do Estado no Brasil sempre predominou a hegemonia da política econômica governamental, quer na questão da dívida externa, da dívida interna, quer do crescimento econômico, do combate à inflação, relegando a política social a um papel subsidiário, subordinado e secundário, destinado somente a corrigir as deficiências do sistema econômico brasileiro. Este modelo revela ainda a ocorrência de ações dispersas entre programas, agravando a questão da desarticulação que existe entre as políticas públicas responsáveis pelo futuro do País.

Esse processo de centralização das políticas públicas em nível federal é histórico. Até o final dos anos 1970, predominava a centralização decisória e financeira no âmbito da União, não havendo articulação entre Estado e sociedade. A sociedade civil era excluída do processo de formulação, implementação e controle de programas e ações governamentais. Na década de 1980, teve início o processo de redemocratização do País - com a participação de diversos agentes, movimentos sociais, além de diversas categorias, reivindicando

políticas públicas específicas - concomitantemente ao início de um processo de descentralização. A Constituição de 1988 construiu um modelo de sociedade civil que mostrava o desejo da sociedade brasileira de construir um arranjo social e econômico mais justo, democrático e menos desigual. Delfim Netto (2011, p. 1) entendeu bem este modelo, a ponto de expressar que se tratava de

Um processo de construção paulatina de uma sociedade razoavelmente justa que amplie, continuamente, a igualdade de oportunidade para todo o cidadão pela universalização gratuita do direito à saúde e à educação, sem distinção de qualquer natureza (origem, etnia, religião, etc.). Trata-se de um projeto grandioso (envolvendo uma necessária dose de utopia) que vale a pena perseguir.

Assim, nos anos de 1990, houve a disseminação de mecanismos institucionais objetivando articular o Estado e a sociedade civil no sentido de garantir e construir uma nova modalidade de solidariedade social nas políticas públicas. O processo de descentralização que se iniciou incorporou a redistribuição de poder mediante novas modalidades de arranjos decisórios e novos padrões de acesso aos serviços públicos, novas formas de gestão nas organizações estatais, rompendo com os procedimentos burocratizantes e excessivamente hierarquizados dos processos de decisão pública. Na área social, novas esferas de participação e negociação com cidadãos envolvidos nas políticas públicas procuraram fortalecer o exercício da cidadania.

Entretanto, todo esse processo de descentralização não ocorreu de forma homogênea, deu-se com diferenciação no grau de descentralização entre as diversas políticas públicas e entre os diferentes níveis de governo, o qual criou um arcabouço institucional com preocupações com a eficiência, eficácia e efetividade, estabelecendo vínculos de parcerias entre União, estados e municípios, criando certa corresponsabilização pelas políticas públicas e seus resultados (RUA, 2009).

A prática inovadora de inclusão dos cidadãos no processo de políticas públicas deu-se com a participação de movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs), comunidades organizadas, organizações e sindicatos empresariais e de trabalhadores. A política pública seguida pelo Estado brasileiro incorporou e disseminou o envolvimento da sociedade e dos

cidadãos na representação dos interesses coletivos e na cena política, e foi criando um canal de comunicação para ressonância das demandas da sociedade, expressando a formação de um mecanismo de *accountability societal* (controle público sobre a ação do Estado). Contudo, no campo econômico, a complexidade dos problemas, por exigir uma capacidade técnica dos agentes, tem mantido a sociedade civil organizada à margem, sem condições e incapaz de exercer influência sobre as decisões do sistema político, sobre os burocratas públicos em diferentes instâncias do setor público brasileiro. O Bacen, no período recente, passou a dispor de elevado grau de autonomia e independência funcional, elevando o nível de centralização, o processo de burocratização e a formação de novos contornos de decisões, com regras restritas a um grupo de atores encarregados da gerência de estratégia que, supostamente, beneficia toda a sociedade.

O objetivo da política pública econômica ortodoxa é o combate à inflação, a luta contra o aumento dos preços, a eliminação do dragão inflacionário. Porém, apresentada como uma escolha racional e técnica por parte dos burocratas do Bacen, a sociedade brasileira não possui informação correta e completa sobre as alternativas de políticas públicas existentes e, muito menos, sobre como agir para que os agentes econômicos possam participar e pressionar, optar e hierarquizar adequadamente as suas preferências, influenciando na decisão e alternativas do Bacen.

Os neoliberais, por sua vez, apresentam-se como “economistas” imparciais, competentes na defesa do interesse do cidadão, fazendo grande alarde sobre a questão da inflação e de seu combate. Estes economistas ortodoxos, ideólogos da burguesia, afirmam ser cientistas e técnicos neutros e imparciais, pois tratam de revelar as leis naturais e universais da economia - leis supra-históricas e eternas que não dependem do juízo de valor dos economistas. A teoria econômica *mainstream* advoga utilizar como fundamento os significados de uma economia positiva sem qualquer contaminação de posição ética ou ideológica, deixando para a economia normativa as discussões, os critérios e as recomendações de política econômica, impregnadas de juízos de valor. Nesse período neoliberal ocorreu um domínio desses teóricos das finanças, dos economistas financeiros, desenvolvendo com elegância e aparente utilidade novas teorias que propiciam aos

seus criadores receber uma sequência de prêmios Nobel.

O objetivo principal dessa política econômica passou a ser perseguir uma meta de inflação baixíssima, tendendo a zero, pois, quanto mais baixa a inflação, maiores seriam as condições para o crescimento do País. Os brasileiros, que sabem como ninguém como a inflação representa uma espécie de roubo, uma tributação camuflada, um imposto compulsório que penaliza justamente os indivíduos que têm renda fixa, como os assalariados, os pensionistas, os aposentados - justamente os grupos mais vulneráveis da população - aderiram incondicionalmente a essa política.

O regime de metas de inflação é uma política pública que busca produzir consenso em torno da solução da inflação. A justificativa se apoia no modelo de política racional, que tem o objetivo do cumprimento mais eficiente de metas de inflação. Nesse modelo, os tomadores de decisão conhecem todas as preferências e valores da sociedade, de modo a estar em condições de selecionar a alternativa política mais eficiente, que, no interior do Bacen, no Comitê de Política Monetária (Copom), é baseada em considerações e cálculos de quem acredita possuir todas as informações e alternativas, saber todos os custos e consequências das distintas opções, e assumindo que o resultado dessas decisões será ótimo.

3 O banco central independente e o regime de metas de inflação como um ritual técnico do capital financeiro

Embora a política pública do Estado na área monetária possua vários objetivos, tais como manutenção de um elevado nível de atividade econômica, uma política que assegure uma baixa taxa de desemprego e a manutenção de um sistema financeiro estável, a opção do governo brasileiro resume-se ao combate à inflação. O destaque nas manchetes dos jornais e nas redes de televisão sobre os números da execução fiscal e monetária do governo brasileiro viabilizou o consenso de apoio à manutenção da solução ortodoxa na economia brasileira.

O regime de metas de inflação está baseado no pressuposto teórico monetarista e, principalmente, novo-clássico, de que a política monetária não afeta as variáveis reais da economia, como o nível de emprego e o produto, devendo, a política monetária, apresentar o objetivo explícito de apenas manter

uma taxa de inflação baixa e estável. Em sua versão mais flexível, essa teoria admite que, além do compromisso institucional da busca de estabilidade permanente dos preços, a política monetária pode procurar manter o produto corrente em níveis próximos da taxa potencial de crescimento sem violar a política de estabilidade de preços (CARVALHO et al, 2007).

Esse regime propõe uma meta de crescimento para um determinado índice de preços escolhido e anunciado pelo governo que deve ser perseguida via política monetária pelo Bacen. Com este fim, o Bacen tem um período de tempo, que pode ser de um ano ou mais, para alcançar a meta de inflação (como um ponto ou dentro de uma banda, ou seja, entre um limite mínimo e um nível máximo de inflação). O instrumento da taxa de juros de curto prazo é o elemento principal a ser utilizado, devendo ser calibrado para fazer com que a inflação tenda para a meta estabelecida.

A existência de um banco central independente representa requisito fundamental, sinaliza maior comprometimento da autoridade monetária e reforça a credibilidade da política de combate à inflação. Nessa linha, os defensores da política de metas afirmam que o banco central deve aprimorar o sistema de comunicação com o público, o setor empresarial e os mercados, prestando contas, proporcionando disciplina e transparência sobre essa política monetária para adquirir a necessária credibilidade na condução da política monetária.

Os argumentos em defesa de um banco central independente surgiram na literatura econômica depois da década de 1970, período em que, pela primeira vez, importantes economias desenvolvidas apresentaram taxas de inflação na casa dos dois dígitos. Esta tese significa a delegação de autonomia para o banco central realizar política monetária sem interferência do governo e, acima de tudo, que o banco central deve dispor de independência para perseguir a política de estabilidade de preços, mesmo que à custa de sacrificar o crescimento econômico, de elevar o nível de desemprego ou de outros objetivos finais de política que sejam mais importantes para as autoridades do governo. O banco central independente passou a possuir a tarefa estatutária única de ser o guardião da estabilidade do poder de compra da moeda. Essa independência representa a plena liberdade de ação para as autoridades monetárias combater a inflação com respaldo e apoio da sociedade, dado pelo trinômio

credibilidade-reputação-delegação.

Ao adotar regras e metas na política monetária, o banco central adquire maior credibilidade junto à sociedade, mostrando não atuar como órgão político do governo e de interesses políticos, com atitudes que elevam a sua reputação perante os agentes privados. Esta reputação significa maior confiança dos agentes privados nos dirigentes do banco central, por seu comportamento técnico e neutro. Devido à reputação adquirida pelas autoridades monetárias, os custos da política de combate à inflação serão nulos em termos de sacrificios de perda de emprego e redução do crescimento econômico. Desse modo, o objetivo de delegar a política monetária a um banco central independente que procure manter sua reputação, credibilidade nas ações, pode manter a inflação sob controle e reduzir a oscilação do crescimento do produto.

Nova Zelândia (1990), Chile (1991), Reino Unido (1992), Israel (1993), Finlândia (1993), Suécia (1993) e Austrália (1993) foram os primeiros países a adotar o regime de metas de inflação. No final dos anos 1990, a Polônia (1998), a República Tcheca (1998), o Brasil (1999), o México (1999) e a Colômbia (1999) também aderiram ao regime (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2005).

No Brasil, em junho de 1996 foi instituído o Copom, com o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária, definir a taxa de juros e manipular a liquidez econômica por meio dos instrumentos de política monetária. O Copom, segundo afirma o Bacen (2011), tem o objetivo de proporcionar maior transparência, comunicação, e criar um ritual técnico adequado ao processo decisório, semelhante a práticas adotadas por outras autoridades monetárias ao redor do mundo, facilitando a comunicação com o público em geral. Esse comitê de política monetária já passou por uma série de alterações ao longo do tempo, não somente no que diz respeito aos seus objetivos, mas também no que se refere à periodicidade das reuniões, composição, atribuições e competências de seus integrantes, para adequá-lo às mudanças de regime de metas monetário.

Em junho de 1999, o Bacen adotou o sistema de metas para a inflação como diretriz de política monetária, passando as decisões do Copom a ter como objetivo cumprir a meta para a inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Formalmente, consoante o Bacen (2011), o Copom apresenta como objetivos a implementação da

política monetária, definindo a taxa de juros Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) [taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, que vigora por todo o período entre as reuniões do Copom] com ou sem eventual viés de alta ou de baixa; viés este que significa a prerrogativa do presidente do Bacen para alterar a direção da taxa Selic a qualquer momento entre as reuniões ordinárias. Se a meta estabelecida não for atingida no prazo, o presidente do Bacen é obrigado a divulgar em carta aberta ao ministro da Fazenda os motivos do descumprimento da meta, bem como as providências adotadas e o prazo que será necessário para trazer a taxa de inflação ao limite estabelecido.

O ritual do Copom no primeiro dia de reuniões é reservado para a apresentação da análise da conjuntura da economia brasileira, pelos chefes de departamento e pelo gerente executivo do Bacen. Os temas abordados compreendem nível de atividade, evolução dos agregados monetários, finanças públicas, balanço de pagamentos, economia internacional, mercado de câmbio, reservas internacionais, mercado monetário, operações de mercado aberto, avaliação prospectiva das tendências da inflação e expectativas gerais para variáveis macroeconômicas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011).

No segundo dia da reunião, após análise das projeções atualizadas para a inflação, os burocratas apresentam alternativas para a taxa de juros de curto prazo e fazem recomendações acerca da política monetária. Em seguida, os membros do Copom fazem suas ponderações e apresentam eventuais propostas alternativas. Ao final, procede-se à votação das propostas, buscando-se, sempre que possível, o consenso. A decisão final da meta para a Selic e o viés - se houver - são imediatamente divulgados à imprensa, ao mesmo tempo em que é expedido comunicado através do sistema de informações do Bacen. As atas das reuniões do Copom são divulgadas às 8h30min da quinta-feira da semana posterior a cada reunião, dentro do prazo regulamentar de seis dias úteis. Ao final de cada trimestre, o Copom publica em português e em inglês um documento denominado "Relatório de inflação", o qual apresenta detalhadamente a análise da conjuntura econômica e financeira do Brasil, como também as projeções para a taxa de inflação.

Os economistas ortodoxos passaram a afirmar

que o trio regime de metas de inflação, câmbio fluante e metas de superávit primário é o principal responsável pela performance da economia brasileira no período recente. Entre 2003 e 2006, o regime de metas teria levado a uma rápida redução da taxa de inflação, que passou de 12,53% para 3,14%, sem custos e sacrifícios do nível de crescimento do produto, estando, desta forma, o regime de metas acima de críticas e devendo ser preservado pelos próximos governos (OREIRO, 2009).

4 O banco central independente e o regime de metas de inflação como ideologia a serviço do capital financeiro

Day (apud SOUZA, 2006, p. 24) afirma que uma política pública representa "o que o governo escolhe fazer ou não fazer". Porém, Silva (2009) utiliza um conceito mais abrangente, que revela que as políticas públicas tratam de temas que mexem e têm repercussões nos sujeitos políticos, nos espaços de luta social e nos direitos. Por se tratar de um processo em movimento no interior da sociedade,

[...] as políticas públicas são consideradas espaço de lutas sociais e conquistas de cidadania, cidadania no sentido pleno do termo. Constituída por direitos universais que garantam estatuto civil, político e social a todos os cidadãos de um determinado país (SILVA, 2009, p. 11).

Nesse processo de políticas públicas, os sujeitos que compõem a estrutura social de determinada formação econômico-social orientam-se para a defesa de seus interesses, mobilizando recursos, tempo e poder, na procura de criar, manter ou influenciar os tipos de políticas e seu benefício. Nessa linha e com esse objetivo, o setor financeiro e a classe rentista são mestres e aparecem como uma classe rica e poderosa. Nos últimos 30 anos, construíram um regime dominado pelo rentismo, que privilegia seus interesses à custa da economia real.

No início dos anos 1970, o poder político nos Estados Unidos da América (EUA) voltou novamente para as mãos do sistema financeiro. Este sistema forçou o desmonte de toda a estrutura de regulação criada devido à crise dos anos 1930 e que tinha o objetivo de proteger o sistema capitalista de nova derrocada financeira. O mercado financeiro, que tem a capacidade de misturar riqueza e poder à custa da humanidade, manipulou leis, prescreveu e criou novos instrumentos para seus negócios. Nessas últimas quatro décadas, foram criados e desenvolvidos aparelhos sofisticados e instrumentos financeiros por profissionais e

economistas do *mainstream*, arregimentados pelo capital através de régios prêmios, elevados pagamentos, bolsas, subsídios e, também, atração de graduados nos países da periferia com o oferecimento de estágios, bolsas e cursos nas universidades das nações mais desenvolvidas.

Por trás desses interesses estava a bandeira do liberalismo, assentada em rigorosos programas de matematização da economia, derivado de abstrações com elevada simplificação da realidade, retirando da análise econômica, em sua maior parte, o conteúdo social, político e histórico e desenvolvendo projetos de lucro privado de caráter individual (KESTELBOIM, 2011). Nessa linha, nas últimas cinco décadas, os economistas da ortodoxia acadêmica construíram e refinaram modelos matemáticos e financeiros cada vez mais inúteis sobre o funcionamento da economia capitalista, aplicando em diversos países (modelos estes que servem de respaldo e que são utilizados pelos *policy makers* para comandar a economia mundial, respaldando também a tese de banco central independente e a política de metas de inflação).

Os representantes do capital financeiro estabeleceram uma estratégia que gerou um consenso no interior da sociedade, ganhou a opinião pública e abafou o debate na sociedade, encobrindo quem ganha e quem perde com a política econômica. Nesse campo de disputas política e ideológica, o *establishment* recorreu aos ditames do Consenso de Washington para lhes dar sustentação teórica. O setor financista, que se beneficiou desse modelo, ressuscitou o mito das soluções de mercado, procurando minar e desacreditar as propostas alternativas, dispondo de acesso privilegiado aos grandes meios de comunicação, buscando também desqualificar os adversários, preservando seus interesses, e contando ainda com a boa vontade de setores do governo.

A bandeira da política econômica neoliberal, caracterizada pelas regras de mercado, passou a dominar o debate na imprensa e a influenciar a cultura e a administração pública, despolitizando a sociedade e exacerbando o consumismo, promovendo o ocultamento das relações de força, desenvolvendo o individualismo e desprestigiando o papel do Estado, em um processo de ocultamento das relações de poder. A liberalização da natureza humana da cobiça e da inveja, característica mais típica do pessoal das finanças, dos banqueiros, dos mandarins corporativos e dos dirigentes dos

principais partidos políticos, foi estimulada no interesse do capital financeiro (HEDGES, 2011).

A direita política converteu-se em representante dos interesses da classe rentista, dos credores, dos portadores de títulos e bônus, dos que vivem de empréstimo, ou seja, das pessoas que apresentam um estilo de vida em total contraste com aqueles que ganham a vida produzindo coisas. Os agentes financeiros privados passaram a ganhar fortunas com a política monetária realizada pelo Estado, que atendia à demanda de pequeno grupo - setor financeiro -, em nome de estar atendendo às reivindicações da sociedade como um todo - o combate à inflação (KRUGMAN, 2011).

A economia brasileira adota essa política pública, que impede a economia crescer de forma sustentável e apresentar baixa taxa de inflação, equilíbrio nas contas internas e externas e adequada distribuição de renda. O regime de metas brasileiro adota a maior taxa real de juros do mundo, sem nenhuma base teórica nem evidência empírica para tão elevada taxa de juros, a não ser a política de excessivo conservadorismo do Bacen e a capitulação do governo ao mercado financeiro. Essa política causa enormes danos e males. A economia brasileira passa por um momento favorável, mas ilusório, pois cresce sem o investimento estar crescendo; e sendo este crescimento assentado no consumo, turbinado pelo crédito fácil, caro e rápido, como, também, devido à situação excepcional dos preços das *commodities* no mercado internacional.

A supremacia da lógica financeira dos últimos anos é caracterizada pela opção e prática da ganância imediatista e oposta ao interesse econômico e social das políticas públicas de longo prazo que beneficiam a sociedade. Este fato, sobretudo, decorre da falta de representação político-partidária dos interesses da população trabalhadora no País. Emergem conflitos entre as políticas públicas na órbita econômica, concentradora, e a política pública de base social, que procura transformar a sociedade em uma sociedade melhor e mais humana. O modelo dificulta a luta contra a elevada desigualdade social que existe entre os ricos e poderosos e a classe trabalhadora, os pobres, os miseráveis e os sem poder.

Além do custo Brasil (precariedade na infraestrutura, na logística, burocracia excessiva, injusto sistema tributário etc.), os danos causados pelas elevadas taxas Selic são perniciosos e vêm

prejudicando a economia brasileira há duas décadas. Esta política submete a sociedade brasileira e as políticas públicas sociais a vários sacrifícios, acarretando um processo de distribuição de renda às avessas e, no campo social, possibilita apenas transferências condicionadas que aliviam de forma imediata a miséria e a pobreza sem construir a tão badalada nova classe média.

A política monetária ainda provoca um rombo nas contas de transações correntes, desde 2008. São intensos o estímulo e a atração de liquidez internacional que aprecia o câmbio e serve à oferta de empréstimo para crédito ao consumo, dificultando o combate à inflação e redundando em elevados custos das reservas externas, que, em 2010, custou ao governo federal R\$ 50 bilhões. Provoca ainda o desestímulo do investimento privado, uma vez que é mais fácil ganhar dinheiro no mercado financeiro, levando à substituição de produção nacional por importação de produtos, desenvolvendo o processo de desindustrialização e, finalmente, causando um *boom* do turismo, com o brasileiro desperdiçando divisas no consumo perdulário de bugigangas no exterior. Essa política pública representa um custo de oportunidade significativo de perda de apoio ao investimento de capital privado, em infraestrutura pública e melhora da qualidade de vida, além de impedir um maior nível de emprego, maior desenvolvimento econômico, reduzir o aumento da produtividade, provocar uma perda de estímulo e diminuir o desenvolvimento tecnológico etc.

No que diz respeito ao processo de distribuição de renda, o governo pretende gastar com Bolsa Família, Lei Orgânica de Assistência Social (programa para idosos e deficientes de baixa renda), vários outros programas de assistência social e agora o Plano de Erradicação da Miséria aproximadamente R\$ 20 bilhões, 1,1% do produto interno bruto (PIB), enquanto que com o gasto inútil e estéril com juros já dispendeu, somente nos últimos 12 meses até abril de 2011, R\$ 212 bilhões, ou seja, 5,6% do PIB (KHAIR, 2011).

A dívida pública é o principal item na despesa da União. Mesmo com a política de elevados superávits primários, o governo brasileiro não consegue economizar o suficiente para pagar os juros da dívida. Os gastos com juros mais amortização representam os maiores itens da despesa orçamentária, muito superior aos gastos na área social (saúde, assistência social,

educação, organização agrária, habitação e saneamento - Tabela 1), drenando os recursos arrecadados da população mais carente e direcionando para as contas das elites que continuam a se locupletar com a irresponsabilidade do governo.

Tabela 1 - Evolução dos gastos do governo federal. Brasil: 2003-2006 (em R\$ bilhões correntes)

Gastos do governo federal	2003	2004	2005	2006
Assistência social	8,4	13,9	15,8	21,5
Saúde	27,2	32,9	36,5	39,7
Educação	14,2	14,5	16,2	17,3
Segurança pública	2,4	2,8	3,0	3,4
Organização agrária	1,4	2,6	3,6	4,2
Total (a)	53,6	66,7	75,1	86,1
Desp. c/pgto. juros (b)	145,2	128,3	157,2	163,5
(a/b) (%)	36,9	52,0	47,8	52,7
(b - a / a) (%)	170,9	92,3	109,3	89,9

Fonte: Elaboração própria com base em Sicsú (2007, p. 15).

Entre os anos de 2003 e 2006, como se pode observar na Tabela 1, o gasto governamental com assistência social, saúde, educação, segurança pública e organização agrária foram crescentes no período, assim como as despesas com pagamento de juros (esta com uma redução em 2004). Todavia, o volume dos gastos com estas despesas foi muito elevado em relação aos gastos sociais: em média, no período, a despesa com pagamento de juros correspondeu a 115,6% mais do que com os gastos sociais discriminados na referida tabela. Em outros termos, em média, entre 2003 e 2006, os gastos sociais representaram 47,3% da despesa com pagamento de juros.

No mês de novembro de 2008, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em comunicado da presidência, mostrou a supremacia do gasto público do Estado brasileiro em favor do rentismo. O resultado acumulado das despesas da União, entre 2000 e 2007, com a rubrica de juros foi de R\$ 1.267,6 bilhão, enquanto que o gasto com saúde foi de somente R\$ 310,9 bilhões, o gasto com educação foi menor ainda, R\$ 149,9 bilhões, e os gastos com investimento foram insignificantes: R\$ 93,8 bilhões. Desse modo, o total das despesas sociais da União com saúde e educação mais o gasto com investimento representaram somente 43,8% do total das despesas com juros.

Este gasto financeiro só aumenta ao longo dos anos. É um gasto estéril, sem nenhum retorno social e econômico, e beneficia a bem poucos, mas tem o respaldo da mídia, que vive a exigir do

governo cortes nos gastos de custeio e até nos de investimento, embora ambos apresentem alto retorno econômico e social. O que se percebe é que todo debate de conjuntura econômica no Brasil está sob o domínio do mercado financeiro e do terrorismo monetário. O grande destaque nas manchetes dos jornais e nas redes de televisão sobre os números da execução fiscal e monetária do governo brasileiro pressiona pela manutenção da solução ortodoxa para a economia, abusando de enorme reducionismo. Mesmo assim, os representantes do capital financeiro, de tempos em tempos, exigem a redução do gasto público. Em editoriais de jornais, é comum a afirmação de que a meta de economia do setor público para pagar juros da dívida está cada vez mais sob risco, devido ao gigantismo e ao elevado gasto do setor público que tem levado à pressão inflacionária, o que obriga o Bacen a manter os juros em patamar muito alto, devido à falta de uma gestão orçamentária mais eficiente.

A análise da realidade brasileira revela que os economistas liberais encobrem a luta pela apropriação dos recursos do Estado e que a gritaria contra os gastos públicos parte de poderosos *lobbies* que disputam o dinheiro do Estado. A política de *business administration* do Estado brasileiro segue a lógica da apropriação dos recursos públicos pelo setor privado - no setor financeiro e no setor produtivo, pois os diferentes empreendimentos do setor produtivo atuam fortemente procurando rentabilidade também na área de aplicação financeira -, em detrimento da função social do governo.

Por toda parte, há uma intensa propaganda das virtudes da austeridade orçamentária como via para o crescimento, mesmo que todas as evidências históricas indiquem que essa política reduz o crescimento econômico. Os economistas de mercado falam dessas medidas de política pública como se o regime de metas fosse tecnicamente indiscutível (KUTTNER, 2011).

Ocorre um processo de decisão da taxa Selic dentro da caixa-preta do Copom, no Bacen, que realiza ação de política pública tentando garantir um resultado específico, em cuja regra do jogo os indivíduos que arcam com o custo do processo não são solicitados a participar. Contudo, os principais beneficiados influem diretamente com o boletim "Focus" (cf. BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011) - informação concentrada em instituições que pertencem ao mercado financeiro, que apresentam

grande interesse e poder para influir em manter os juros os mais altos possíveis. Acrescente-se ainda que a história do Copom revela que os seus membros têm notórias ligações com o setor financeiro, no qual logo encontram emprego regidamente remunerado quando deixam os cargos que ocupam no Bacen.

A grande mídia criou a blindagem contra o pensamento ortodoxo de análise econômica, entrevistando prioritariamente especialistas, consultores e representantes do mercadismo - sempre os mesmos -, repetindo as mesmas interpretações e recomendando sempre as mesmas sugestões, com a imprensa encarregada de reproduzir a receita, repetindo os pressupostos da ortodoxia e criando um falso clima de consenso na opinião dos economistas e na sociedade. Desse modo, medidas de combate à inflação que não incluíam elevação da taxa de juros passaram a ser ferozmente combatidas e desqualificadas. Todo período que antecede às reuniões do Copom cria um clima de catastrofismo no cenário futuro da inflação, difundindo informações alarmistas do risco dessa inflação escapar ao controle, pressionando, assim, pela elevação da Selic (KLIASS, 2011).

No que diz respeito aos efeitos da política de juros altos para debelar a inflação, o colunista da Folha de S. Paulo Clóvis Rossi (2011, p. 1) apresentou pesquisa de Jacques Dezelin sobre um estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI), que examinou 1.223 casos de 119 países, no período 1982-1998, analisando o efeito da variação da taxa de juros no combate à inflação. Segundo os dados do estudo, na grande maioria dos casos examinados, a inflação caiu, tenha o banco central aumentado, diminuído ou mantido a taxa de juros constante. Em 476 casos, o juro caiu e a inflação também. Em 398 situações, ocorreu o que a teoria ortodoxa pregava, a subida do juro levou a uma queda da inflação. Conclusão: os dados revelaram ausência de relação e um caráter aleatório na variação da taxa de juros no combate à inflação.

Entretanto, o Bacen continua a afirmar que a análise e a base para a tomada de decisão sobre política monetária são decisões técnicas e não concentradas apenas nas informações do boletim "Focus", levando em consideração outros fatores da conjuntura econômica nacional e mundial. O modelo de metas de inflação transmite a ideia de que a condução da política monetária passou a ser a mais transparente possível, com a autoridade monetária construindo um arcabouço de

informações visando melhorar a sua comunicação com o mercado.

A dívida interna passou a ser um processo que camufla e muda a forma de endividamento do Estado brasileiro, que transformou dívida externa em dívida interna sem diminuir a elevada participação de grandes capitais internacionais e nacionais, via fundos de investimentos, fundos de pensão estrangeiros, bancos multinacionais. Assim, a maior parte da dívida interna pertence aos grandes bancos e investidores nacionais e, principalmente, internacionais, que mantêm a submissão e a dependência do Estado brasileiro ao capital internacional em uma nova forma de drenagem de recursos para o exterior, ou seja, construindo uma nova roupagem da “dívida externa” (ÁVILA, 2006, p. 5).

A elevada taxa de juros, aliada à taxa de câmbio flutuante, garante aos aplicadores internacionais um ganho extra, devido ao ganho com a desvalorização do câmbio e ao ganho com aplicações no mercado financeiro de ativos brasileiros. A abertura financeira e a liberalização da conta de capital ocorridas no Brasil por volta dos anos 1990 possibilitaram o ingresso dos capitais estrangeiros para aplicação em títulos públicos, ações nas bolsas de valores, gerando ganhos elevados e fáceis. A dívida interna do Brasil, que em 2003 representava R\$ 892,4 bilhões, chegou em 2009 ao montante de R\$ 1,40 trilhão e, segundo limites definidos pelo governo, fechou 2010 em R\$ 1,694 trilhão, ou seja, quase o dobro de 2003 (TESOURO NACIONAL, 2011).

O investimento direto continua baixo e o grande volume que entra no Brasil flui para o mercado financeiro, fazendo arbitragem especulativa com a taxa de juros, a tal ponto que até o próprio FMI já alertou para o perigo desse processo.

A atual dinâmica das políticas macroeconômicas leva a um processo de acumulação de reservas que é resultado do ingresso de capital financeiro externo e que não representa ganho econômico real produzido por superávit nas transações de bens e serviços com o exterior. E a atual configuração da política econômica brasileira é insustentável no contexto de inexorável deterioração do balanço de pagamentos, com aumento do *deficit* em transações correntes, onde a acumulação de reservas internacionais ganhou velocidade vertiginosa, configurando uma autêntica

bolha especulativa que poderá ter graves consequências quando estourar (LOPES, 2011).

É intensa e tendenciosa a crítica dos economistas de mercado contra os gastos de custeio e social do Estado. Por outro lado, propositadamente, não revelam que essas rubricas fazem parte das atividades de Estado, do Estado social, de onde saem os gastos sociais - a previdência social, os programas de transferência de renda, a merenda escolar, a manutenção de hospitais e a segurança pública. São gastos que atendem, na sua grande maioria, à população carente e não aos serviços demandados pela classe média e, muito menos, pelos ricos e abonados.

Todavia, na defesa dos seus privilégios, os “bem de vida” mobilizam os grandes meios de comunicação, assessores, consultores e todo tipo de famoso e de grande porta-voz do capital para defender seus interesses. Há uma repetitiva e exaustiva pregação na grande mídia e em todos os meios de comunicação com o objetivo de cooptar a sociedade em seu favor.

Assim, faz-se necessário redemocratizar a questão da política monetária, dominada pela caixa-preta do Copom. A autonomia do Bacen e a política de metas de inflação caminharam no sentido de reduzir a democracia e a dimensão associativa da cidadania. Existem obstáculos, quase intransponíveis, que dificultam uma participação, um envolvimento e até um compromisso que permita a formação de uma estrutura igualitária para deliberação de dinâmica gerencial compatível e adequada para a participação pública, como as que têm se desenvolvido no campo das políticas públicas sociais. A participação de múltiplos atores envolvidos interagindo com os agentes públicos, possibilitando a participação cidadã na formulação, implementação e avaliação das políticas econômicas para o benefício da sociedade continua fora do horizonte.

5 Conclusão

A Constituição de 1988 procurou criar uma nova ordem econômica, política e social no Brasil, assegurando a todos os brasileiros direitos sociais básicos, rumo à formação de um país mais justo, menos desigual e mais democrático. No entanto, o predomínio do neoliberalismo iniciou um desmonte e representou um retrocesso nesse projeto de

nação. Há mais de duas décadas vem ocorrendo a desconstrução desta proposta social avançada, sem que os indivíduos de menor renda e os menos esclarecidos possam defender-se, por não possuir poder e capacidade de articulação para proteger seus interesses junto ao Estado.

Nos anos 1990, com a chegada dos neoliberais, e até 2003, a economia brasileira apresentou crescimento medíocre. A partir de 2004, baseado no tripe metas de inflação, superávit primário e câmbio flexível, aparenta um crescimento dito virtuoso. Porém, trata-se apenas de um processo ilusório, pois está ocorrendo a regressão de importantes segmentos da indústria, sem projeto nacional, sem preocupação com o trabalhador, com a especialização produtiva em *commodities*, sem vontade política e consciência crítica para alterar o modelo econômico, pois o modelo que predomina nas últimas décadas adota a direção em favor dos direitos dos rentistas, como o Estado capturado pelo poder social e político das finanças e, durante muito tempo, ferindo os direitos econômicos e sociais e a rede de proteção social criada pela pressão e o poder popular das lutas sociais da década de 1980, que culminaram com a conquista dos direitos sociais, políticos e econômicos democraticamente reconhecidos no texto constitucional de 1988.

A política pública econômica do governo federal - de metas de inflação, superávit primário e câmbio fluante - trata-se, na aparência, de uma política pública virtuosa, mas, essencialmente, favorece a valorização da propriedade, das ações e dos investimentos financeiros, caracterizando-se como um retrocesso social, pois não existe um projeto nacional e representa a manutenção do modelo de inserção subordinada ao capital financeiro internacional de defesa do rentismo, iniciado no governo de Fernando Henrique. O Brasil esqueceu a construção de uma estratégia nacional de desenvolvimento na qual a classe trabalhadora, os assalariados façam parte e sejam beneficiados, com o Estado assumindo e garantindo direitos sociais. Faz-se necessária outra agenda, com outro marco legal para formar uma sociedade mais justa, igualitária, um país rico, um país sem miseráveis ●

Referências

ÁVILA, R. V. de. Dívida interna. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL, 1., 2006, Caracas. *Anais...* Caracas, 2006. Disponível em: <http://www.oid-ido.org/IMG/pdf/Vieira_de_Avila_Rodrigo_Divida_Interna_A_nova_face_do_endividamento_externo.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. *A experiência internacional de metas para a inflação*. jun. 2005. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2005/06/ri200506b6p.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. *Sistema de metas para a inflação*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SISMETAS>>. Acesso em: 01 jun. 2011.

CARVALHO, F. J. C. et al. *Economia monetária e financeira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

DELFIM NETTO, A. *Melhor gestão*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2206201106.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

HEDGES, C. *Os adoradores de dinheiro e o deus mercado*. 25 abr. 2011. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17728>. Acesso em: 01 jun. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Distribuição funcional da renda no Brasil. *Comunicado da Presidência*, Brasília, n. 14, 12 nov. 2008. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 01 jun. 2011.

KESTELBOIM, M. *A doutrina neoliberal enjaulou a economia política*. 24 maio 2011. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17826>. Acesso em: 24 maio 2011.

KHAIR, A. *Precisa mudar*. 16 jun. 2011. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17926>. Acesso em: 16 jun. 2011.

KLIASS, P. *Anatomia de uma chantagem*. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/artigos/16957-anatomia-de-uma-chantagem>>. Acesso em: 09 maio 2011.

KRUGMAN, P. *O regime dos rentistas e a direita*. 17 jun. 2011. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17933>. Acesso em: 18 jun. 2011.

KUTTNER, R. *O cárcere da dívida em um capitalismo dominado por rentistas improdutivos*. 17 jun. 2011. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17935>. Acesso em: 17 jun. 2011.

LOPES, F. *Sobre risco cambial, besouros e borboletas*. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/2011/11.06.Sobre_risco_cambial_besouros_e_borboletas.pdf>. Acesso em: 21 jun 2011.

MELO, M. A. As sete vidas da agenda pública brasileira. In: RICO, E. M. (Org.). *Avaliação de políticas sociais*. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais, 1998. p. 11-28.

OREIRO, J. L. *Metas de inflação*. mar. 2009. Disponível em: <<http://jlcureiro.wordpress.com/2009/03/01/metas-de-inflacao-entre-a-irrelevancia-e-o-excesso-de-conservadorismo/>>. Acesso em: 01 out. 2009.

ROSSI, C. *A falsa ciência dos juros*. 24 abr. 2011. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/2011/11.04.Falsa_ciencia_juros.pdf>. Acesso em: 30 maio 2011.

RUA, M. das G. *Políticas públicas*. Florianópolis: Departamento de Administração/UFSC; Brasília: Capes; UAB, 2009.

SICSÚ, J. *Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?)*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SILVA, M. O. da S. e. Editorial. *Rev. Katál*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 11-12, jan./jun. 2009. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/viewFile/10699/10203>>. Acesso em: 10 maio 2011.

SOUZA, C. Políticas públicas. *Sociologias*, Porto Alegre, a. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TESOURO NACIONAL. *Dívida Pública: Relatório Anual da Dívida Pública 2010. Plano Anual de Financiamento 2011*. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/divida_publica/downloads/Apresentacao_PAF_RAD_2010.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2011.

* Economista, professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI), mestre em Economia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutorando em Políticas Públicas na Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

O IDEÁRIO MAÇÔNICO E AS UTOPIAS DA MODERNIDADE

Por Teresinha Queiroz*

Resumo: Este artigo discute a interface das práticas e representações da maçonaria relativamente ao conjunto das discursões sobre o imaginário da modernidade. Racionalidades científicas, utopias, políticas e âncoras das religiosidades são construídas e discutidas enquanto saberes organizadores do mundo.

Palavras-chave: Maçonaria. Modernidade. Utopias.

A marca da pós-modernidade é o fim das utopias. O fim das utopias, entretanto, não deve ser compreendido em sentido literal ou de forma radical. Trata-se, essencialmente, de uma crise no campo da racionalidade moderna, de uma crise no domínio das explicações aceitas sobre o mundo e sobre o conjunto das transformações sociais.

A crise das racionalidades tem sido discutida, no campo historiográfico, sob o epíteto de o fim da história. Esta discussão, como aquela relacionada ao fim das utopias, tem sido igualmente colocada em termos pouco precisos e quase sempre conduzindo a vulgarizações pouco consistentes com o seu dilema epistemológico. Trata-se, também, aqui, da falência das explicações atribuídas aos grandes historiógrafos e aos pensadores do passado em torno do devir humano e dos sentidos da evolução social, conforme postos nas diferentes macroexplicações. Em outros termos, a partir, sobretudo, da década de 60 do século XX, emergiu e quase se generalizou a descrença nos sentidos predefinidos da vida social, sendo esta descrença um dos efeitos, na órbita do pensamento, da onda de pessimismo que varre a

sociedade ocidental, de forma visível a partir do final do século XIX e com certa intensidade no final do século XX e início deste milênio.

As crises, tanto do conhecimento como das crenças, ancoram-se em realidades muito concretas. As realidades quase sempre se impõem, e de forma imperiosa. As diversas ondas de pessimismo que marcam os últimos séculos têm raízes em dificuldades que se insurgem em diferentes momentos e contextos, cujos índices permanentes são as doenças, novas e velhas; a fome, que ainda avassala em âmbito quase mundial; as guerras constantes, que já tendem a se banalizar e entram no domínio do espetáculo midiático; a miséria social, nas suas mais distintas expressões; a acumulação desigual, em um mundo que é, simultaneamente, extraordinariamente rico e exponencialmente miserável. No campo sociocultural, uma gama excepcional de esforços não tem sido capaz de romper estruturas mentais que alimentam todas as formas de xenofobia, as manifestações cada vez mais sutis e requintadas de racismos, as exclusões diversas de natureza política, ideológica e social e que continuam a

alimentar as posturas eurocêntricas e formas disfarçadas de colonialismo.

Em paralelo a essas realidades poderosas e inegáveis, a humanidade tem tentado, ao longo dos séculos, criar âncoras protetoras que a balizem face à imponderabilidade dos acontecimentos. Dentre essas âncoras, ressaltam-se a religião, a ciência e as utopias.

Iniciemos pelo mais contingente: as teorias científicas. Produtora e produto da modernidade, a ciência, que aborda em princípio a natureza e que termina por alcançar os processos sociais, tem colidido, nos séculos mais recentes, em especial com os saberes religiosos de todos os matizes. A ciência é laicidade, é a colocação do homem no centro da experiência social e histórica e essa secularização se impõe em todas as suas correntes. Entretanto, as conexões com dimensões utópicas e com explicações mesmo que remotamente religiosas podem ser encontradas nas propostas científicas mais radicais. Essa vontade de ligação persiste, por exemplo, nas dimensões transcendentais que aparecem no âmago dos materialismos modernos e de maneira mais perceptível ainda nas explicações de origem idealista. Explicando melhor: as teorias sociais materialistas mais importantes da modernidade são, sem dúvida, o positivismo, em suas diferentes expressões vulgarizadas, e o marxismo. As duas teorias ultrapassam o esforço da compreensão apenas do passado e do presente e permitem extrapolar, de suas análises, toda a história, ou seja, inclusive o vir a ser, o futuro da humanidade. No positivismo, especialmente o da primeira fase de Augusto Comte, de ampla repercussão mundial, a evolução da história humana percorre os estágios teológico, metafísico e positivo, este considerado o estágio final da evolução. Nesses estágios sucessivos, as forças dominantes são a religião, a filosofia e a ciência, que orienta esse termo definitivo da evolução social. No marxismo, cujo impacto teórico e na vida histórica é por demais visível e reconhecido, as transformações da história percorrem os chamados modos de produção - dos quais se destacam o modo de produção antigo, o feudal, o capitalista e o socialista, este visto como o termo final da história. Nessas explicações, reconhecidamente científicas, os sentidos da história seguem uma evolução necessária e incontornável e são, em boa medida, independentes da ação humana. No meio científico, estas

parcelas de utopia e de teleologia é que estão suscitando o panorama já descrito de descrença.

As versões materialistas têm colidido, ao longo do tempo, não apenas com as explicações religiosas, mas, sobretudo, com as teorias das ciências sociais, cuja base é o pensamento idealista, que remonta a Platão e ao seu mundo das ideias e que, no século XVIII e seguintes, tem como expressões fundamentais as formulações de Hegel e de Kant. Esse mundo dos abstratos universais, das ideias puras, nos limites da transcendência, tem igualmente fertilizado a reflexão moderna e seu impacto é maior do que se considera num olhar menos acurado.

As utopias com as quais lidamos hoje afirmaram-se não somente no pensamento científico, como igualmente tornaram-se expressão de valores e de sentimentos arraigados vindos das mais antigas tradições religiosas de todos os tempos. Elas estão presentes em todo um conjunto de escritos sociofilosóficos - sob os epítetos do bem, do belo, do bom; aparecem sob formas teológico-jurídicas sintetizadas nas ideias de virtude e de justiça; surgem no âmbito político sob simbolismo da tríade igualdade, liberdade e fraternidade. Os signos da utopia são o desejo, a esperança, a prevalência do otimismo. A intelectualização das utopias é um registro burguês e remonta aos séculos XVII e seguintes, com a notável apropriação dos saberes de todas as esferas e de todas as idades pelas classes capitalistas em ascensão. A enciclopédia, síntese do conhecimento até então produzido, é um dos símbolos dessa ambição generalista, por abarcar todos os saberes sobre a natureza e sobre os homens. A acumulação de capital e a nova divisão social do trabalho propiciaram o surgimento dos intelectuais em uma dimensão jamais vista no passado e esses novos inventores da sociedade construíram mundos novos tanto reais quanto imaginários. O salto verificado na produção do conhecimento científico andava em paralelo ao vigor das elaborações das novas utopias, em um movimento que teve seu apogeu no século XIX. Neste século XIX, o da ordem e do progresso, e que já incorporara o temor ao século XVIII, o da revolução, em que pesem as dificuldades históricas, foi o otimismo que prevaleceu; foi o século da ciência, mas igualmente o da utopia; e é dito pelos contemporâneos, o século das luzes.

Não foi, entretanto, o século da religião. Ciência e religião enfrentam disputas acirradas e seu

diálogo intempestivo traz para a cena as polaridades culturais de todos os tempos. Essas polaridades podem ser exemplificadas pelos abstratos universais luz e trevas, síntese da mais profunda relação que os homens estabelecem com o divino e com os outros homens. A luz, em seus vários registros, simboliza o saber, o conhecimento, a perfeição interior, e sua busca propicia o encontro da harmonia universal. Os que a detêm, os iluminados, percorrem essas rotas de busca seguindo diferentes caminhos e de acordo com a natureza desta procura. Nessa simbolização, cabem tanto a pesquisa científica quanto o encontro da verdade revelada, religiosa, bem como as ferramentas para esse *desideratum*, os saberes científicos, o método, as tradições iniciáticas, os ritos religiosos ou de iniciação. A luz é o emblema da perfeição, é a claridade, é o eterno, é o permanente.

A luz só faz sentido em oposição às trevas, ao noturno, ao outro e às forças demoníacas e demolidoras. E a presença das forças diabólicas, tida como apanágio da Idade Média, é patente, sem dúvida, no mundo moderno, desde que o imaginário coletivo construiu suas referências balizado em estruturas explicativas de natureza mítica, segundo os mitos da conspiração, do salvador, da Idade do Ouro e da unidade. Vejamos cada um em particular. O mito da conspiração tem forte presença no mundo moderno e suas marcas são profundas e visíveis na experiência histórica dos séculos XIX e XX. De maneira apenas exemplificativa, é possível falar da difusão, inclusive na cultura popular, dos mitos da conspiração judaica, da conspiração jesuítica e da conspiração maçônica. Têm como esteio esses mitos, o temor imposto ao mundo pela atuação de Hitler, as acirradas e contundentes polêmicas anticlericais que envolveram em especial a igreja católica romana e parcela da maçonaria latina e as perseguições que têm constituído parte não desprezível da história da Companhia de Jesus, desde antes de Pombal, no século XVIII.

O corolário da conspiração, da força maléfica do outro, dos poderes advindos da ação em segredo, é o medo e o terror, que se expressam em decorrência de fenômenos naturais, como as pestes, as pragas, o fim do mundo, mas que derivariam da concentração da potência do mal, da ação ou da omissão do outro, trazendo a marca do diabo e de seu poder. Para atenuar, evitar e decifrar esse império do maléfico, da dor, da impureza e da

imperfeição, surgiu a figura do salvador. E aqui já nos encontramos em outro território mitológico, que permeia não apenas nosso universo religioso, mas se encontra igualmente nas experiências políticas e nas utopias sociais as mais diversas. Esse salvador não se confunde com um indivíduo tão somente; pode dizer respeito a uma entidade coletiva: uma classe, como o proletariado, no marxismo; os grandes vultos da humanidade, no positivismo; um partido político; e assim por diante.

Qual o papel histórico do salvador e como ele atua no âmbito do imaginário coletivo? O salvador torna-se o centro da ação social e política porque ele ajuda a construir a unidade; ele agrega em torno de uma ideia ou de um conjunto de ideias; realça o que há de comum para além das diferenças; aponta o caminho novo, o trajeto que levará à redenção, caminho que é condensação das forças utópicas socialmente reconhecidas. A busca do consenso, da união, da solidariedade grupal em torno de objetivos comuns pode ser realizada segundo alternativas até excludentes. Dessa forma, a cultura ocidental construiu duas explicações e dois modos principais de propiciar a mudança social: pela via evolutiva e pela via revolucionária. A revolução, cujo escopo de sangue alimenta ainda hoje a imaginação histórica, é um desses mitos persistentes e sua face mais reconhecida é a da Revolução Francesa, vermelha e redentora, desejo e miséria, plena de conteúdos tanto salvadores quanto terríficos. Santa e terrível, a queda do Antigo Regime ainda divide opiniões após mais de dois séculos de história, tal sua força simbólica, que é a força do mito. Mais perto de nós e não menos avassaladora em seus desdobramentos, a Revolução Russa é um dos momentos-síntese do século XX. Em sua conta e em virtude de sua *débâcle*, podemos colocar boa parte das inquietações e das descrenças do final do século passado.

Qual o lugar ocupado pela maçonaria nesse conjunto? Na sua dimensão especulativa, a maçonaria é produto da modernidade e produto resistente às perturbações atuais. Sacrário das forças mais sublimes que se têm debatido nos séculos mais recentes, sua história guarda interfaces com todas as temáticas aqui discretamente insinuadas. Majoritariamente de tradição teísta, já foi considerada por alguns a religião da ciência. Instituição humana, sua marca religiosa - no sentido radical do termo: ligar, religar -, traz nos seus saberes a marca da libertação de todo o mal,

da catalização das virtudes, de busca da verdade, a despeito dessa verdade apresentar-se sob diferentes formatos. Em séculos configurados pela laicidade e pela recusa do espiritualismo, a maçonaria guardou no mais recôndito do seu ser um universo de valores que se condensa no seu princípio mais geral - a sustentação da crença no Grande Arquiteto do Universo. Ponto máximo na conquista da unidade, esse salvador propicia o encontro humano na busca das virtudes mais sublimes do bem em todas as suas expressões. Saber e virtude, solidariedade e humanidade, discricção e humildade são valores que desafiam o trágico momento presente, de desesperança e de desalento para boa parte da humanidade, desconfortada de uma irmandade que resguarda no seu seio verdades simbólicas, saberes iniciáticos, tradições que são veículos seculares do que de melhor se produziu entre os homens, do que se tentou fazer e sonhar.

A despeito de sua tradição majoritariamente teísta, nem por isso maçons deixaram de se envolver em memoráveis discussões de conteúdo anticlerical e até mesmo ateuista. Porém, a tradição da instituição maçônica, seguindo um de seus princípios fundamentais, é a crença no ser superior, na divindade, em Deus. O sentido religioso da maçonaria não decorre de um respaldo institucional, desde que a maçonaria não é uma religião e não se pretende como tal, mas de seu sentido de procura do transcendente, do que está para além da matéria, buscado segundo os ritos iniciáticos. Dessa forma, o sentido da iniciação é simbólico e faz parte de uma longa tradição espiritualista e teísta, em tudo contrária às ênfases dos materialistas modernos. O que não pode ser esquecido, igualmente, é a contingência histórica e humana da instituição, que a coloca na agitação do imaginário social, nos papéis ora da suprema força do bem e da virtude, ora, para seus inimigos, como ecúleo de todo o mal ●

Bibliografia

- CAILLOIS, R. *O homem e o sagrado*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- COMTE, A. *O espírito positivo*. Porto: Rés Editora, [197-].
- CUNHA, H. *O idealismo filosófico e o ideal artístico*. Teresina: Imprensa Oficial, 1913.
- GIRANDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HENRY, M. *A morte dos deuses: vida e afetividade em Nietzsche*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- QUEIROZ, T. Maçonaria e sociedade. In: SANTANA, R. N. M. de (Org.). *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: FUNDAPI, 1997. p. 407-427.
- STAROBINSKY, J. *1789: os emblemas da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- VOVELLE, M. (Org.). *França revolucionária: 1789-1799*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

***Professora do Curso de História e do Mestrado em História do Brasil/UFPI. Doutora em História/USP e acadêmica da Cadeira 23 da Academia Piauiense de Letras.**

O DIREITO HUMANO À COMUNICAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: reflexões sobre a experiência brasileira

Por Maria Helena Almeida de Oliveira* e Solimar Oliveira Lima**

Resumo: o presente artigo pretende analisar a relação entre comunicação social e política pública, buscando compreender, a partir deste olhar, o modo como se configura no Estado democrático de direito a constituição da comunicação como direito humano, de que modo isso se estabelece e em que medida se apresenta como fator importante para a construção de mecanismos que fortaleçam a participação cidadã, a partir do incremento de sua capacidade de compreensão dos conteúdos, e de que maneira isso pode refletir nos resultados pretendidos pelas políticas públicas

Palavras-chave: Estado democrático de direito. Direito à comunicação. Políticas públicas. Participação cidadã.

1 Introdução

A reflexão ora proposta toma como base a ponderação acerca de se o não acesso ou o acesso restrito à informação é fator impeditivo para a constituição do poder de comunicação, partindo-se do princípio de que este é essencial para que se estabeleça um terreno fértil à compreensão, à interlocução, à construção do pensamento e à tomada de atitude, o que, ao final, pode significar respostas sociais mais pertinentes e permanentes quanto ao que se propõem as políticas públicas.

Para tanto, é preciso iniciar pelo entendimento acerca da natureza dos direitos humanos e como eles se constituem no Estado democrático de direito, incluindo aí o que se concebe por direito à comunicação ou à comunicação como direito, já que o tema ainda suporta indefinições conceituais. Em outra medida, faz-se importante associar a constituição do direito humano à comunicação com estudos sobre a organização social em sua relação com a ação comunicativa na esfera pública, a potencialização disto em torno da mobilização social e da constituição de espaços públicos onde se encaminham as lutas por demandas sociais, expressão da questão social que ganhou corpo no Brasil a partir da Constituição de 1988, marco regulatório de garantias de direitos sociais no País.

A preocupação com a comunicação como parte das políticas públicas aparece nos documentos oficiais, mas, ao que se percebe, sua presença se

fixa como instrumental que apoia direitos sociais conquistados nas ações de mobilização social dos anos 1980 e 1990 e nunca como um direito em si, o que significaria conferir certas garantias que só se conquistam por meio da norma legal inserida na Constituição.

Válido é atentar, também, para a questão das políticas públicas de comunicação propriamente ditas, que ainda dão passos iniciais em regulamentação, não apenas no Brasil, mas em âmbito internacional, haja vista que estão sempre rodeadas por interesses diversos, os quais terminam por encerrá-las em limites que não permitem sequer um debate mais amplo sobre a necessidade de implantá-las e muito menos de assegurar suas aplicações.

Essas condições em que se inserem a comunicação, que precisa ser entendida como algo que está além do acesso à informação e se configura como um campo formado por relações dialógicas, de dupla via, encaminham a necessidade de se discutir a respeito de que modo o desenvolvimento dos direitos humanos, nestes incluído o direito à comunicação, pode contribuir para a constituição de uma cidadania ativa capaz de transformar o *status quo* e promover o acesso às conquistas propostas no bojo dos programas de políticas públicas que prometem diminuir as desigualdades sociais.

Para compreender o alcance da importância de se ter a comunicação como um direito para todos é importante considerar a relação que o domínio do conhecimento e a posse sobre os meios de produção e veiculação da informação têm com o poder explicitado em suas várias faces: econômica, política, social e cultural. A detenção desse poder em mãos de alguns significa domínio sobre milhões de pessoas e de recursos financeiros que ensejam regalias econômicas e políticas em uma sociedade interligada pelas novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs).

Paradoxalmente, se não é possível imaginar um Estado democrático sem a presença da comunicação como facilitadora das relações sociais, também não se concebe apostar que os meios pelos quais essa comunicação é operada não estejam ao alcance da maioria dos cidadãos que deveriam fazer parte do jogo democrático. Além disso, surge ainda outro elemento limitador para o avanço nesse campo, que é a discussão sobre o que é ou não censura quando se fala de controle social da mídia e dos conteúdos divulgados. Para Ramos (2005), esse entrave impede que o papel da comunicação seja exercido como idealizado para uma sociedade democrática. O autor acredita que será sempre difícil reconhecer, no capitalismo, a comunicação como política pública, pelo risco de toda ação do Estado sobre os meios de comunicação ser vista como censura que ameaça a todos os direitos e a toda liberdade.

Isso, outra vez, remete-nos a uma situação paradoxal sobre a percepção da necessidade de se ter a comunicação, em suas diversas formas, acessível aos cidadãos como um direito que lhes confere maior capacidade de participação e, por conseguinte, a diminuição das desigualdades, mantendo a equidade, ou seja, a ausência de desigualdades desnecessárias, que podem ser evitadas eliminando injustiças e lhes favorecendo em qualidade de vida. É isso, pelo menos, que se entende ser o pressuposto de um Estado democrático contemporâneo, que busca compreender a necessidade de se pensar o ser humano de modo integral, considerando suas especificidades, seus valores culturais na sua relação com a esfera pública e a garantia de conquistas de direitos individuais e coletivos.

Nesse contexto de democracia e direitos, a informação, a educação e a comunicação estão diretamente interligadas, pois se educa e se formam opiniões através de mensagens

adequadas, veiculadas desde canais pessoais até pelos meios de comunicação de massa (MCM) com conteúdos decodificáveis pelo público-alvo.

Destarte, como, então, traduzir essas falas e torná-las compreensíveis para os milhares de usuários das políticas públicas, senão através de mecanismos de comunicação social, elaborados a partir da conscientização de que isso deve ser encarado como um direito, portanto, garantido a todos?

Essa é a questão que nos inquieta e a qual se procura debater a partir de referenciais teóricos próprios à comunicação social e relacionados aos campos de estudo das políticas públicas, particularmente aos aportes relativos à constituição dos direitos e da cidadania, passando pela discussão sobre a ação comunicativa, sua repercussão no espaço público e a mobilização em torno das questões sociais.

2 Direitos conquistados em lutas pela cidadania

Para Bobbio (1992), os direitos do homem não nascem todos de uma vez, mas são forjados por circunstâncias históricas e não há como se ter um fundamento absoluto para os mesmos. Para o autor, novos direitos surgem das novas condições de vida social, pelas quais as diferenças começam a marcar demandas distintas na construção de identidades diversas, as quais se erigem em meio às transformações econômicas, culturais e políticas.

O desafio, principalmente em tempos atuais, está na equalização de tais diferenças, que geram uma luta tensa e conflituosa pela demarcação de espaço na conquista de direitos transformados em políticas públicas garantidoras de benefícios, que pregam princípios de universalização, embora sejam demandados por interesses de grupos definidos.

A ideia de direitos fundamentados em argumentos absolutos, incapazes de serem refutados não consegue dar conta das condições que os direitos universais pretendem para uma sociedade justa e igualitária. Para Bobbio (1992, p. 32),

[...] os direitos do homem são direitos históricos que emergem gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação e das transformações das condições de vida que essas lutas produzem. [...] os direitos humanos são produto não da natureza, mas da civilização humana: enquanto direitos históricos eles são

mutáveis, ou seja, suscetíveis de transformação e ampliação.

Ao entender que não há fundamento absoluto e que os direitos são consequências do processo histórico de desenvolvimento das sociedades, Bobbio atenta para a questão de que o problema fundamental em relação aos direitos do homem não está na sua justificativa ou proclamação, mas nas medidas de proteção que devem ser encontradas, principalmente em se tratando de direitos mundializados. Trata-se, na visão do autor, da necessidade de se estudar “[...] as condições, dos meios e das situações nas quais este ou aquele direito pode ser realizado [...] e não pode ser dissociado do estudo dos problemas históricos, sociais, econômicos, psicológicos, inerentes à sua realização” (BOBBIO, 1992, p. 24).

Ao tempo em que avança na concepção do direito como resultado dos processos históricos, Bobbio não aprofunda a discussão sobre o caráter individualista presente na proposta neoliberal da constituição dos direitos. Ao contrário, relativiza as condições para a promoção de direitos, fazendo permanecer no campo da abstração o sentido de que em uma sociedade individualista, desigual e injusta os direitos não são possíveis de existir verdadeiramente. Ao contrário de Bobbio, Everaldo Vieira (2004) expõe não acreditar que haja gradação de direitos, mas sim aqueles que são mais importantes para a sociedade; e ressalva que enquanto houver divisão entre o individual, o particular e o genérico não haverá direitos. O autor acredita que, “divergindo de Bobbio, é imprescindível fundamentar, proclamar e proteger os direitos do homem” (VIEIRA, 2004, p. 19).

Nascidos do ideal liberal, os direitos humanos trouxeram, desde o princípio, em sua aplicação formal, a incoerência com a situação real, pois que, baseado em preceitos individualistas, contrapunham-se ao sentido de universalidade e justiça, que poderia se pretender com a noção de que todos são livres e iguais perante a lei, conforme a declaração universal de 1948, marco formal dos direitos conquistados nos séculos antecedentes.

A liberdade conferia *status* de cidadania, mas somente a alguns, uma vez que uma grande parcela da população vivia em condições de pauperismo, especialmente diante do desenvolvimento da revolução industrial, e o direito não representava a liberdade de mobilização, já que era preciso submeter-se às condições dos patrões

capitalistas em troca de comida e moradia. A igualdade não considerava a diferença das classes nem as condições de vida dos indivíduos, a universalização não era real e a condição dos operários passou a ser tratada como questão social que conduziu a lutas entre burguesia e operariado sob o olhar de um Estado que, por sua natureza liberal, não intervinha em favor de equacionar as disputas e nem de prover condições de vida para os miseráveis.

Com a modernidade, os homens passaram a ser possuidores de direitos naturais que, posteriormente, foram positivados nas declarações de direitos e nas constituições de cada nação. A positivação dos direitos passou a ser uma fonte de proteção, inclusive contra o poder do Estado. Mas isso não deu conta de resolver situações cotidianas da vida social; especialmente na contemporaneidade, em que a sociedade se mostra cada dia mais mutante e diversa.

Não é preciso muita imaginação para prever que o desenvolvimento da técnica, a transformação das condições econômicas e sociais, a ampliação dos conhecimentos e a intensificação dos meios de comunicação poderão produzir tais mudanças na organização da vida humana e das relações sociais que se criem ocasiões favoráveis para o nascimento de novos carecimentos e, portanto, para novas demandas de liberdade e de poderes (BOBBIO, 1992, p. 33-34).

E, justamente por conta das transformações do mundo moderno, reforçadas em tempos de economia globalizada, no campo do Direito ganhou espaço a reconstrução da teoria da interpretação jurídica, que, a partir de uma eticidade reflexiva, vai além da positivação do direito e assevera ser necessária a inclusão da moral para se analisar cada caso a partir de suas particularidades.

Não há constitucionalismo e democracia fora da tensão que os constitui, a qual reaparece no momento da aplicação do direito, relativamente às demandas que se colocam ao juiz, sobretudo as de direitos fundamentais. [...] certezas não combinam com o exercício da cidadania, da democracia e do constitucionalismo, sendo muito mais afeitas aos arranjos totalitários e autoritários (CHEUIRI, 2011, p. 11).

Essa corrente teórica passou a se preocupar não mais com a constituição em si mesma, mas com o que ela constitui, ou seja, “a comunidade de pessoas que se reconhecem reciprocamente como livres e iguais na concretude de suas vivências cotidianas” (CARVALHO NETTO; SCOTTI, 2011, p. 14) vem corroborar a ideia de que as novas dimensões da vida social ensejam demandas que

levam à luta por conquista de novos direitos, incluindo o direito à comunicação.

O direito à comunicação - utilizando-se do pensamento de Jürgen Habermas (1997, p. 418), para quem "à medida que a comunicação serve ao entendimento [...] pode fazer possível a ação comunicativa" - pode ser considerado como meio de fortalecer as relações dos indivíduos no espaço público, seja pela força argumentativa praticada entre cidadãos, seja pela relação destes com a esfera pública abstrata protagonizada pela mídia.

Para Habermas (2003), o exame dos processos institucionais volta-se para um olhar mais apurado sobre o potencial político do discurso, buscando também responder a questão sobre a reciprocidade entre a solidariedade do mundo da vida como meio de integração social e os procedimentos em âmbito administrativo e político. É na relação entre sistema e mundo da vida que se abre espaço para um novo modelo de circulação do poder político, sendo isto centralizado na concepção procedimental deliberativa de democracia,

Na visão do filósofo alemão, a diversidade de argumentos expressa nos diálogos sociais é racionalizada e depende de instituições que garantam a livre circulação das ideias e o acesso a elas em uma esfera pública dialógica; e quem garante isso é o direito fundamental da livre expressão. A partir da garantia desse direito, a sociedade cria bases para se autorregular; do contrário, isso pode implicar em uma sociedade fragilizada, sujeita à tutela de um Estado paternalista.

A destruição de condições vitais solidárias e a quebra da iniciativa e da independência em domínios que se caracterizam pela super-regulação e pela insegurança jurídica, implicam o aniquilamento de grupos sociais através de doutrinação, bem como o sufoco da comunicação pública espontânea. A racionalidade comunicativa é destruída, tanto nos contextos públicos de entendimento como nos privados. E quanto mais se prejudica a força socializadora do agir comunicativo, sufocando a fagulha da liberdade comunicativa nos domínios da vida privada, tanto mais fácil se torna formar uma massa de atores isolados e alienados entre si. Fiscalizáveis e mobilizáveis plebiscitariamente (HABERMAS, 2003, p. 102).

Assim se organizam os movimentos sociais na visão habermasiana, isto é, a partir das condições de inclusão das perspectivas políticas dos atores sociais, organizadas a partir da conscientização de que a generalização dos anseios individuais, se organizados em comum, ganham força

argumentativa para tal inclusão, o que aumenta a racionalidade da sociedade civil.

Por isso, os atores conscientes de que, através de suas diferenças de opinião e de sua luta por influência, estão envolvidos no empreendimento comum de reconstituição e de manutenção das estruturas da esfera pública, distinguem-se dos atores que se contentam em utilizar os foros existentes, através de uma dupla orientação de sua política, através de seus programas, eles exercem uma influência direta no sistema político, porém, ao mesmo tempo estão interessados reflexivamente na estabilização e ampliação da sociedade civil e da esfera pública, bem como em assegurar sua própria identidade e sua capacidade de ação (HABERMAS, 2003, p. 102-103).

Para Cohen e Arato, citados por Habermas (2003), há os movimentos sociais que perseguem objetivos ofensivos e defensivos. Pela ofensiva, tentam lançar temas de relevância para toda a sociedade e exercer pressão sobre os parlamentos, tribunais e governos em benefício de certas políticas. Na defensiva, tentam preservar certas estruturas da associação da esfera pública, produzir contraesferas públicas subculturais e contrainstituições, solidificar identidades coletivas e ganhar novos espaços na forma de direitos mais amplos e instituições reformadas. Nesse aspecto, inclui a preservação e o desenvolvimento da estrutura comunicativa própria ao mundo da vida.

Habermas (2003) defende que é pelos fluxos comunicativos que se constitui a esfera pública, a sociedade civil, os movimentos sociais e os movimentos de desobediência civil. Isso implica em ampliação das liberdades individuais, o que, de certo modo, caracteriza alguma soberania popular, que está na liberdade comunicativa que se estabelece pela garantia de direitos subjetivos e da institucionalização de procedimentos argumentativos - tudo isso realizado na interação entre parceiros de direito livres e iguais.

A grande questão que se coloca ao pensamento de Habermas é como isso se opera em tempos de economia mundial, de interconexão globalizada, em que os avanços e recuos na homogeneização de culturas e costumes têm colaborado para uma tensão globalizada. Habermas acredita que a saída está na localização de potenciais culturais pós-nacionais, que ele vê acontecer pela integração diária de indivíduos por meio da *internet*, por exemplo (HABERMAS, 1997).

Seria possível um consenso mundial que viabilizasse movimentos sociais fortes e a consequente conquista de direitos, especialmente

em tempos de diversidade de identidades? Passa também por esta questão o sentido de uma nova noção de cidadania (DAGNINO, 1994), cujo foco principal é destacá-la como estratégia política, pelo fato de que ela expressa e responde a um conjunto de interesses, desejos e aspirações de uma parte, sem dúvida, significativa da sociedade, mas que, certamente, não se confunde com toda a sociedade.

Assim, percebe-se o caráter da diferença presente na sociedade, o qual não significa desigualdade, mas que implica em ampliação de garantias de direitos pela diversidade; direitos que crescem com a emergência do Estado de bem-estar social, o qual produz transformações quanto à passagem do Estado liberal de direito para o Estado democrático de direito, marcada pela observação de mudanças caracterizadas pelo fato de o primeiro ser regido pelo conjunto das leis, enquanto que no segundo há a compreensão de que a lei, por ser generalista, não dá conta de prover a condição de igualdade de fato, que se faz pela intervenção do Estado na transformação da vida da população.

Foi com o desenvolvimento dos sistemas de proteção social que “se configuraram a partir de circunstâncias históricas e lutas políticas particulares a cada nação [...] que são produtos e, ao mesmo tempo, elementos estruturantes da vida social moderna” (GIOVANNI, 1998, p. 28) que se firmou uma característica comum aos diversos países onde isso ocorre, que é a valorização dos direitos sociais, culturais e econômicos. Para além dos direitos de liberdades individuais, que requerem a não intervenção do Estado, caso dos direitos civis e políticos, aqueles direitos necessitam que o Estado atue para que possam ser realizados.

Os direitos de igualdade são os que se conectam mais diretamente à noção de cidadania, particularmente em países onde a industrialização foi tardia, caso do Brasil, e modificou o curso linear da transformação da sociedade quanto à posição de seus membros em relação à conquista de direitos que lhes conferiam conscientização de que, pela liberdade, capacidade de participação política e mobilidade, poderiam encontrar seu espaço e *status* de cidadão na ordem econômica, política e social em que viviam.

Assim é que, no Brasil, entende-se não ser possível falar sobre a condição de cidadania plena, haja vista que essa noção de ser cidadão se constituiu no País de modo vertical, imposta pelo

regime autoritário, que garantiu direitos sociais, ao tempo em que limitava direitos políticos (CARVALHO, 2001). Cidadania é, pois, um conceito amplo que pode-se ligar à garantia de direitos, especialmente de participação no espaço público em que se está inserido, tendo-se que

[...] não há uma essência única imanente ao conceito de cidadania, o seu conteúdo e seu significado não são universais, não estão definidos e delimitados previamente, mas respondem à dinâmica dos conflitos reais, tais como vividos pela sociedade num determinado momento histórico. Esse conteúdo e significado, portanto serão sempre definidos pela luta política (DAGNINO, 1994, p. 107).

No Brasil, inclusive, a partir da década de 1980, pode-se também entender a cidadania como a conquista do poder de associação, que pressiona a sociedade sobre as conquistas de grupos com interesses particulares, que ganham força representativa pela organização desses interesses, mas que também pode significar fragmentação social, com lutas por direitos distintivos de um grupo ou de outro (DAGNINO, 1994). Em termos teóricos, a autora chama a atenção para que se pensem os movimentos sociais como redes,

[...] como sujeitos políticos não só coletivos como múltiplos, heterogêneos, que compartilham alguns princípios básicos sobre a participação popular, a cidadania e a construção democrática e que hoje podem ser vistos como incluindo desde associações de moradores até organizações não governamentais, setores partidários e, por que não, setores do Estado, especialmente em âmbito municipal e estadual. Lembra, ainda, que os experimentos de co-gestão dos serviços públicos são mais complexos na medida em que são escassos os recursos públicos destinados a novos investimentos, o que leva a situação de uma carência que se generaliza como interesse comum e se universaliza como direito (DAGNINO, 1994, p. 111-112).

A nova noção de cidadania incorpora tanto a noção de igualdade como de diferença. Sobre esse aspecto, a autora considera importante reafirmar a visão historicizada da cidadania como estratégia, que lhe parece ser um quadro referencial teórico e político no qual seria possível articular o direito à igualdade com o direito à diferença. “Enquanto estratégia, o conteúdo da cidadania é sempre defendido pela luta política e é, portanto, capaz de incorporar dimensões de subjetividade, aspirações e desejos, em suma, interesses” (DAGNINO, 1994, p. 113). Desse modo, Evelina Dagnino admite a possibilidade de articulação de interesses diversos

na construção da cidadania. Para isso, ela demonstra que o direito à diferença específica aprofunda e amplia o direito à igualdade. E o que é significativo no pensamento da autora é a consideração de que se não é possível se chegar ao consenso pleno, que se veja a importância dos consensos possíveis, pois, como preconiza Hanna Arendt (2004), a força comunicativa dos cidadãos está mais do que na capacidade de vencer pelo argumento, na possibilidade de se vivenciar os dissensos, a riqueza da heterogeneidade que enriquece a capacidade humana de lutar e conquistar posições na esfera pública.

Esfera pública que cresce na noção de rede, conexões de um mundo global mediatizado pelos sistemas de informação e midiático pelo universo dos MCM, que servem de arena aos debates públicos reivindicatórios da cidadania, talvez não tão ativa como se poderia imaginar a partir da legitimação de direitos sociais, pois que lhe falta a capacidade de compreender e empreender diálogos simétricos com o poder instituído, principalmente o poder do mercado, que comanda as relações em tempos atuais. Se levada ao campo das comunicações de massa, esfera pública abstrata e cada vez mais presente na organização relacional entre pessoas e instituições, a categoria mercado se afirma pelo mercado midiático, que pode ser caracterizado como forte e dominador, pois que em seu controle está a produção e a veiculação de conteúdos que vão ajudar a formar o pensamento público sobre as variadas questões em debate na vida social.

A partir desse ponto, é possível fazer o encontro entre o direito à comunicação e a constituição de uma cidadania ativa, considerando os aspectos anteriormente analisados, como a capacidade dialógica na formação do pensamento e da mobilização social e as influências do poder econômico e político sobre a pauta de reivindicações sociais e os limites de suas conquistas. Se for seguida a referência de Bobbio (1992), que divide o direito em gerações, o direito à comunicação pode ser considerado como um direito de quarta geração, que se incluem os chamados direitos republicanos, como o direito ao patrimônio cultural, ambiental, aos recursos públicos. Um direito de toda a sociedade, que contempla o direito à informação e vai além dele, “É uma comunicação que se ocupa da viabilização do direito social coletivo e individual ao diálogo, à informação e expressão” (BRANDÃO, 2009, p. 20).

A própria Constituição brasileira, em seu artigo 5º, mostra-se limitada quanto à abrangência do conceito de comunicação, quando relaciona como direito a esta a livre expressão da atividade, a manifestação do pensamento e o acesso à informação sem ampliar o significado disso. Acesso à informação parece ser insuficiente para dar conta do que prenuncia a existência de fluxos mais abrangentes que destoam da ideia sistematizada da informação, como poderia se pensar nos paradigmas originais das teorias da comunicação, a exemplo da teoria da informação de Shannon e Weaver, na qual a preocupação é com a transmissão ideal, livre de ruídos e dentro de um código perfeito entre emissão e recepção (WOLF, 2005).

Atualmente, a *Comunication Research* volta-se para o estudo dos efeitos a longo prazo, “em tais medidas latentes, implícitos no modo como determinadas distorções na produção de mensagens se reverberam no patrimônio cognitivo dos destinatários” (WOLF, 2005, p. 142). É nesse contexto que se encaixa, por exemplo, a espiral do silêncio de Noelle-Neumann (1973). Por meio dela, o que está no centro da problemática dos efeitos é a relação entre a ação constante dos MCM e “o conjunto de conhecimentos sobre a realidade social que dá forma a uma determinada cultura e nela age dinamicamente” (WOLF, 2005, p. 142). A teoria da espiral do silêncio entende que a mídia possui três características relevantes: a acumulação, que se refere ao excesso de exposição de temas na mídia; a consonância, semelhança da forma como as notícias são produzidas e veiculadas; e a onipresença, que ressalta, para além da capacidade da mídia estar presente em todos os lugares, a capacidade que isso produz sobre o que é sabido publicamente e o que é publicamente sabido (NOELLE-NEUMANN, 1973).

Também ocupa lugar de destaque nesse âmbito de estudo, a hipótese de *agenda setting*, desenvolvido por Mc Combs e Shaw, em 1972, que apontam a influência na mudança de cognições na forma como as pessoas apreendem as informações e formam seu conhecimento sobre o mundo. Para Shaw (1979, p. 96-101), as “pessoas tendem a incluir ou excluir dos próprios conhecimentos o que a mídia inclui ou exclui do próprio conteúdo”. O autor alerta ainda, que o público confere ao que a mídia agenda uma importância proporcional à “ênfase atribuída pelos meios de comunicação de massa aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas.”

O que os estudos dos efeitos a longo prazo dão conta, afinal, é de como a interferência do que é veiculado pelos MCM promove a significação para o senso comum do que é importante ser considerado para a formação de sua opinião e do agendamento de suas discussões cotidianas. Desse modo, também é importante considerar o caráter fragmentador que a mídia possui, trabalhando para segmentos específicos do público como meio de assegurar audiência e a necessária verba de publicidade, que garante a sobrevivência no mercado. Essa situação dissonante entre ter a comunicação como o campo onde se constitui a esfera pública contemporânea e a característica excludente que lhe é intrínseca pelos limites das configurações do mercado, suportado por uma legislação que incentiva o controle pelo capital, inquieta. Necessário, assim, refletir sobre a mídia como o espaço em que se organiza a ágora de discussões que encaminha agendas e influencia respostas para as demandas públicas. Isto invoca a relação entre a negação ao direito à comunicação e a permanência de uma sociedade sempre beneficiada de modo parcial pelas políticas públicas.

O acesso à informação que produza participação comunicativa pode diminuir a vala de desigualdade entre quem detém o poder de comunicar e quem se encontra em posição assimétrica na relação de ser preparado para conhecer e se fortalecer como cidadão capaz de agir de modo consciente. O que se quer dizer é que se faz importante saber qual o tratamento que está sendo conferido ao direito à comunicação; quem e como está atuando sobre o tecido social como formador de opinião acerca das políticas públicas. O planejamento das políticas públicas precisa contemplar a diversidade, ampliar os campos de força, com a participação, com vez e voz de atores distintos, restringir os limites da burocracia institucional e organizar as ações de forma coerente com a grandeza que a questão impõe para sua gestão. É preciso, na verdade, trabalhar a comunicação no seu sentido amplo de promover a capacidade cognitiva, dialógica e, conseqüentemente, capacitadora para um melhor poder participativo. De início, é preciso pensar a comunicação como política pública essencial, uma vez que não cabe imaginar um cidadão ativo sem que este receba, absorva informações, participe dos diálogos comunicativos, expresse suas opiniões e lute por mudanças para melhorar os serviços. A ideia que pressupõe participação democrática liga-

-se diretamente à comunicação como suporte da democracia, pois que, vigilante das ações políticas, serve para prover a sociedade de conhecimento acerca do que se decide em seu nome e para si.

A dificuldade de se discutir e criticar a comunicação, especialmente a mídia, impõe obstáculos ao avanço do papel democrático da mesma. A linha tênue entre o que é controle social e o que é censura termina por isolar a mídia num lugar de fala pouco afeita à participação ampliada de setores distintos da sociedade; confere um *status* quase intocável, mesmo que a própria mídia se divulgue como o espaço aberto para que os cidadãos reconheçam seus problemas cotidianos, recebam informações sobre eles e passem a se inserir no debate democrático, formando suas opiniões e expressando-as a partir do que é mediatizado pelos conteúdos mediatizados.

Como ser partícipe do espaço público, com capacidade de expressão e condições de acesso à vida digna, que, ao final, resume para o senso comum o sentido de cidadania, sem o direito à comunicação? Por outro lado, como não refletir que este direito se liga, também, a uma noção de cidadania constituída no espaço público midiático, o qual é visto como mediador de interlocuções entre os diversos agentes dele participantes e, ao mesmo tempo, excludente por força das imposições do mercado, cujo princípio básico é a segmentação de público como meio de garantir audiência, fonte de lucratividade?

Nas políticas públicas, a comunicação ainda ocupa uma função instrumental, mas, quando entendemos a complexidade que se liga ao fato de ter acesso ou não às informações para a formação de capacidades comunicacionais, que permitam transformar observadores em sujeitos

[...] que se pronunciam sobre questões que lhes dizem respeito, que exigem a partilha na deliberação de políticas que afetam suas vidas e que trazem para a cena pública o que antes estava silenciado, ou então fixado na ordem do não pertinente para a deliberação política. (TELLES, 1999, p. 180)

Sujeitos preparados para compreender e se posicionar diante do que lhes é proposto, então, percebe-se que é preciso um olhar de longo alcance sobre os processos de planejamento de comunicação presentes nos programas das políticas públicas.

3 Conclusão

A título de conclusão, fazemos aqui algumas considerações.

As políticas públicas são resultado de embates entre forças que, por momentos, superam umas às outras e acabam por determinar ações tuteladas pelo Estado e inseridas na sociedade. Assim, não cabe a pertinência de um olhar reducionista, pois que são férteis em produção de sentidos, significados e ressignificados que se constroem em terrenos de trocas movidas pelas interações individuais e coletivas, que resultam em identidades e culturas complexas.

Nesses embates, claro, estão fortemente presentes a informação e a comunicação, inclusive como capital de poder, facilitador de trocas, as quais vão significar muito na constituição dos espaços para movimentação de recursos, incluindo os financeiros. Além de, sobretudo, indicar o sentido dos saberes que serão disseminados e configurados como políticas de comunicação propriamente dita.

Há que se ressaltar que esse caminho é o que se desenha em âmbito local, nacional ou global, pois que com o avanço das TICs, a informação e a comunicação são configuradas como processos políticos e sociais, sustentados por grandes organizações com poder de ação sobre o Estado, o mercado e a sociedade, cuja hegemonia, forjada na posse dos mecanismos de mediação e midiatisação informacionais e comunicativos, trabalha para garantir a manutenção do sistema econômico que exclui a grande maioria das populações do acesso aos mesmos.

No Brasil, desde a Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, vê-se crescer um modelo de gestão descentralizada em que se prega a maior participação da sociedade sobre o controle das políticas sociais através dos conselhos estaduais e municipais. No campo da comunicação, isso parece bem distante da realidade, uma vez que surge sempre, como um elemento limitador para o avanço nesse campo, a discussão sobre o que é ou não censura quando se fala de controle social da mídia e dos conteúdos divulgados.

A mobilização social em torno da conquista de direitos representa avanços na condição de cidadania ativa no Brasil. As vozes organizadas se fizeram ouvir e reivindicaram posição, mas o que se questiona é como o Estado tem trabalhado, a partir de suas iniciativas, o fortalecimento de mais sujeitos, a fim de lhes dar a oportunidade de também ter voz. A tensão presente no planejamento das políticas públicas, pelas disputas

de interesses, revela que o saber e o poder estão alinhados; podendo-se inferir que quanto maior a capacidade de apropriação de conhecimentos e informação, maior a participação e a qualificação argumentativa, o que se constitui força política.

Importa, pois, apropriar-se do potencial informativo intrínseco a uma determinada informação, compreendendo o significado específico para a luta, que se fortalece por argumentos embasados em conhecimento e informação para o alcance dos objetivos pretendidos - corroborando o pensamento de Moraes (2007). Assim, há a necessidade de se ampliar o debate sobre o direito à comunicação, que, por ter em grande parte um caráter subjetivo forte, inclina a pensar que não seja possível tornar-se concreto se o relacionarmos com o seu aspecto de promoção da capacidade reflexiva, que viabiliza uma participação cidadã mais efetiva e simétrica ante os poderes instituídos e as forças economicamente fixadas na condução da vida social.

Pode-se pensar em direito à comunicação pelo lado mais pragmático, com a promulgação de leis que definam o acesso a tecnologias e aos meios de comunicação, por exemplo; mas, ao refletir sobre a importância desse direito para a constituição de uma sociedade menos excludente e desigual, tem-se a impressão de estar palmilhando um terreno árido, que precisa ser bem trabalhado antes pela educação, mas que não deve, por isso, ser negligenciado ●

Referências

- ARENDE, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- BRANDÃO, E. P. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, J. (Org.). *Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas, 2009. p. 1-33.
- BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- CARVALHO, J. M. de. *A cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CARVALHO NETTO, M. de; SCOTTI, G. (Org.). *Os direitos fundamentais e a (in)certeza do direito: a produtividade das tensões principiológicas e a superação do sistema de regras*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.
- CHEUIRI, V. K. Prefácio. In: CARVALHO NETTO, M. da; SCOTTI, G. (Org.). *Os direitos fundamentais e a (in)certeza do direito: a produtividade das tensões principiológicas e a superação do sistema de regras*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-115.

GIOVANI, G. di. Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, M. A. de (Org.). *Reforma do estado e políticas de emprego*. Campinas: Unicamp, 1998. p. 9-20.

GIOVANI, G. di. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. v. II.

HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa: complementos e estudios prévios*. 3. ed. Madrid: Cátedra, 1997.

HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. v. II.

MORAES, I. H. S de. Informação em saúde para o exercício do controle social: a luta pela democratização e qualidade da informação. In: SILVA, A. X. da; QUEIROZ, M.; MELO, V. (Org.). *Coletânea de comunicação e informação em saúde para o exercício do controle social*. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. p. 17-27.

NOELLE-NEUMANN, E. Return to the Concept of Powerful Mass Media, *Studies of Broadcasting*, V. 19, p. 67-112, 1973.

RAMOS, M. C. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In: MELO, J. M. de; SATHLER, L. *Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação*. São Bernardo do Campo: Umesp, 2005. p. 245-253.

SHAW, E. Agenda setting and mass communication theory. *Gazette*, v. XXV, n. 2, p.96-105, 1979.

TELLES, V. S. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: UFMG, 1999.

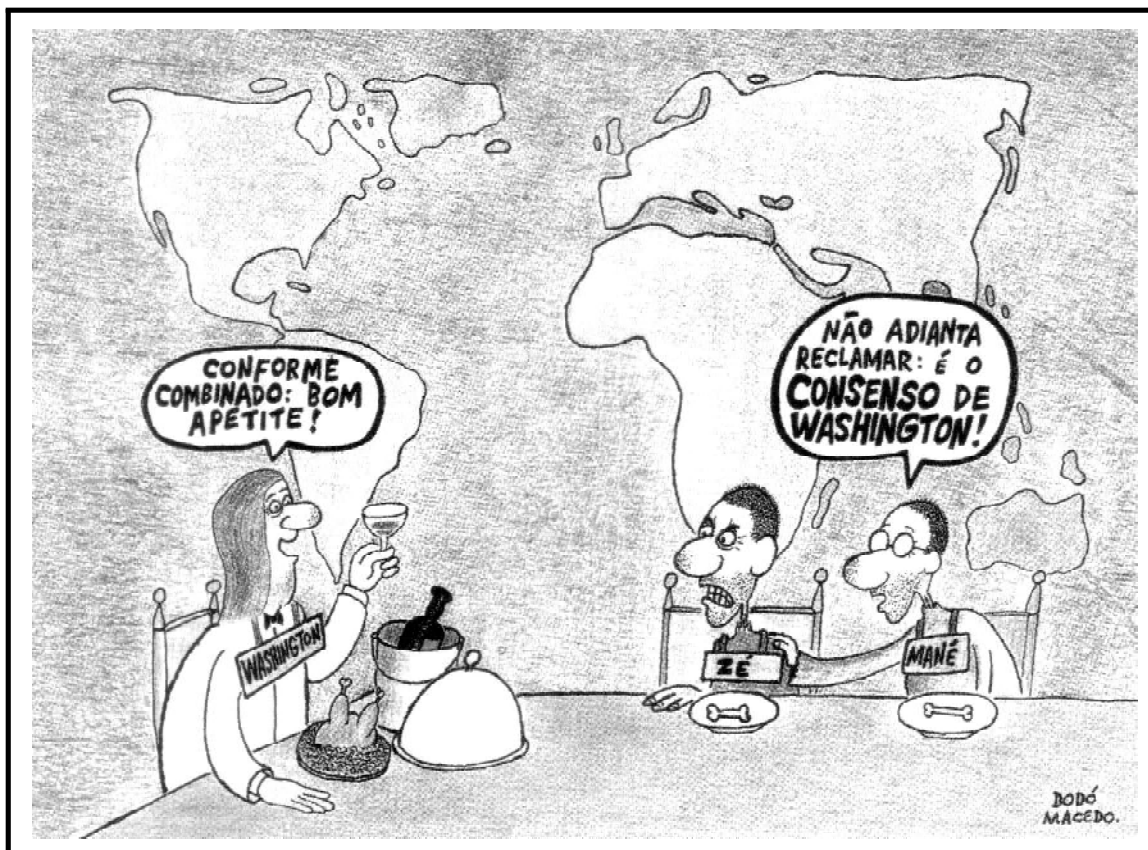
VIEIRA, E. *Os direitos e a política social*. São Paulo: Cortez, 2004.

WOLF, M. *Teorias da comunicação de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

***Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí/UFPI, mestra em Política Públicas/UFPI e coordenadora do curso de Comunicação Social do Centro Unificado de Teresina (CEUT).**

***Professor Dr. do Departamento de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em História e Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFPI.**

CHARGE DO DODÓ MACEDO



BONAPARTISMO, BISMARCKISMO E EMPREGO PÚBLICO*

Por Francisco Pereira de Farias**

Pode-se buscar uma comparação da análise de Marx sobre o bonapartismo e de Weber sobre o bismarckismo. Como aspectos comuns, destacam-se os temas da centralização burocrática do Estado, a figura do líder do Executivo e o empreguismo estatal. Mas a caracterização desses temas apresenta divergências, pois resulta de pressupostos diferentes. Marx parte da teoria da luta de classes, enquanto Weber está polarizado pelo problema da seleção da liderança política.

Os conceitos de bonapartismo e bismarckismo, historicamente relacionados aos regimes instaurados na França, do regime de Napoleão III, e na Alemanha, do governo de Bismarck, indicam formas semelhantes de organização do Estado e relacionamento com a sociedade. Em ambos, o Estado assume a forma da centralização política em correspondência a uma ausência de hegemonia política no seio do bloco de classes e frações dominantes, em um contexto de transição para o capitalismo industrial.

Queremos apontar aqui o tema do emprego público. Do ponto de vista weberiano, o apadrinhamento dos cargos públicos significa um elemento de irracionalidade da organização estatal. De fato, Weber (1993), em "Parlamento e governo na Alemanha reordenada", condena o sistema de apadrinhamento "oficioso" do emprego público na Alemanha, sob o controle dos partidos de base social nos setores intelectualizados (professorado, advogados, médicos etc.) de origem agrária. Por sua vez, Marx (1997), em "O 18 Brumário", mostra não a irracionalidade, mas a racionalidade do empreguismo no Estado bonapartista como política de manutenção da ordem social. A desorganização da pequena propriedade no campo, submetida a dívidas hipotecárias e a crescentes impostos governamentais, produziu um excesso de desempregados, para os quais não havia lugar, nem no campo nem nas cidades, e que tentou, portanto, obter postos governamentais como uma espécie de esmola respeitável. Napoleão III foi forçado a criar uma casta artificial, para a qual a manutenção do seu regime transformou-se em uma questão de subsistência.

Assim, as áreas agrárias, tanto no bismarckismo como no bonapartismo, são em parte incorporadas ao poder dominante via emprego público. Nesse sentido, podemos lembrar o caso brasileiro, onde o emprego público tem um peso maior nas regiões de predomínio agrário. Segundo dados do Instituto Brasileira de Geografia e Estatística (IBGE) - "Anuário Estatístico do Brasil, 1993" -, a distribuição do pessoal da administração pública no Brasil apresenta uma maior densidade, em relação à população economicamente ativa (PEA), nas regiões Norte e Nordeste, menos desenvolvidas economicamente. Assim, no total de pessoas ocupadas na administração pública, estas regiões registram um índice, respectivamente, de 9.4 e 5.0; ao passo que o Sul e o Sudeste têm índices de 4.3 e 4.5. Em relação à alta burocracia, com o nível de renda acima de 10 salários mínimos, enquanto o Sul e o Sudeste possuem um índice de 10.7 e 9.2, respectivamente; o Norte e o Nordeste têm um índice de 11.3 e 16.7.

A explicação desse fenômeno é distinta. O ponto de vista weberiano tende a enfatizar as pressões dos egressos do sistema educacional pelo acesso ao aparelho do Estado. Enquanto o ponto de vista marxiano, em um nível mais aprofundado, remete à explicação ao aspecto da desorganização das atividades econômicas tradicionais decorrentes da expansão capitalista ●

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil 1993*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

MARX, K. *O 18 Brumário*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

WEBER, M. *Parlamento e governo na Alemanha reordenada*. Petrópolis: Vozes, 1993.

* Em homenagem ao professor Octavio Ianni.

** Professor do Depto. de Ciências Sociais/UFPI; possui doutorado sanduiche pelo Institut de Recherche sur les Sociétés Contemporaines (2002), e doutorado em Ciência Política pela Unicamp (2010).

AS SEGURANÇAS AFIANÇADAS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: algumas reflexões sobre o papel da assistência social no contexto contemporâneo

Por Teresa Cristina Moura Costa* e Maria D'Alva Macedo Ferreira**

Resumo: desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, tem crescido a discussão e o debate sobre a assistência social enquanto política pública de responsabilidade estatal que afiança direitos e garante cidadania aos indivíduos e famílias que dela necessitam. Isso acontece pela própria necessidade de entendimento dessa política e da definição de suas funções no contexto do sistema de proteção social brasileiro. Este artigo objetiva, assim, analisar as diferentes concepções elaboradas sobre as configurações da assistência social enquanto política de seguridade social, trazendo elementos para reflexão de suas configurações contemporâneas no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Proteção social. Assistência social. Seguranças.

1 Introdução

A assistência social foi reconhecida como política pública de seguridade social a partir de 1988, com a promulgação da Constituição federal brasileira, e regulada através da lei 7.842 (Lei Orgânica da Assistência Social) em 7 de dezembro de 1993. Os avanços no campo legal foram produtos de lutas históricas dos movimentos sociais no sentido de garantir a superação da fragmentação, da pontualidade e da utilização da oferta dos serviços assistenciais como benesse, características históricas desta política ao longo dos anos.

Nesta perspectiva, este artigo busca discutir o significado da proteção social de assistência social, refletindo sobre quais seguranças devem prover no sentido de garantir a cidadania aos cidadãos brasileiros que dela necessitam.

Para tal, analisa, no primeiro momento, as configurações recentes da proteção social, particularizando a forma como o sistema de proteção social brasileiro estruturou-se e as características por ele assumidas; em seguida, busca refletir sobre a especificidade da assistência social na provisão de serviços que garantam seguranças sociais aos indivíduos e famílias brasileiros na perspectiva da cidadania.

2 O significado da proteção social de assistência social

É preciso considerar, inicialmente, que as sociedades de diferentes épocas, de um modo geral, sempre estiveram presentes na formatação de iniciativas que garantissem a proteção aos seus membros, mais especificamente àqueles que não conseguem, por meio do trabalho, a satisfação de suas necessidades.

No entanto, à medida que esse viver em sociedade foi-se tornando mais complexo e que as forças produtivas foram-se desenvolvendo, mormente com o impulso do processo de industrialização, ficaram evidentes as necessidades de intervenção do Estado no tocante à garantia de proteção aos seus membros, o que nos permite inferir que para entender as configurações do sistema de proteção social, faz-se necessário entender que o mesmo se constitui a partir do entrelaçamento das relações entre Estado, mercado e sociedade. Neste esforço, diferentes autores teorizaram sobre as formas de proteção social engendradas pelo Estado para garantir proteção.

Robert Castel (2005) defende a ideia de que existem dois grandes tipos de proteção na sociedade capitalista: a proteção civil, que garante

a guarda aos indivíduos e aos bens em um Estado de direito; e a proteção social, que garante a cobertura dos riscos que podem deixar os indivíduos em situação de degradação, como a doença, o acidente e a velhice sem recursos. Enfim, “as circunstâncias imprevisíveis da vida que podem culminar, em casos extremos, na decadência social” (CASTEL, 2005, p. 7). Nestes termos, ser protegido implica em ter acesso a um conjunto de seguranças que sejam capazes de impedir as ameaças de “degradação do estatuto social do indivíduo” (CASTEL, 2005, p. 7), ou seja, do risco social que se constituiria em “[...] um evento que compromete a capacidade dos indivíduos de assegurar por si mesmo sua independência social. Se ele não estiver assegurado contra esses imprevistos estará em insegurança” (CASTEL, 2005, p. 27).

No século XVIII, estes riscos eram evitados pela existência da propriedade privada que, para Locke (apud Castel, 2005), garantia aos indivíduos os meios necessários para viverem de forma digna e protegida, em um contexto em que o homem já estava mais seguro de si e independente, não mais ligado às tradicionais redes de proteção. À medida que a sociedade vai-se modernizando com o processo de industrialização, torna-se visível as contradições do sistema capitalista, que opera pela existência, de um lado, de quem dispõe da propriedade privada e, de outro, de quem vende seu trabalho, e, com ele, a incapacidade do credo liberal de continuar a responder às demandas emergentes de proteção apenas pela existência da propriedade privada.

Foi nesse contexto que emergiu a necessidade de garantir segurança a um grande contingente de pessoas que se encontravam destituídas da propriedade privada. Isso aconteceu através de dois mecanismos: o primeiro foi a transformação do trabalho em emprego, visível através do contrato que se estabeleceu, enquanto que o segundo diz respeito ao acesso dos membros da sociedade salarial à “propriedade social”, que, para Castel (2005, p. 33), equivaleria à propriedade privada, já que se constitui em um aglomerado de “equivalentes sociais”, como a aposentadoria e a oferta de serviços públicos.

Configura-se assim a constituição do Estado social, cujas bases edificavam-se na conformação da sociedade salarial, na qual a condição de assalariado estabeleceu uma relativa

desmercantilização das relações de trabalho que se estruturaram através das provisões sociais presentes na legislação trabalhista e social e que propiciaram o direito à aposentadoria, ao seguro desemprego e à assistência à saúde, que configuram hoje o campo da seguridade social.

O papel do Estado seria de redução das incertezas sociais geradas no contexto das relações sociais capitalistas de produção, agindo, através da regulação dos sistemas de proteção social, enquanto instrumento de redução dos riscos sociais. Foi nesse contexto que diversos países trouxeram à tona o Estado social, particularmente pós-Segunda Guerra Mundial, quando os países capitalistas centrais, particularmente os da Europa Ocidental, vivenciaram os 30 anos gloriosos do capitalismo.

Nesta perspectiva, uma das grandes referências de proteção social se desenvolveu no contexto europeu, com o *welfare state* ou Estado de bem-estar social, que se fundamentou na associação do trabalho e Estado como garantidores do bem-estar da sociedade. Aqui, a proteção social aparece como direito de cidadania, que pode ser acessado por um conjunto de ações articuladas no interior de cada Estado (MIOTO, 2008).

Por *welfare state* no Estado capitalista entende-se, de acordo com Draibe (1990, p. 2),

Uma particular forma de regulação social que se expressa pela transformação das relações entre o Estado e a economia, entre o Estado e a sociedade, a um dado momento do desenvolvimento econômico. Tais transformações se manifestam na emergência de sistemas nacionais públicos ou estatalmente regulados de educação, saúde, previdência social, integração e substituição da renda, assistência social e habitação que, a par das políticas de salário e emprego, regulam direta ou indiretamente o volume, as taxas e os comportamentos do emprego e do salário da economia, alertando, portanto, o nível de vida da população trabalhadora.

Neste esforço, o Estado de bem-estar envolve um conjunto de atenções que envolvem desde a constituição dos sistemas públicos voltados para a segurança, tanto no que se refere às proteções do trabalho como também para quem está fora dele, na perspectiva de enfrentamento e redução dos riscos sociais.

As sociedades estruturam seus sistemas de bem-estar, de acordo com Esping-Andersen (1991), observando os direitos e garantias, a forma como as atividades estatais se entrelaçam com o

mercado e com as famílias na provisão de bens e serviços. Nesta perspectiva, Draibe (1990) aponta uma classificação para os tipos mais gerais de *welfare state*.

O primeiro modelo seria o *welfare* residual, também chamado por Esping-Andersen de modelo liberal de *welfare state*, pelo qual a intervenção estatal se dá de forma emergencial e provisória, quando as proteções individuais, familiares e sociais não forem capazes de dar conta das necessidades dos indivíduos. O segundo se constitui no “*welfare* meritocrático-particularista” - na denominação de Esping-Andersen (1991), modelo conservador de *welfare state* -, que tem como fundamento de proteção o mérito individual, devendo o Estado intervir apenas para corrigir distorções geradas pelo mercado ou pela desigualdade de oportunidades. Finalmente, o terceiro modelo, o institucional redistributivo - ou padrão social-democrata de *welfare state*, para Esping-Andersen (1991) -, aborda a necessidade de produzir e distribuir bens e serviços sociais na perspectiva do direito e da universalidade, ou seja, a todos os cidadãos, de modo que estes se sintam amparados e que se reduzam as incertezas sociais.

Percebe-se, neste contexto, que a os sistemas de proteção social estruturam-se de diferentes formas - considerando, inclusive, as realidades econômicas e sociais de cada país - e incluem desde o seguro social até a oferta de serviços públicos.

No contexto brasileiro, o *welfare state* insere-se, de acordo com Draibe (1990), no tipo meritocrático-particularista, no qual os indivíduos são reconhecidos por sua capacidade de resolver seus problemas de acordo com o seu próprio mérito, devendo o Estado intervir apenas quando isso não for possível, ou seja, na correção de desigualdades geradas pelo mercado; apresenta, pois, no contexto contemporâneo, um sistema de proteção social que inclui desde a oferta da seguridade social como também a oferta de outros serviços públicos, como educação e habitação. Assim, a seguridade social brasileira foi assumida pelo Estado brasileiro como responsabilidade pública a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88), envolvendo um conjunto de ações dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar o direito à saúde, à previdência social e à assistência social. A inserção da assistência social no rol da seguridade social coloca-nos algumas inquietações.

Na conformação dos sistemas de seguridade social, a previdência social, de caráter contributivo, garante o direito ao seguro, à aposentadoria e à cobertura àqueles que estão no mercado contra os riscos de acidente, invalidez ou velhice; a saúde, por outro lado, reforça a atenção em caso de doença; e a assistência social? Qual o papel da assistência social enquanto política pública garantidora de segurança social? Que seguranças ela deve afiançar para proteger aos cidadãos? Enfim, o que é mesmo a proteção social de assistência social?

A inscrição da assistência social no rol da seguridade social remete, primeiro, à necessidade de atendimento às demandas da sociedade brasileira, marcada pela desigualdade social gestada na reprodução das relações capitalistas de produção, que se configuram no aumento crescente da pobreza e da miséria. Estão assegurados na CF/88, em seu artigo 203:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção e a integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Percebe-se que a atenção volta-se desde à atenção aos segmentos mais fragilizados pela pobreza como também àqueles que não conseguem acesso ao mercado, seja pela limitação física ou etária. Ressalte-se, contudo, que a proteção primeira é a individual e familiar. Somente quando estas instâncias de proteção falham é que o Estado entra com a intervenção.

Pereira (2000) destaca que essa foi a área que mais se diferenciou das demais Constituições, tendo em vista que obteve o seu reconhecimento como direito abrindo a possibilidade de rompimento com a tradição do assistencialismo, da segmentação, e com o caráter contributivo. Foi regulamentada em 1993, com a promulgação da lei n. 8.742/93, a Lei Orgânica da Assistência Social, que, entre outras atribuições, estabelece a garantia de provisão de ações voltadas para o atendimento a família, gestantes, nutrízes, crianças, adolescentes, idosos, pessoas portadoras de deficiência, desempregados afetados em suas necessidades básicas.

Além disso, amplia a proteção social com base não contributiva, ao estabelecer a concessão de uma renda mínima para idosos com mais de 65 anos e pessoas com deficiência incapacitante para o trabalho e para os atos da vida, independentemente de não ter como prover sua subsistência ou tê-la provida pela família.

A inserção da assistência no âmbito da seguridade social exige que esta política enfrente também incertezas sociais através do atendimento das situações de vulnerabilidade e risco social geradas nos campos relacionais da vida humana, afiançando determinadas seguranças sociais. Assim a proteção social de assistência social opera, de acordo com Sposati (2007, p. 450), sob três situações: a primeira refere-se à proteção das “fragilidades próprias do ciclo de vida do cidadão”, o que remete ao diálogo com os direitos da criança, do adolescente, dos jovens e idosos atendendo suas especificidades; o segundo eixo opera sobre a proteção “às fragilidades da convivência familiar”, entendendo que a família, enquanto base da sociedade, vem sendo afetada por mudanças diversificadas no contexto social, mas ainda é a unidade de referência afetiva dos seus membros, carecendo, pois, de atenção especializada; o terceiro eixo refere-se à “proteção à dignidade humana e às suas violações” e inclui a necessidade de trabalhar com o respeito “a heterogeneidade e a diferença sem discriminação ou apartação.”

Trata-se do reconhecimento da assistência social como direito social, que possibilita a desmercadorização, daí o seu caráter não contributivo, que permite o acesso dos cidadãos à assistência independentemente de contribuições no mercado e, além disso, esta política deve “contribuir para efetiva concretização do direito do ser humano à autonomia, à informação, à convivência familiar e comunitária saudável ao desenvolvimento intelectual, às oportunidades de participação e ao usufruto do progresso.” (PEREIRA, 2008, p. 224).

Nesta perspectiva, Sposati (2007) enfoca a necessidade de ampliação do olhar sobre esta política, na tentativa de superar a sua histórica vinculação com a pobreza, que acaba por considerar o cidadão alvo de ações específicas, como se suas necessidades fossem diferentes das necessidades dos demais cidadãos.

A atuação da assistência social volta-se, por este ângulo de análise, para o atendimento das

situações de vulnerabilidade e risco social geradas nos campos relacionais da vida humana, afiançando determinadas seguranças sociais. A recente aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) procuram especificar o conteúdo desta política e trabalhar com as bases organizativas para a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios que garantam as seguranças aos cidadãos.

3 As seguranças afiançadas na política de assistência social

Enquanto política de seguridade social, a assistência deve prover seguranças sociais ao seu público, o qual é formado, de acordo com a PNAS (BRASIL, 2004, p. 27), por

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

Neste esforço, a PNAS define as seguranças que devem ser assumidas por essa política enquanto política de seguridade social, quais sejam: a segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; e convívio ou vivência familiar. A primeira inclui atenção aos que estão no mercado, mas não conseguem sua manutenção pelo trabalho e nem pela família (BRASIL, 2004). Como resposta a esta demanda, está o benefício de prestação continuada, que estabelece a concessão de uma renda mínima para idosos com mais de 65 anos e pessoas com deficiência incapacitante para o trabalho e para os atos da vida, como exposto anteriormente. Outro exemplo é o programa Bolsa Família, para famílias vulneráveis economicamente. Tais benefícios assumem um papel hoje de garantir mínimos sociais para aquelas camadas tradicionalmente incapacitadas e, ainda, para um grande contingente de pessoas que não encontram espaço no mercado de trabalho, além dos que encontram, mas que os ganhos são insuficientes para garantir sua manutenção. Percebe-se aí, de acordo com

Sitcovsky (2008, p. 154), “a relação existente entre a Assistência Social, o trabalho e a intervenção do Estado na reprodução material e social da força de trabalho”.

A segurança de acolhida, por sua vez, aponta para a necessidade de garantir proteção às situações de abandono e isolamento, “restaurando sua autonomia, capacidade de convívio e protagonismo mediante a oferta de condições materiais de abrigo, repouso, alimentação, higienização, vestuário e aquisições pessoais desenvolvidas através de acesso às ações sócio-educativas” (BRASIL, 2004, p. 34). Trata-se da garantia de uma rede de serviços à qual o cidadão possa recorrer em casos de violação extrema de seus direitos.

Finalmente, a segurança de convívio ou vivência familiar inclui um conjunto de ações, cuidados e serviços que primem pelo trabalho socioeducativo capaz de trabalhar com o reestabelecimento de vínculos pessoais, familiares, comunitários e sociais. Com isso, espera-se fortalecer e ampliar as redes de proteção do indivíduo e, por conseguinte, o tecido social.

Neste esforço, o SUAS opera por meio da hierarquização das ações em dois níveis de proteção: proteção social básica e proteção social especial. Para definir os mecanismos de operacionalização dos dois níveis de proteção do SUAS, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou a resolução n. 130, em 15 de julho de 2005, que dispõe sobre a Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB-SUAS), a resolução n. 01, de 25 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) e a resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprovou a tipificação nacional de serviços socioassistenciais.

Destarte, a proteção social básica prevê o desenvolvimento de um conjunto de programas, projetos e serviços continuados voltados para as famílias, na perspectiva de prevenção de situações de risco por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Os serviços de proteção social básica têm como porta de entrada os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), que se constituem em unidades públicas estatais responsáveis pela execução de programas, projetos e serviços que, reforçando a família como unidade de proteção e garantindo o acesso das mesmas às outras políticas públicas,

garantem o fortalecimento do convívio, da autoestima e o desenvolvimento de potencialidades e aquisições capazes de evitar a incidência de riscos. É também responsável pela coordenação da rede socioassistencial básica em seu território de abrangência.

A proteção social especial opera com um conjunto de ações voltadas para o atendimento de indivíduos e famílias com direitos violados, em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de maus tratos, abuso e exploração sexual, trabalho infantil, entre outros. Ressalta-se que a proteção social especial divide-se em dois eixos: (a) a proteção social especial de média complexidade, responsável pelo atendimento de indivíduos cujos vínculos familiares estão parcialmente rompidos; e (b) a proteção social especial, que estabelece provisões de atenção integral aos indivíduos cujos vínculos familiares encontram-se totalmente rompidos. Assim, de acordo com Sposatti (2007, p. 449), a assistência social “chega até os que estão nas ruas e desenvolve a concepção de proteção extensiva.”

Este nível de proteção tem como porta de entrada os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), que são responsáveis pelo atendimento das demandas da proteção social especial, trabalhando com indivíduos e famílias na perspectiva da restauração dos vínculos e de superação das violações.

Os serviços de proteção social especial de alta complexidade constituem-se através do serviço de acolhimento institucional, que é ofertado considerando a especificidade do ciclo de vida e das contingências sociais; e inclui a oferta de serviços integrais, com procedimentos de escuta, acolhimento, inclusão na rede de serviços socioassistenciais e de outras políticas públicas e um trabalho que se volte para o desenvolvimento da autonomia e a reconstrução dos vínculos familiares e comunitários.

Finalmente, é preciso considerar que a maioria das situações que se projetam para o campo da assistência social e que exigem a sua segurança são decorrentes da pobreza resultante da larga desigualdade presente na sociedade brasileira e, nessa matriz, torna-se difícil que esta política possa intervir. Daí a necessidade de articulação não somente com as outras políticas sociais, mas com a própria política econômica.

4 Conclusão

Vive-se hoje, nos países centrais, em meio a um conjunto de incertezas sociais provocadas pela desestruturação da sociedade salarial e, com ela, das proteções ligadas ao trabalho. No Brasil, onde essa sociedade não foi experimentada, mas que também estruturou o seu sistema de proteção social, questiona-se atualmente qual o papel da política de assistência social e as seguranças que dela devem decorrer.

A política de assistência social, que alcançou o *status* de política pública a partir da CF/88, como direito do cidadão e dever do Estado, constitui-se, assim, em uma forma de regulação social que, embora esteja ligada à pobreza, perpassa também o campo das violações que transcendem este campo e que precisa trabalhar de forma articulada com outras políticas, na perspectiva do atendimento às necessidades sociais. Assim, enquanto política integrante do sistema de seguridade social, deve garantir a oferta de programas, projetos e serviços articulados com outras políticas públicas que sejam capazes de garantir a provisão de seguranças sociais aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social.

As reflexões empreendidas pelos profissionais da área e pelos pesquisadores têm circulado tanto sobre o conceito de proteção social nesta área como também sobre a necessidade de entendê-la para além de um substitutivo do trabalho ●

Referências

- BRASIL. (Constituição) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, 05. out, 1988.
- BRASIL. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 08 dez. 1998.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social - PNAS. *Diário Oficial da União*, Brasília, 28 out. 2004.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n. 130, de 15 de julho de 2005. Aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social - NOB-SUAS. *Diário Oficial da União*, Brasília, 25 jul. 2005.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n. 01, de 25 de janeiro de 2007. Publica o texto da Norma. *Diário Oficial da União*, Brasília, 28 jan. 2007.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n. 10, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. *Diário Oficial da União*, Brasília, 25 nov. 2009.
- CASTEL, R. *A insegurança social: o que é ser protegido?* Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- DRAIBE, S. M. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In: IPEA/PLAN. *Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas*. Brasília: IPEA, 1990. p. 1-65.
- ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. *Lua Nova*. n. 24, set. 1991.
- MIOTO, R. C. T. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, S. M. de M. dos S.; MIOTO, R. C. T. *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 130-148.
- PEREIRA, P. A. *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. Cortez: São Paulo, 2000.
- PEREIRA, P. A. Sobre a política de assistência social no Brasil. In: PEREIRA, P. A.; BRAVO, M. I. S. (Org.). *Política social e democracia*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 217-233.
- SITCOVSKI, M. Particularidades da expansão da assistência social no Brasil. In: MOTA, A. E. (Org.). *O mito da assistência social: ensaios sobre o estado, política e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2008. p.147-179.
- SPOSATI, A. Assistência social: de ação individual a direito social. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, n.10, jul.-dez. 2007.

* Graduada em Serviço Social, especialista em Gestão Social pela Faculdade Adelar Rosado/PI e mestranda do Programa de Políticas Públicas/ UFPI.

** Doutora em Serviço Social pela PUC-SP, professora do Curso de Serviço Social e do Mestrado em Políticas Públicas/UFPI e membro pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Infância, Adolescência e Juventude e do Núcleo de Pesquisa sobre Questão Social e o Serviço Social.

Pádua Ramos é daqueles que, vivendo fora de seu estado de origem, jamais deixou de estar atento aos problemas da gente de sua terra. Esse advogado, de formação há 40 anos, quando na condição de secretário de Planejamento criou a Fundação CEPRO, pensa e instiga economistas, geógrafos, engenheiros, sociólogos etc. a pensarem alternativas que se traduzam em melhores condições de vida para aqueles que aqui vivem.

Este número do Informe Econômico reproduz palestra de Pádua Ramos - “Desenvolvimento do Piauí: projetos estruturantes” - realizada na Assembleia Legislativa a convite de nosso colega, professor licenciado do Decon, deputado Firmino Soares Filho, por ocasião do lançamento da “Frente Parlamentar para o Desenvolvimento do Piauí Professor Raimundo Nonato Monteiro Santana” (em 11 de novembro de 2011).

Independentemente de concordar ou discordar das análises e proposições apresentadas, ou mesmo da perspectiva de desenvolvimento subjacente ao texto, desejo fazer registro de três pontos nele presentes. Primeiro: a salutar preocupação em analisar a formação econômica piauiense de forma ampla, tendo em mente os dias atuais e futuros. Segundo: a reafirmação sempre necessária da inexistência de relação de causalidade entre riqueza “natural” e indicadores de pobreza do povo. E terceiro, o fato de o texto colocar a questão que deve nortear toda e qualquer reflexão e posicionamento acerca das ações e políticas do poder público, das empresas, das organizações não governamentais e associações de modo geral: a quem ou a quê interessa isso ou aquilo, ou melhor, a quem ou a quê servem esse ou aquele investimento, essa ou aquela lei, norma ou determinação? Quais os possíveis resultados dessa ou daquela opção para diferentes grupos e seus interesses igualmente diversos?

Pádua nos indica o significado de alguns dos investimentos realizados no Piauí. Precisamos seguir essa trilha e aprofundar as questões por ele colocadas. Frente à ânsia da busca pelo crescimento e ao repetitivo discurso do “desenvolvimento sustentável”, é preciso perguntar “o quê” se quer desenvolver e “o quê” se pretende seja sustentável. Enfim, “quem” e “como” deve sustentar “o quê”.

Profa. Ms. Maria Elizabeth Duarte Silvestre/Departamento de Ciências Econômicas-UFPI.

DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ: projetos estruturantes

Por Pádua Ramos*

1 Introdução

Frequentemente, observadores que se debruçam sobre o mapa geoeconômico do Piauí ficam intrigados; porque veem, de um lado, o diversificado enxadrezado de ecossistemas a ofertar rica variedade de matérias-primas, e enxergam, de outro lado, perplexos, os indicadores - indicadores contrastantes - de pobreza. Proponho-me a oferecer contribuição, certamente modesta, mas, de todo modo, com seu tanto de validade, para a decifração de tamanho paradoxo.

Felizmente, os indicadores de renda vêm melhorando. Estudo do escritório de consultoria pernambucano “Datamétrica” indicaram que no ano de 2011 o ritmo de crescimento do nosso produto interno bruto (PIB) superaria o do próprio Brasil: Piauí, 5,06% > Brasil, 4,50%.

Sabemos que o desenvolvimento pode ser estudado do ponto de vista só econômico ou do ponto de vista apenas social ou, enfim, conforme é o desejável, da ótica integrada: econômica e social. Como ando ultimamente preocupado com o fenômeno da satelitização do Piauí frente a estados economicamente melhor providos de infraestrutura, ative-me ao tema que aqui pretendo desenvolver nas suas linhas mais gerais: “Desenvolvimento do Piauí: projetos estruturantes”.

São considerados, neste estudo, conjugadamente:

- a) o fator histórico, indicativo do processo, do modo como, da maneira como se deu a ocupação do território;
- b) o fator geográfico, visível no desdobramento do mapa estadual em numerosas latitudes,

desenhando-lhe configuração longilínea, bem como as vastas longitudes. De fato, as latitudes do Piauí alongam-se em cerca de 8° para o sul; tal corresponde a 887 km, de Luís Correia a Sebastião Barros. Quanto à longitude, esta se estende por mais de 5°: 618 km. Principalmente o dado da latitude ostenta os diferentes graus segundo os quais o rosto geográfico do Piauí se oferece à incidência dos raios solares com diferentes graus de inclinação. Astrônomos, geógrafos, geólogos, agrônomos, veterinários, bioquímicos bem que poderiam dizer-nos da implicação desses dados para a moldagem de nossos tão diferentes ecossistemas: praias, serras, planícies hidrográficas, cerrados, subáreas semiáridas, proximidade com a Amazônia; e ainda

c) o fator demográfico: população rarefeita, em função da qual é comparativamente pequeno o número de deputados federais piauienses. Logo, observa-se a baixa ponderação de nossa representação na correlação de forças políticas em interação na escala nacional. Os três fatores conjugam-se e a resultante vem presidindo a evolução sócio-econômica do Piauí, até esta idade contemporânea, a ponto de ditar de fora para dentro a estratégia de nossa infraestrutura. Vou repetir: a estratégia de nossa infraestrutura é ditada de fora do Piauí.

2 Gênese da formação da sociedade econômica piauiense

O território do Piauí, como se sabe, foi ocupado seguindo o roteiro interior-litoral, portanto, de modo diverso de como vieram a ser colonizados os outros estados nordestinos: litoral-interior; foi sendo ocupado, aos poucos, por fazendas de gado, por vaqueiros oriundos principalmente da Casa da Torre - dos Ávila, da Bahia -, que vinham tangendo o gado e plantando núcleos populacionais, provavelmente sem se darem conta de que estavam semeando as vilas e as cidades do futuro.

Assinala o historiador Odilon Nunes (1975, p. 81): “As fazendas de criação estabelecidas eram povoadas de três, dois moradores, às vezes apenas um [...]”.

Criaram-se, assim, no espaço que viria a ser, no futuro - o Piauí -, núcleos populacionais insulados, segregados, perdidos naqueles ermos desolados, naquelas paragens ignotas, imersos na solidão, como pontos isolados na área imensa de uma grande tela. A vida passando vagarosamente; onde

nada acontecia, exceto eventuais escaramuças decorrentes de colonizadores investindo contra índios ou de índios atacando colonizadores, quando estes sempre levavam a melhor.

Essas peculiaridades que caracterizam a ocupação do território valem, segundo Odilon Nunes (1975, p. 77), “[...] como fator preponderante na formação das tradições do piauiense e fixação de suas tendências.” A esse propósito, ele faz referência “[...] à vida vegetativa do comércio do Piauí, que crescia sem estímulo do homem, a diluir-se na vastidão deserta”.

Tenho para mim que o aboio dos vaqueiros apascentando o gado na solidão daqueles desertos de gente era também o acalanto amolecedor, a pastoral aquietadora, a cantiga de ninar com que faziam adormecer aquela civilização mais ou menos ilhada: civilização meio sonolenta, meio conformada; com o agravante de que o eixo das decisões, quando as havia, sobre seu destino não se situava nunca dentro de seu espaço, mas fora dele: na Bahia, em Pernambuco, no Maranhão. Seria natural que assim fosse: o Piauí ainda não contava com identidade política própria; mas não era só por isso. Com efeito, mesmo depois de 1758, quando o Piauí foi elevado à categoria de capitania; mesmo nos dias atuais, por incrível que pareça.

O modo como nasceram as cidades do Piauí, em torno da fazenda, amaciados docemente, os colonos, pela canção monocórdia do aboio, parece que tem tudo a ver com nossa timidez, ao praticarmos o pacto federativo, determinante de direitos e de deveres das diferentes unidades estaduais consolidadas na união nacional. Eis uma hipótese a instigar estudos aprofundados de sociólogos e psicólogos.

No cenário idílico, mas ilhado, de nossa colonização, foi moldado o temperamento de um ser humano, como os demais, senhor de virtudes e de imperfeições. Consolidou-se aí a figura do homem cordial. Fixaram-se na interioridade do homempiauiense os valores de uma aristocracia rural, com seu tanto de nobreza e que não se confunde com a aristocracia do dinheiro; e sem os confrontos violentos de vida e morte entre famílias, prolongados por gerações sucessivas, por questões de terra, por questões políticas e por outras questões - como ainda hoje acontece lá no Nordeste oriental, onde se verificavam, até há algumas décadas atrás, confrontos violentos como forma de justificação pelas próprias mãos, como

reparo a pretensas impunidades; constituindo-se, aquele meio ambiente cultural, em *habitat* do cangaço e da jagunçada, da tocaia para matar, nos grandes sertões e suas veredas. Mas sem as cores de epopeia das pinceladas romanescas de Guimarães Rosa; sem a confrontação leal em campo aberto; sem heroísmo. Já quanto ao sossegado homem piauiense, não lhe habitava o íntimo ambição maior que alimentasse, intensamente, as aspirações coletivas, motor do desenvolvimento; nem lhe preocupava a predisposição para o exercício defensivo do senso crítico. Será útil ter presente tais atributos quando se vier a tratar da ausência do Piauí dos da agenda nacional.

A interação entre o homem e a terra produziu, conforme já se assinalou, o desenho longilíneo do território piauiense (cf. Figura 1). Ademais, é baixa a densidade demográfica (Tabela 1): 12 hab./km², quando a do Maranhão, que também apresenta densidade demográfica baixa, todavia, é 50% superior à do nosso estado. Logo, deduz-se ser precária hoje a integração intraestadual. Faltava, até o início da década de 70 do século passado, ligação viária em asfalto que vencesse as longas distâncias entre os municípios de Luís Correia e Sebastião Barros, ligando o extremo norte ao extremo sul. Seria uma como que “vertebração” do território, conforme a terminologia utilizada pelo mestre em geopolítica, general Meira Mattos (1980, 1984). Esse papel integrativo vinha sendo exercido pela navegação a vapor no Rio Parnaíba, com seus 1.235 km navegáveis, na época: segunda metade do século XIX, primeira metade do século XX. Com a extinção da navegação, o rio deixou de desempenhar esse papel; situação agravada pela construção da Usina de Boa Esperança - bem-vinda usina, mais bem-vinda ainda se, tendo partido em dois o Rio Parnaíba, as eclusas (Figura 1) tivessem sido concluídas. Só no início dos anos 1970 foi enfim feita a ligação asfáltica até inicialmente o município de Corrente, prosseguindo, em oportunidade subsequente, até o extremo sul.

3 Investimentos públicos não piauienses no Piauí

A Tabela 1 põe em evidência fatores quantitativo-qualitativos. Eles são responsáveis, até certo ponto, pela ausência, na Agenda Nacional, dos temas piauienses - mesmo aqueles que mais interajam com os da escala nacional. Afigurou-se

Figura 1 - Coluna vertebral imaginária e eclusas. Piauí.



Tabela 1 - Maranhão, Piauí, Ceará e São Paulo. Alguns dados para uma visão comparativa

Estados Itens	MA	PI	CE	SP
População (h) (2007)	6.118.995	3.032.421	8.185.286	39.827.570
Área (Km ²)	333.365,6	252.378,5	146.348,3	248.808,8
Densidade demográfica (h/Km ²)	18,4	12,0	55,9	160,1
Deputados federais	18	10	22	70

pertinente pôr lado a lado, comparativamente, alguns referenciais das unidades federativas vizinhas: Maranhão e Ceará, bem como do Estado mais forte econômica e politicamente do País: São Paulo. A comparação apenas entremostra a relatividade do Piauí no contexto da correlação de forças políticas da nação, a exigir esforço redobrado, consensual e sincrônico de nossa representação congressual. Antigamente, havia uma propaganda que dizia assim: “Quem não é o maior tem de ser o melhor.”

Os grandes investimentos do poder público federal no Piauí só ocorrem quando se dá a

conjugação entre, de um lado, o imperativo da realidade geográfica e, de outro, motivações transpiauenses; motivações das escalas regional ou nacional, não da escala especificamente estadual piauiense. Veja-se o caso da construção da usina (regional-nacional) hidroelétrica de Boa Esperança: uma certa ocorrência de uma estrutura do terreno referida ao Rio Parnaíba, emersa das águas, imersa nelas, com seus níveis, desníveis, impôs que a usina fosse construída ali e não acolá, aqui e não mais adiante. De novo sobre as eclusas: embora necessárias a “emendar” o rio “partido” em dois pela usina, as eclusas quedaram-se esquecidas, porque seriam, aparentemente, do interesse apenas do Piauí. As percepções regional e federal não detectam que certos investimentos, tendo como beneficiário o Piauí, na verdade, beneficiarão o todo regional e o todo nacional.

Ao dar-se continuidade à análise dos investimentos no estado sob os auspícios da União, veja-se o caso das rodovias federais, até o início dos anos 1970, as quais atravessavam o Piauí. Como que fugindo dele (cf. Figuras 2 e 3), alheias a uma, por assim dizer, coluna vertebral imaginária (cf. Figura 1, na página anterior, e Figura 3), do extremo-norte ao extremo-sul, que presidisse a integração intraestadual.

Figura 2 - Rodovias transversais



Figura 3 - Rodovias de integração



Tratava-se - repita-se - de investimentos públicos não piauienses no Piauí. Os quais, por não piauienses, estavam desafinados: desafinados em relação ao perfil longilíneo do mapa estadual. Ou, mais objetivamente, em desarmonia com seu perfil geoeconômico. Eventualmente, o estado obteve empréstimo de US\$ 10 milhões, no ano de 1972, e fez a ligação asfáltica até Corrente, como já dito. E construiu, por delegação, a ligação asfáltica de Teresina a Luís Correia. Desse modo, fez as pazes entre o sistema rodoviário central e a especificidade da configuração geográfica do Piauí. Seguem-se outras ilustrações vivas, atuais, agendadas no Brasil para agora e consagradoras de centros de decisões - decisões tomadas fora do espaço político do Piauí - que dizem respeito direta ou indiretamente ao estado.

O roteiro da Ferrovia Transnordestina (Figura 4, a seguir), como se sabe, integra a produção de *commodities* à logística da região Nordeste - principalmente soja, milho e algodão, ocorrente no sudoeste do território piauiense e adjacências; portanto, segundo a escala regional nordestina. Essa ferrovia poderá talvez interessar ao estado do Piauí, mas não como estímulo à produção daquelas *commodities*. Com efeito, já hoje, a produção delas na Mapitoba (área de cerrado nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia) vem crescendo à taxa extraordinária de 10% ao ano, segundo estimativa conservadora. Essa

ferrovia poderá vir a interessar ao estado do Piauí, isto sim, como opção a mais para o escoamento da produção. Há anos os empresários da região (Mapitoba) esperam a construção de um terminal de exportação de grãos - hodiernamente, os embarques ocorrem nos intervalos de carga de minério da Vale, no estado do Maranhão.

Figura 4 - Ferrovia Transnordestina



E quanto ao Porto do Pecém, no Ceará? Ninguém se iluda, quanto à capacidade do Ceará para constituir-se eternamente em alternativa de base exportadora de produtos de outros estados. É que os dois empreendimentos-âncoras do Porto do Pecém serão uma usina siderúrgica e uma refinaria de petróleo. Suas matérias-primas virão de fora e chegarão pelo mar. Os demais empreendimentos do retroporto receberão por terra suas matérias-primas. Daqui a 10 anos, como estarão o tráfego marítimo, navios chegando, portadores de matérias-primas para a refinaria e a siderúrgica, e navios saindo de ambos os empreendimentos, levando produtos acabados? E a intensidade do tráfego por terra, por mais inteligente que venha a ser a concepção logística, como ficará? Aí surge, como antevisão, o papel do Porto de Luís Correia, quer como apoio às nossas próprias transações, quer como porto alimentador em apoio a Itaqui e ao Pecém. Daí caber esta auspiciosa informação: recente visita de missão do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT) a Teresina, chefiada por qualificado técnico, Dr. Adão Proença -

tendo como interlocutor proativo o secretário dos Transportes, Dr. Avelino Neiva, conjugadamente com a postura positiva do secretário do Planejamento, Dr. Sérgio Miranda - revelou, primeiro, a preocupação do governo federal para com a tendência ostensiva, de estrangulamento, da infraestrutura nacional em apoio às exportações; e, em seguida, a compreensão de que o Rio Parnaíba e, como coroamento de sua navegabilidade, o Porto de Luís Correia apresentam-se como uma das alternativas voltadas para o desafogo, dentro de uma visão logística nacionalmente abrangente. Fui honrado por convite do secretário Avelino para participar das reuniões de trabalho com a Missão DNIT, das quais saí otimista.

Certa vez, compareci, como simples expectador, a uma reunião destinada a empresários. Fiquei chocado, quando o empresário expositor disse com todas as letras que não se sabe para que servirá o Porto de Luís Correia. Eu me encontrava ali como um "estranho no ninho". Assumiria postura antiprotocolar, se protestasse. Preferi deixar o recinto, em defesa de minha saúde. Reflexões com a cabeça fria levaram-me a esta conclusão: a alienação daquele empresário expositor deve ser vista com compreensão, pois se trata de caso particular da alienação geral que envolve a quase todos nós, piauienses, desconhecedores que somos de nossas riquezas, e, portanto, desconhecedores dos produtos que poderiam ser exportados pelo Porto de Luís Correia.

Façamos uma incursão, ainda que breve, pelo tema das oportunidades de investimentos do Piauí. Não seria possível apresentar aqui e agora relação exaustiva de nossas oportunidades de investimentos. As menções que serão feitas de passagem têm caráter ilustrativo e ressaltam apenas aquelas oportunidades clássicas - algumas das quais já exploradas no passado para exportação, após receberem, na época, tratamento industrial ainda elementar, isto é, sem o apoio daquelas técnicas avançadas, já praticadas pelos países importadores do Primeiro Mundo.

Aquelas mesmas matérias-primas clássicas são agora contempladas sob novo olhar. A universalização das informações e a mundialização dos mercados permitem hoje, até certo ponto e sob certas condições, o acesso a técnicas de produção atualizadas. Importante: alguns entre os próprios produtores do Primeiro Mundo, eles mesmos, neste clima global da mobilidade dos fatores de

produção, ou estão migrando para áreas consideradas periféricas no passado recente, como a China e a Índia e o próprio Brasil, ou, então, implantando unidades produtivas afiliadas nessas áreas.

Vejamos desde logo nossa mui querida carnaubeira, enquanto base de rica genealogia, geradora de cera, de celulose, de briquetes, de adubo orgânico, de biomassa para a produção de energia, ração animal, biodiesel. Vejamos também os fármacos, extraídos de vegetais do Piauí, do Maranhão e do Pará; e o babaçu, com seus derivados, tais como: linina, pentosana, fibra, carvão específico, gás, pirolenhoso, alcatrão, óleo. E mais: soja, algodão, calçados, e artefatos de couro, biodiesel da mamona, etanol - não só da cana, mas também da mandioca -, o mel de abelha, as frutas tropicais, inclusive orgânicas, líquido da castanha do caju, pescado e os minerais: opala, ametista, areia monazítica, sal gema, amianto, níquel, ferro, manganês, fósforo, gesso, calcaréo e águas minerais.

Os economistas sul-americanos aprenderam com os economistas norte-americanos que, quando se pretende fazer determinado investimento, deve-se avaliar, previamente, prudentemente, se o valor a ser investido terá retorno. É o conhecido recurso de identificação antecipada do benefício/custo. Mas há toda uma negação da validade desse método de trabalho, quando destinado a medir a justificativa econômica de investimentos públicos em áreas subdesenvolvidas. Os dados reveladores do perfil econômico de uma área subdesenvolvida são obviamente modestos. Se se alimenta a planilha de um computador com dados modestos, o resultado que sai lá na frente é coerentemente modesto. Não é possível, em área subdesenvolvida, medirem-se variáveis que ainda não existem. Cabe, então, aos planejadores recriarem - combinando realidade, desejo e bom senso - os cenários do presente, assim antevendo no futuro os benefícios almejados. Esta é a lição que os sul-americanos se autoministraram, alguns dos quais certamente lembrados do ensinamento do saudoso cientista social que foi Guerreiro Ramos, para quem cabe aos países subdesenvolvidos assumirem posição crítica, autônoma, de redução sociológica, frente às teorias importadas.

Alguém já ouviu falar sobre o teste do benefício/custo referente à construção da Ferrovia Transnordestina? Eu mesmo respondo: não, ainda

que possa ter sido feito precariamente, mas cearenses e pernambucanos estão construindo duas longas estradas de ferro de seus portos do Pecém e de Suape, as quais se encontrarão no meio do caminho e virão pinçar nossas *commodities*, não só representadas por soja, algodão etc., mas também por minério, começando pelo município de Eliseu Martins, no Piauí, e depois, em etapa seguinte, prosseguindo mais para dentro de nosso estado. Cearenses e pernambucanos sabem para que serve a Ferrovia Transnordestina, invasiva do território piauiense; alguns piauienses não sabem para que servirá nosso Porto, o Porto de Luís Correia, justamente destinado a exportar nossas *commodities* do sul do estado, do norte de Tocantins, do noroeste da Bahia e do sudeste do Maranhão, estas que serão fisgadas pelo Ceará e por Pernambuco, via Transnordestina. Notar que nosso Porto é ainda destinado a exportar a incomensurável produção do próprio norte do Piauí. Poderia ser invocado também o exemplo da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, da Bahia, com seus 1.527 km, percorrendo o percurso de Ilhéus-Barreiras e daí devendo prosseguir até Figueirópolis, em Tocantins. E a relação benefício/custo da Ferrovia Oeste-Leste, da Bahia? Quem conhece?

É claro que não se pode ser contra a construção da Ferrovia Transnordestina, tanto por se tratar de decisão irrevogável como porque o Piauí deseja crescer e prosperar dentro da comunhão nacional. As observações críticas apontam na verdade para dentro do Piauí; para a necessidade de criarmos condições para nossa autopromoção social e econômica; condições nossas, piauienses, entre as quais se sobressaem as de termos de implantar hoje, agora, projetos estruturantes, que não existem senão como intenção, como é o caso das metas felizmente contempladas pelo DNIT.

A primeira obra estruturante do estado do Piauí foi criada por Deus: o Rio Parnaíba, produto do artesanato divino, elaborado ao longo de milhões de anos do calendário cósmico: 1.344 km de rio. Aos cearenses, Deus não deu um rio como o Rio Parnaíba: deu-lhes o Rio Jaguaribe, rio seco - com 610 km de extensão; 45% da extensão do Rio Parnaíba, menos da metade. Os cearenses perenizaram o Rio Jaguaribe, mediante a construção de um grande açude - Orós - e de mais uns dois açudes. E fizeram do rio perenizado fonte de água para construir um açude, o Castanhão,

que é, sob certo ponto de vista, o maior da América Latina. O açude Castanhão assegurará o fornecimento de mais água para abastecer Fortaleza, com seus 2,5 milhões de habitantes. E já agora estão construindo um canal de 255 km, como se fosse, digo-o, como força de expressão, um rio artificial, que parte do Açude Castanhão, no interior do continente, e vai até o Porto do Pecém. É o Eixão das Águas - projeto estruturante garantidor de recursos hídricos ao Complexo Portuário do Pecém, ao passo que vai apoiando a agricultura em seu sinuoso percurso.

Mas, voltando ao Piauí e ao Rio Parnaíba, deve-se ao conselheiro Saraiva a descoberta do Rio Parnaíba destinado a desempenhar papel relevante no desenvolvimento de nossa economia: papel estruturante (cf. Figuras 6 e 7, mais adiante); por isso, mudou a capital de Oeiras para Teresina, o que teve de fazer sob forte escolta, frente à compreensível oposição do povo de Oeiras.

É preciso não esquecer nunca que o transporte fluvial é aquele que menos consome combustíveis: menos de 67% do consumo ferroviário; e menos de 27% do consumo rodoviário (Figura 5):

Figura 5 - Consumo de combustíveis. Transporte de 1.000 ton - 1 km

Aquavia < Ferrovia < Rodovia
4 litros 6 litros 15 litros

Fonte - Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)

Observo, de passagem: quem quiser conhecer o Rio Parnaíba, sua história, tem que, necessariamente, ler o livro da professora Dra. Gercinair Silvério Gandara (2010): "Rio Parnaíba... cidades-beira", editado pela Universidade Federal do Piauí - obra que seria apenas técnica, se também não fosse motivada por incontida paixão cívica, motivadora de exaustiva pesquisa, a qual fez, do texto, relicário de dados e de ideias e até de poesia.

Coube ao Rio Parnaíba operar ao longo de aproximadamente 100 anos como fator estruturante de nossa economia; e mesmo como fator de integração cultural: integração cultural cristalizadora de nossa identidade de povo semelhante a si mesmo e distinto dos demais, com sua tessitura inconsútil. Piauí uno; e forte.

Usinas hidroelétricas

Foi dito que os grandes investimentos do poder público federal no Piauí só ocorrem quando ditados

por interesses regionais ou nacionais, por vezes alheios ou até contrários aos interesses de nosso estado. Eventualmente, os interesses coincidem. Vimos o caso das rodovias federais; o exemplo da Usina de Boa Esperança; a situação, que felizmente vai mudar, de obras inconclusas: as eclusas de Boa Esperança; o Porto de Luís Correia.

Agora, vem-se cogitando a construção de cinco pequenas usinas hidroelétricas, providas de eclusas, ao longo do Rio Parnaíba. Cinco interrupções de umas 2 horas cada, atrapalhando a navegação contínua, quando o correto seria restaurar a navegação de Santa Filomena até a foz e deixar que, no futuro, o mercado ofereça visibilidade à obscura razão de ser, ou de não ser, dessas miniusinas, concebidas à revelia das necessidades especificamente estaduais piauienses.

O homem pode construir numerosas alternativas de geração de energia. O homem, porém, jamais teria a capacidade de construir um Rio Parnaíba, com seus 1.344 km de extensão. Edificar nele usinas hidroelétricas significaria destruí-lo e revelaria comovente ignorância a respeito do papel magnífico de um rio para a civilização e o progresso.

Restauração da navegação do Rio Parnaíba só até Teresina

Curiosamente, as opiniões prevaletentes dentro do Piauí apontam para a restauração da navegação do Rio Parnaíba de Santa Filomena só até Teresina. Como se daí para a foz não existisse mais rio nem, muito menos, um porto em construção como coroamento da navegação. Ao chegarem pelo rio a Teresina, as matérias-primas, em vez de prosseguirem até o porto piauiense, fariam transbordo para portos maranhense e cearense, por ferrovia, onde poderiam receber processamento agroindustrial ou industrial. Nem ao menos se fala - repito: dentro do Piauí - na restauração da ferrovia Altos/Luís Correia. Diz-se que relatório da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) recomenda a restauração só parcial do rio. O respeitável professor emérito da Universidade Federal do Piauí/ Campi de Parnaíba, ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Piauí, engenheiro Lauro Correia, teve acesso a esse relatório. Ele me contou que o relatório da JICA estudou a navegação só até Teresina porque a própria solicitação do estudo já

limitava o escopo da pesquisa. Dificilmente, japoneses se deteriam diante de limitações de matérias-primas não justificadoras do Porto, o que não é o caso. Para eles, limitações de matérias-primas não são fator limitante, porque o Japão, justo o Japão, é exemplo notável de desenvolvimento de um país desprovido inteiramente de matérias-primas e de terras agricultáveis, conforme todos nós sabemos. Aquele país importa praticamente tudo que processa industrialmente e repassa para os mercados interno e internacional, com competitividade vitoriosa, assentada em tecnologia de ponta, em voluntarismo e em capacidade de trabalho.

É indispensável - complementarmente à implantação da Ferrovia Transnordestina - que se agilizem as providências voltadas para a complementação de nossa infraestrutura interna. É a única maneira da criação de resistências ao esvaziamento das nossas perspectivas de agregação interna de valor aos nossos produtos primários, via agroindústrias e indústrias.

Segundo o professor Júlio Lopes Lima, quando presidente do Banco do Estado do Piauí (BEP), instituição de saudosa memória, nosso estado reúne a maior densidade de inteligência por metro quadrado. Assim sendo, é de se perguntar: por qual razão ainda não nos reunimos em torno de um projeto para o Piauí?

4 Satelitização do Piauí. Contrassatelitização

Poderíamos passar aqui horas e horas analisando e discutindo o Piauí. Muito ainda se teria a tratar sobre o desenvolvimento econômico de nosso estado. Em favor da síntese, passarei mais adiante a apresentar como exemplos - repito a palavra: exemplos - de projetos estruturantes: projetos estruturantes destinados a se constituir em pontos de resistência opostos à consagração da economia piauiense como satélite de economias outras, de estados próximos, bem dotados de infraestrutura estimulante das atividades produtivas, incentivadoras das exportações, geradoras de postos de trabalho, de receita e de tributos.

Note-se a crueldade desta constatação: quando não processamos por meio de agroindústrias ou de indústrias nossos recursos naturais dentro do Piauí, quando o processamento agroindustrial ou industrial é realizado sobre nossos recursos naturais em outro estado, significa que nós exportamos empregos, rendas e tributos, que

passam a ser gerados lá fora e não aqui. O que vem acontecendo é que os propósitos implícitos de nossa infraestrutura logística vem fazendo, do nosso estado, satélite dos estados do Maranhão, Ceará e Pernambuco.

Quer da ótica regional, quer do ponto de vista nacional, a exclusão do Piauí ou de qualquer outro estado da Agenda Nacional produz efeitos indesejáveis sobre o pacto federativo, subáreas desenvolvendo-se ao custo do subdesenvolvimento de outras. O todo nacional decorre, como se sabe, da consolidação dos municípios em estados e da consolidação dos estados na União nacional. Corrente com alguns elos fracos é corrente fraca. É indispensável corrigir os desequilíbrios internos para que o Estado brasileiro, assim fortalecido, sobre, afinado, as notas da singularidade nacional como contribuição para o concerto das nações.

5 Projetos estruturantes

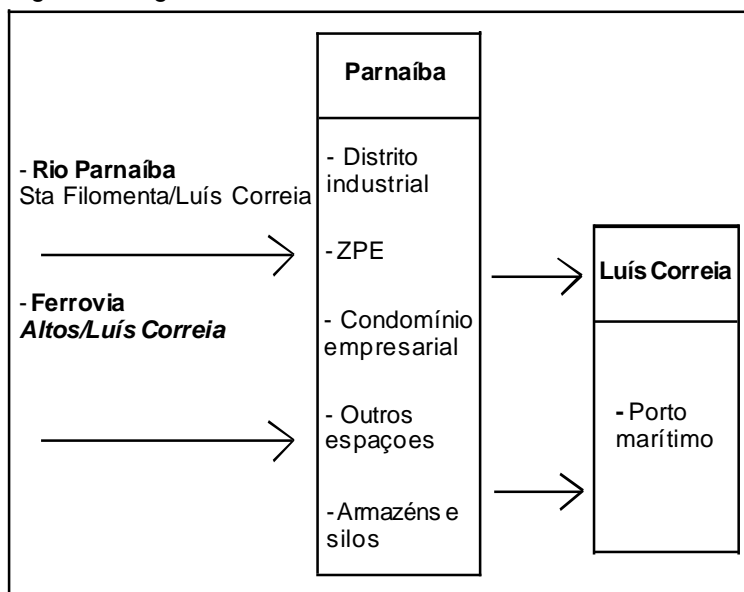
Mas não basta criticar, por isso, em consonância com o tema aqui considerado, seguem-se algumas sugestões de projetos estruturantes (Figuras 6 e 7). Não se tratará necessariamente de metas financiáveis com recursos públicos; o poder público poderá entrar com recursos sozinho ou em parceria, ou não entrar com recursos e apenas promover certas formas habituais de estímulos, como incentivos fiscais, obras de terraplenagem, disponibilização de energia e de recursos hídricos.

Rio Parnaíba, eclusas de Boa Esperança, Porto de Luís Correia e Ferrovia Altos/Luís Correia

O projeto estruturante, que é, de longe, o principal, é o da restauração da navegação do Rio Parnaíba, que é preciso restaurar com dragagem e realização de obras d'arte à navegação do Rio Parnaíba; e convertê-lo em "esteira rolante" transportadora de recursos naturais ou de produtos acabados até o Porto de Luís Correia -para tanto, concluir as eclusas de Boa Esperança e concluir o Porto, notando que falta pouco para isso.

A restauração da Ferrovia Altos/Luís Correia, assim criando mais alternativa de transporte oferecida à escolha do empresário, trata-se do principal complexo estruturante (cf. Figura 6, na p. 40), porque barateia o custo dos transportes, permite a agregação de valor dentro do Piauí aos nossos recursos naturais, quando agroindustrializados ou industrializados aqui, libertando-nos da falsa fatalidade de sermos estado satélite.

Figura 6 - Logística estruturante básica. Piauí



Teresina: as pessoas vêm aceitando como vocação de Teresina atuar como centro prestador de serviços de saúde e de educação. Mas Teresina, além de ser isso, pode ser mais: ponto de convergência de investimentos agroindustriais e industriais; começando pela implantação de **porto seco** e ainda pela implantação de **centros de distribuição**. O porto seco, ao desembarcar *in loco* produtos destinados à exportação; e os centros de distribuição, conferindo mais visibilidade aos tamanhos dos mercados de diferentes produtos - tudo isso poderá inspirar a implantação, em etapa seguinte, de unidades produtivas em Teresina (Como foi o caso emblemático das Bombas Leão Nordeste. O negócio começou em 2001 através de uma filial em Teresina, sob a forma de simples centro de distribuição). Há que se mencionar sem falta o **aeroporto internacional**, compatível com a categoria de Teresina como capital em notável ritmo de progresso.

Parnaíba: implantação da zona de processamento de exportação (ZPE); e construção de armazéns e silos.

Eliseu Martins: implantação de ZPE; implantação de campi avançados das universidades federal e estadual e implantação de unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFET-PI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); construção de armazéns e silos.

Picos: é preciso tirar partido de sua condição de entroncamento rodoviário. Cabe, certamente, a

implantação de centros de distribuição, primeira fase para a indução à implantação de fábricas.

Estradas, energia rural, comunicações: proceder a balanço sobre todo o território a respeito das situações - onde não existem ou quais os estados de conservação - das estradas estaduais, estradas vicinais e estradas municipais; proceder a balanço sobre como se encontra a energia rural, lembrando a possibilidade do uso de energia alternativa, gerada, por exemplo, por biomassa; e proceder a igual balanço no referente às comunicações, notadamente quanto aos impropriamente chamados grotões: pequenos municípios, vilas esquecidas, povoados aonde ninguém vai, ainda não cobertos por DDD e DDI, apesar da disponibilidade de recursos específicos.

Reinvenção da Fundação CEPRO: as sugestões aqui formuladas as concebi com base no bom senso. Mas tenho consciência de que não é assim que as coisas devem acontecer. Quando, em 1972 - portanto há 39 anos - promovi a criação da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (Fundação CEPRO), vinculada à Secretaria do Planejamento, não quis reinventar a roda: inspirei-me no exemplo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entidade onde trabalhei a convite do piauiense João Paulo dos Reis Velloso. A ideia consistia em que a CEPRO congregasse pesquisadores do mais alto nível, como os profissionais que consegui trazer para o Piauí, ex-alunos de Mário Henrique Simonsen (em sua época, o maior economista brasileiro), e com os bons profissionais que já havia no Piauí, caberia à Fundação CEPRO constituir-se em usina de alta voltagem geradora de pensamento, propositora de ideias à discussão da sociedade piauiense e à sua sanção. Parece que a CEPRO não foi compreendida, porquanto nos períodos que se seguiram àquele as duas dúzias de técnicos e funcionários de apoio logo cresceram para 700 funcionários. Porém, um tsunami político danificou a usina do pensamento. É indispensável, pois, reinventar a Fundação CEPRO, de modo a fazê-la retornar, pelo bem do Piauí, ao leito de sua concepção. Os estudos que ela, recriada, venha a formular, poderão ajudar-nos a refletir sobre os problemas de nosso estado.

Figura 7 - Síntese dos projetos estruturante

<p>O Estado no seu todo</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Navegação do Rio Parnaíba, eclusas de Boa Esperança, Porto de Luís Correia, Ferrovia Altos/Luís Correia ▪ Estradas estaduais, vicinais, municipais ▪ Energia rural ▪ Comunicações ▪ Reinvenção da Fundação CEPRO
<p>Teresina</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Porto Seco ▪ Centros de distribuição ▪ Aeroporto internacional
<p>Parnaíba</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Distrito industrial ▪ ZPE ▪ Condomínio empresarial ▪ Outros espaços ▪ Armazéns e silos
<p>Eliseu Martins</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ ZPE ▪ Campi da UFPI e da UESPI ▪ IFET ▪ SENAI ▪ Armazéns e silos ▪ Centros de distribuição
<p>Picos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Centros de distribuição

6 Conclusão

Concluo minhas palavras elevando o pensamento aos nossos maiores:

- a) à figura do conselheiro Saraiva, que compreendeu como ninguém o papel do Rio Parnaíba como estruturante natural de nossa economia; e mais: como meio vinculante de nossas comunidades, enlaçando em conagraçamento fraternal os piauienses do norte e do sul;
- b) à figura de Petrônio Portela, que era dotado de grandeza e, como estadista, foi o artífice maior da abertura política, fazendo aumentar em cada um de nós o orgulho de ser piauiense. Como Moisés, que buscava a Terra Prometida, onde corria leite e mel, também ele buscava a prometida Terra da Democracia, onde corria o mel e o leite da liberdade. Mas, também como a Moisés, não foi dado a Petrônio Portela chegar até lá: Deus onipotente permitiu que, antes, circunstâncias imprevisíveis o retirassem do tempo e o fizessem ingressar na eternidade;
- c) à figura de Alberto Silva; para ele, "o difícil

faz-se logo; e o impossível planeja-se para fazer amanhã". Pensava grande. Fez escolas, hospitais, esgoto e água tratada, casas populares, cultura, eletrificação de cidades, vilas e povoados, telefonia, rodovias no norte e no sul, com destaque para a rodovia que ia até Corrente; e assim por diante. Usou da reinvenção do governo para promover grandes realizações; e uma de suas maiores realizações foi a reinvenção do governo, que soube tomar ágil, eficaz, onipresente a todo o espaço geográfico do Piauí.

Esses três grandes homens públicos - como também outros que existiram e que aqui não estão sendo invocados - palmilharam os caminhos de nossa história deixando pegadas de luz. Que suas posturas engajadas nas causas maiores do Piauí inspirem nossas elites de dentro e de fora do poder público e que se constituam em motivação para nossos representantes políticos, na Assembleia Legislativa, na Câmara Federal e no Senado; principalmente no Senado, porquanto ali o peso político de nossos representantes é o mesmo dos representantes de cada uma das demais unidades da Federação. Expressemos nossa confiança em todos os nossos representantes no Congresso Nacional: o Piauí precisa deles. Mas, que ninguém se engane, o Piauí precisa também de todos nós●

Notas

¹ O autor agradece ao consultor e projetista Paulo Ramos Filho por suas críticas e observações, acatadas em grande parte. Fica a ressalva quanto à sua não corresponsabilidade para com as imperfeições sobreviventes, até porque o mencionado consultor não concorda senão parcialmente com os temas defendidos no presente texto.

² O autor agradece ao economista e geógrafo, professor Francisco de Assis Veloso, que abriu espaço em sua saturada agenda para enquadrar o texto que serviu de base a esta palestra aos cânones da forma acadêmica, sem compromisso dele, acrescentando-se, para com o conteúdo do estudo - ressaltando que não obscurece sua postura altamente estimulante.

Referências

- GANDARA, G. S. *Rio Parnaíba... cidades beira*. (1850-1950). Teresina: Edufpi, 2010.
- MATTOS, C de M. *Uma geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.
- MATTOS, C de M. *Geopolítica e trópicos*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1984.
- NUNES, O. *Pesquisas para a história do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova S.A., 1975. v. 1.

Um pouco de história

No ano de 1972, o piauiense Antônio Augusto dos Reis Veloso, então conceituado técnico do Ministério do Planejamento, cujo titular era seu irmão, o também piauiense João Paulo, telefonou ao autor do presente texto - na época, secretário do Planejamento do estado do Piauí - e comunicou que estivera com o gerente da agência do Banco do Brasil (BB), em Londres, o piauiense Castro Neiva, o qual lhe dissera da disponibilidade de US\$ 10 milhões para o Piauí fazer estrada. Essa disponibilidade de recursos, acrescentando-se aqui, coincidia com a meta do governador Alberto Silva de puxar (construir) a perna vertical do que ele e seu competente secretário de Obras, engenheiro Murilo Rezende, denominavam "Grande Y": a perna superior direita era representada pela rodovia preexistente Fortaleza/Teresina; a perna superior esquerda, pela rodovia também preexistente Teresina/São Luís; e a perna inferior vertical, a rodovia a ser construída até Cristalândia com esses dólares. A rodovia avançou até Corrente (cerca de 600 km), mas os recursos vieram de banco estrangeiro particular. É que o ministro Delfim Netto, da Fazenda,

a quem o BB era vinculado, não permitiu que o empréstimo fosse feito por aquela instituição financeira oficial, sob a alegação, que ninguém nunca entendeu, de que se trataria de estatização do crédito. Na época, dentro do espaço de liberdade restrito de um estado unitário, na prática, *versus* um estado federativo, na teoria, o Piauí pôde implantar esses 600 km na direção do sul, como esforço válido de vertebração da continentalidade piauiense.

*** Advogado e administrador de empresas; fez carreira profissional como técnico de desenvolvimento econômico do Banco do Nordeste do Brasil (BNB); foi secretário de Planejamento nos estados do Ceará e do Piauí, onde também exerceu a função de presidente dos respectivos bancos estaduais; superintendente adjunto de operações da SUDENE, na área de incentivos fiscais, e superintendente geral do sistema da Federação das Indústrias do Ceará (FIEC); professor do Depto. de Administração e pró-reitor de Planejamento da Universidade Estadual do Ceará (UECE); atualmente é consultor e preside o Instituto Pádua Ramos. (e-mail instituto.padua@uol.com.br).**

IDEIAS E INTELECTUAIS NA VIDA PÚBLICA: Raimundo Nonato Monteiro de Santana*

Por Washington Luis de Sousa Bonfim**

Num mundo totalmente desequilibrado, injusto, frenético, louco e cruel para tantos, as celebrações inventam pausas, desvendam olhares, promovem comentários, anedotas e risos que são o nosso trunfo (senão o triunfo) contra a finitude: essas causas perdidas. Mas, como dizia Frank Capra, são essas causas perdidas - igualdade, liberdade, justiça, amor, altruísmo e, sobretudo neste Brasil onde somos assaltados por altos funcionários federais em rede com justificativa ideológica, honestidade! - as únicas que valem o bom combate. Capra falou das causas perdidas num revolucionário filme de 1939! (Roberto da Matta).

Uma das questões mais intrigantes da vida de um piauiense é, certamente, o que é o Piauí? Na verdade, a terra natal é sempre algo que se transforma em uma marca de nossas identidades; pensemos, por exemplo, em franceses, ingleses, norte-americanos, russos, paulistas, gaúchos, mineiros e tantos outros exemplos. De certa maneira, esta é a minha leitura: sempre vivemos acabrunhados por sermos piauienses. Não que não tenhamos "orgulho de ser", muito ao contrário, talvez até exageremos neste orgulho, mas - tem sempre um "mas" - há tantos problemas, maus exemplos e últimos lugares em muitas e diversas coisas, que a "piauiensidade" muitas vezes nos parece um fardo.

Quando me convidaram para falar sobre o professor Santana no Salão do Livro do Piauí (Salipi), fiquei feliz e, confesso, amedrontado. Não queria, em nenhuma hipótese, fazer algo menor do que imagino ser a contribuição e estatura de Santana em nossa vida cultural. Por outro lado, tenho convicção, não sou a pessoa mais adequada para falar de sua obra, há tantos outros, como Francisco Veloso e Teresinha Queiroz, que o fariam melhor e com muito mais propriedade.

Creio ter argumentado com Wellington Soares sobre isto; não lembro a resposta, mas, como estou aqui, foi negativa. Assim, ao invés de melhorar, o medo aumentou. Dizer o quê? Homenageá-lo, discuti-lo, debater a obra ou buscar

o editor e sua incansável sede de ver a vida piauiense estudada, lida e debatida nos diversos fóruns de nossa vida cultural e acadêmica? Enfim, que aspecto abordar para podermos fazer jus à homenagem feita pelo maior evento de literatura e cultura do nosso estado? Decidi-me por ressaltar três coisas básicas. Em primeiro lugar, as ideias, a partir do contato mais próximo que tive com Santana, quando ainda de minha formação acadêmica, na Universidade Federal do Piauí (UFPI) e num grupo de estudos e pesquisas que criamos, focado na análise da literatura de filosofia da ciência e, já no seu final, algo de planejamento e desenvolvimento econômico. Em segundo lugar, como escrevi dois anos atrás, importa ver no intelectual Raimundo Santana o homem que esteve sempre à frente de seu tempo: na administração pública, na economia, na filosofia e na teoria social - para não falar, de modo mais específico, no editor que fez vir à luz quase uma centena de títulos, mas este é um aspecto que deixarei um pouco de lado, mencionando-o apenas agora à guisa de introdução. O terceiro aspecto, que mais me fascina, remete às ideias sobre as transformações do mundo contemporâneo, como as via ainda no final da década de 1990, portanto, ainda no século XX. Em “A nova realidade-mundo: as transmutações em curso”, o exercício de análise social parece-me, mais do que em qualquer outro lugar, um exemplo da mente e do alcance do pensamento de Santana (2009).

Antes de iniciar pelo conjunto de ideias que penso terem influenciado a sua obra, gostaria de resgatar uma cronologia que foi elaborada por Teresinha Queiroz (2009). Queiroz organiza em quatro momentos a produção de Santana. O primeiro, em torno do período de 1956 a 1965, baseado em estudos econômicos que são citados pela autora como “a invenção da história econômica do Piauí” (QUEIROZ, 2009, p. 9). O segundo momento focalizaria “as espacialidades [...] com ênfase no planejamento urbano, na regionalização, na organização espacial em correlação com as potencialidades econômicas” (QUEIROZ, 2009, p. 11). O terceiro conjunto de textos “retoma a discussão de natureza teórica, só que essa discussão agora se volta para uma reflexão universal que tenta recuperar, de forma ampla, a evolução da ciência econômica” (QUEIROZ, 2009, p. 13). Em síntese, diz Queiroz (2009, p. 17):

[...] no primeiro conjunto (de suas obras) o autor trabalha preferencialmente o tempo; no segundo o espaço; no terceiro trata das explicações do mundo no marco da ciência econômica; no quarto, esses saberes já estão articulados visto que a maneira como as ciências sociais se construíram ao longo do século XX já entrara em crise.

Considerando esta cronologia, gostaria de fazer esta discussão a partir de três bases principais da obra e pensamento de Santana. Em primeiro lugar, o papel da história; depois, o sentido filosófico do liberalismo político e do individualismo como norteadores de sua visão de mundo; finalmente, mas não menos importante, a urgência de compreender como as vicissitudes da teoria social do século XX se exauriram como capacidade de explicação do mundo social e sua aposta em um programa de pesquisa tão inovador que, em outros lugares (como em CASTELLS, 2010), muitos dos elementos aparecem em maior ou menor grau.

Esta compreensão da história, em especial da história econômica é um traço singular. Está presente desde o seu “Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos”, de 1964, uma de suas primeiras e mais importantes publicações, republicada em 2008, pela Fundação de Apoio Cultural do Piauí (Fundapi). De certa maneira, meu encontro com o Prof. Santana aconteceu por esta via, no final da década de 1980, quando realizava seminários sobre história econômica no Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), movimentando intelectuais de todo o País em torno do tema.

Interessante é notar que, na obra de Santana, a noção de história é pontuada por uma crença muito firme nos valores liberais. Cabe rememorar, então, uma influência muito importante no seu pensamento, Karl Popper; o filósofo austríaco, que se naturalizou britânico em 1945, e que tem enorme peso na obra de Santana. De um lado, estão as ideias ligadas à filosofia da ciência, à leitura de que a ciência avança por meio de conjecturas e refutações e que, em certo sentido, “a sociedade aberta” convive com uma ciência em que a busca da verdade é feita a partir do questionamento insistente dos pressupostos do conhecimento.

Em Popper (1982), o erro, como atitude científica, é essencial para a mentalidade do pesquisador, que está sempre buscando alcançar os limites de suas teorias, levantando hipóteses capazes de derrubar aquela arquitetura teórica já consolidada em prol do nascimento de algo novo: de uma teoria científica pode ser falsificada por uma única observação negativa, mas nenhuma

quantidade de observações positivas poderá garantir que a veracidade de uma teoria científica seja eterna e imutável.”

Ainda em Popper, vamos encontrar outro compromisso intelectual importante de Santana. De um ponto de vista filosófico, seu pensamento se guia pelo conceito de “sociedade aberta”, ou seja, pela ideia de que a vida humana se orienta a partir de nossas escolhas individuais e que as sociedades mais justas serão sempre aquelas capazes de prover liberdade individual, no seu sentido liberal mais completo, como direito inalienável do cidadão, algo que no Brasil ainda soa conservador, mas que, em realidade, constitui a base das nossas sociedades ocidentais.

Neste ponto, tenho de mencionar que a obra de Santana, tanto do ponto de vista histórico como da teoria social que procura formular, tem como pressuposto a recusa ao historicismo, algo que empresta da atitude intelectual de Karl Popper (1978). Neste autor, a crítica ao que denomina “the historicist doctrine of the social sciences” tem duas bases principais. Em primeiro lugar, a recusa da ideia de que a principal tarefa das ciências sociais seria fazer previsões sobre o desenvolvimento político e social do homem. Depois, que a tarefa da política fosse a diminuição das dores do parto do desenvolvimento político e social futuros. Ou seja, recusa-se à visão da política como algo demiúrgico, como tarefa destinada a cumprir profecias criadas a partir de um ponto de vista historicista.

Desta maneira, Santana, como Popper, compreende que a sociedade é uma espécie de agrupamento, que pode ser entendido como não mais (ou menos) que a soma de seus membros individuais. Assim, o que acontece na história é, em larga medida, não planejado e não previsto, resultado das ações individuais. Além disso, o planejamento social em larga escala seria inerentemente equivocado e desastroso, precisamente porque as atitudes humanas não podem ser antecipadas ou previstas.¹

Desnecessário dizer que um pensamento como este possuía consequências políticas fortes para quem levantava na segunda metade do século XX, quando a força do marxismo na academia brasileira era enorme e o pensamento liberal muito pouco desenvolvido e, de certa maneira, proscrito dos ambientes intelectuais mais prestigiosos do País. Neste sentido, a UnB e a Escola Superior de Guerra foram ambientes propícios ao desenvolvimento intelectual de Santana, que pôde

se dedicar a estas ideias um tanto distanciado da patrulha ideológica de esquerda que, até hoje, permanece viva em muitos lugares.

Se estou correto até aqui, gostaria de avançar um pouco mais e falar, como já mencionei, do aspecto de sua obra que mais me impressiona, as discussões sobre o papel das novas tecnologias de informação e comunicação na reconfiguração da vida social e política contemporânea. Creio ser correto dizer que esta reflexão marcou seu retorno ao Piauí, quando o reencontrei no final da década de 1990, início dos anos 2000.

Antes de iniciar, queria assentar um parâmetro na discussão, com o objetivo de pontuar algumas questões que podem ser objeto de análise futura, por parte daqueles que resolvam se dedicar à obra de Santana como uma perspectiva de leitura de nossa sociedade atual, notadamente com foco no Piauí. Castells, no prefácio de 2010, à sua obra “A sociedade em rede” (editada inicialmente no Brasil em 1996), refere-se à teoria social da seguinte maneira:

A relevância de uma teoria social, além do conjunto de provas reunidas para respaldar assuntos específicos, deriva, em última instância, da sua capacidade de explicar a evolução social, tanto na sociedade em geral como em algumas de suas dimensões, ou de, pelo menos, gerar uma interpretação mais fértil do que os arcabouços analíticos alternativos usados para estudar os determinantes e as conseqüências da ação humana no tempo e no espaço da análise (CASTELLS, 2010, p. III).

Na realidade, Castells está mencionando que, uma década depois do lançamento de seu livro, já seria possível avaliar algumas das ocorrências e, sob esta luz, avaliar os pressupostos da teoria social a que se propôs, ao escrever os três volumes de “A sociedade em rede”. O mais importante e na realidade o ponto que realmente gostaria de fazer, é que Santana, contemporaneamente aos grandes autores europeus, estava teorizando sobre os mesmos objetos, especialmente, como já mencionei, sobre as transformações da vida a partir das novas tecnologias.

Terezinha Queiroz, no prefácio à republicação de 2009, de “A nova realidade-mundo: as transmutações em curso”, resume com habitual clareza: “[...] Monteiro de Santana já abandonou as explicações estruturalistas, colocou sob suspeição as diferentes concepções de sociedade e inaugura seus estudos das redes móveis e pouco conhecidas na nova realidade-mundo.”

Na mesma edição, na introdução escrita pela coautora Rita de Cássia Santos, temos a dimensão da tarefa:

[...] a constituição da realidade-mundo é um processo apenas começado. Sua compreensão e, principalmente, a concepção de uma arquitetura desejada para sua evolução se coloca, hoje, como grandes desafios aos indivíduos e organizações. A questão de fundo mais fundamental é como as ações humanas interagem com a base material e o tecido de tradições e instituições disponíveis para formar uma realidade que se tece sob novos parâmetros espaço-temporais (SANTANA; SANTOS, 2009, p. 20).²

No contexto desta análise, não é o caso de amidar reflexões específicas sobre as ideias do autor, mas convém citar algumas passagens para mostrar a profundidade das questões suscitadas e das perspectivas ali envolvidas. Segue uma nova citação:

No início daquele ano de 1997, após alguns meses de pesquisa e de experiências desconcertantes com novos eventos políticos, econômicos e culturais, apercebemo-nos de que tentávamos desesperadamente ingressar em um mundo que não era aquele no qual havíamos nascido... Mas que mundo? Que eventos causavam-nos aquela sensação inquietante de ter definitivamente deixado para trás as velhas raízes, sem ter ainda conseguido sustentarmo-nos nas novas ou sequer localiza-las? (SANTANA ; SANTOS, 2009, p. 23).

Os autores então descrevem:

A realidade-mundo seria o ambiente humano integrado em escala mundial, em que os problemas e as tentativas de solução não se circunscreveriam a fronteiras políticas ou culturais, mas envolveriam e afetariam as ações, decisões, estilos e qualidade de vida de todos os indivíduos. A realidade-mundo, para usar uma expressão sintética, seria o espaço coletivo de vizinhança de todos os indivíduos com todos os indivíduos (SANTANA & SANTOS, 2009, p. 23).

Em outra passagem:

Parecia-nos que as explicações eram muito parciais, dado que não nos permitiam visualizar como as ações humanas interagiam com a base material e o tecido de tradições e instituições disponíveis para formar a nova realidade-mundo. Homens que habitavam televidades, com bairros interligados por redes comunicacionais, estruturas econômicas planetarizadas e unidades de sobrevivência política distintas do estado-nação que conhecemos hoje eram eventos anunciados... Ponderamos que a realidade se forma pela concorrência de elementos materiais, mentais e culturais em interação, afetando-se uns positivamente e reforçando suas opiniões, outros negativamente e esmaecendo seus efeitos. Os elementos em questão não são apenas os seres humanos, que têm opiniões no sentido literal da palavra. São também objetos físicos inanimados,

como computadores e aviões, e objetos culturais e intelectuais, como o consumismo e a linguagem numérica. Esses elementos físicos, culturais e intelectuais disponíveis ao interagirem com a mente humana, suas ideias, valores e sentimentos, viabilizam ou favorecem a ocorrência de certos eventos e, então, opinam por um determinado perfil da realidade futura (SANTANA; SANTOS, 2009, p. 31-32).

Duas observações merecem destaque neste ponto. Em primeiro lugar, esta compreensão da transição que vivemos é extremamente sofisticada, em tudo consonante com as principais visões da literatura internacional sobre o tema, o que destaca a obra e os pontos de vista de maneira muito interessante, no contexto de nossa produção acadêmica local: pensar o mundo a partir do Piauí, projetar esta nova realidade como elemento indissociável da perspectiva de uma nova teoria social. O segundo ponto tem estreita relação com o primeiro. Santana propôs uma agenda de pesquisa extremamente inovadora, porque fundamentada numa compreensão, vou arriscar, holística da sociedade e dos indivíduos em seu interior.

Qualquer um de nós sabe que a ciência no Brasil, nos últimos 10 ou 15 anos, vem ganhando enorme institucionalidade com a criação de novos cursos de pós-graduação *stricto sensu* e, também, com o aumento da produção científica que deles deriva. Contudo, as regras de produção e os parâmetros de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) hoje representam um entrave muito sério a projetos de longo prazo. Na realidade, vivemos uma cultura dos pequenos *papers*, fragmentos de pesquisas que se acumulam a partir de uma série de publicações pontuais, quase sempre no formato de coletâneas, que só a muito custo deixam transparecer os contornos teórico-metodológicos principais que vêm-se trabalhando nas diversas áreas, cada vez mais especializadas. Enfim, abandonamos as grandes compreensões e nos focamos na minudência dos vários aspectos da ciência.

Mais importante ainda, Santana e Santos descrevem uma transição importante que tem determinado uma nova compreensão do objeto das ciências sociais e, também, influenciado a pesquisa em novos campos, para não falar das várias crises que se superpõem na esteira das transformações que tematizam.

Gostaria de citar novamente Castells, no livro já mencionado, para dar relevo ao ponto que estou

tentando fazer, qual seja, de que Santana, como intelectual, sempre esteve à frente de todos nós na compreensão e abordagens. Cita Castells (2010, p. 1):

A urgência de uma nova abordagem para que compreendamos o tipo de economia, cultura e sociedade em que vivemos é intensificada pelas crises e conflitos que caracterizaram a primeira década do século XXI. A crise financeira global; as mudanças drásticas nos mercados de negócios e mão-de-obra; o crescimento irrefreável da economia criminosa global; a exclusão social e cultural de grandes segmentos da população do planeta das redes globais que acumulam conhecimento, riqueza e poder; a reação dos descontentes sob a forma do fundamentalismo religioso; o recrudescimento de divisões nacionais, étnicas e territoriais, renunciando a negação do outro e, portanto, o recurso à violência em ampla escala como forma de protesto e dominação; a crise ambiental simbolizada pela mudança climática; a crescente incapacidade das instituições políticas baseadas no Estado-nação em lidar com os problemas globais e as demandas locais: tudo isso são expressões diversas de um processo de mudança multidimensional e estrutural que se dá em meio a agonia e incerteza. Estes são, de fato, tempos conturbados.

Esta longa reflexão de Castells serve-me como mote para fazer uma aproximação do ponto derradeiro que gostaria de mencionar nesta palestra. Perdoem-me, mas preciso recorrer a uma nova citação, pois aprendi com Santana que as ideias devem ser vistas sobre os “ombros dos gigantes”:

O terrível é que, nesse mundo de hoje, aumenta o número de letrados e diminui o de intelectuais. Não é este um dos dramas atuais da sociedade brasileira? Tais letrados, equivocadamente assimilados aos intelectuais, ou não pensam para encontrar a verdade, ou, encontrando a verdade, não a dizem. Nesse caso, não se podem encontrar com o futuro, renegando a função principal da intelectualidade, isto é, o casamento permanente com o porvir, por meio da busca da verdade (SANTOS, 2010, p. 74).

Volto, então, ao meu ponto de partida. O Piauí talvez seja, entre os estados da nossa federação, o menos estudado de todos. Há inúmeras razões para isto: pequeno desenvolvimento do setor educacional na primeira metade do século XX; a pouca expressividade de sua economia, portanto, os meios escassos das famílias locais para proverem educação aos seus filhos; e, finalmente, inevitável dizer que, da parte do poder público, educação não foi uma prioridade clara. Sendo assim, contamos em poucas dezenas os estudos e os estudiosos que se dedicaram à tarefa de compreender o Piauí, oferecendo contribuições efetivas para nosso conhecimento sobre a história, economia e sociedade locais. Entre eles, R. N. Monteiro de Santana é um dos mais destacados, como

vimos, pela versatilidade dos temas, inovação nas abordagens e comprometimento sincero com ideias novas, capazes de mobilizar nossa compreensão sobre os grandes desafios estaduais.

Monteiro de Santana, natural de Campo Maior (PI), possui uma trajetória intelectual das mais interessantes. Não seria incorreto afirmar que ela se inicia pelo impacto que a vida pública exerceu sobre sua pessoa, quando do exercício do mandato de prefeito de Campo Maior, durante a década de 1950. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais, o jovem Santana deparar-se-ia com os rigores de uma cultura política patrimonialista e clientelista que, se não impediram o êxito de sua administração, afastaram-no em definitivo da vida pública, ou pelo menos dos cargos eletivos.

A curiosidade e o espírito inquiridor o trouxeram a Teresina e, entre os anos 1960 e 1970, sob meu ponto de vista, Santana cravou na história estadual o seu maior feito, a “constituição” da ideia de planejamento governamental na administração pública piauiense, criando o que vem a ser hoje a Secretaria de Planejamento. Como influência definitiva - muito mais comentada do que estudada - o professor, intelectual e ex-prefeito deixava ali uma marca importante para a evolução dos destinos governamentais do Piauí.

Segue do Piauí para Brasília, para a Escola Superior de Guerra, para os Estados Unidos, e se fixa no Departamento de Economia da UnB, não sem antes dar sua definitiva contribuição para a formação da nossa Universidade Federal do Piauí, já no início dos anos 1970. Na UnB, durante duas décadas, formou gerações de economistas voltados ao pensamento livre e aberto, sob inspiração de Karl Popper, de quem passou a ser profundo conhecedor e disseminador de suas ideias.

A paixão pelas ideias liberais o levou a realizar seminários, orientar teses e construir relações importantes no meio acadêmico nacional, levando seus interesses intelectuais para além das suas origens, terminando por forjar um intelectual completo, de larga visão epistemológica, afeito às discussões mais fronteiriças das ciências sociais de uma maneira geral.

Foi no retorno ao Piauí, já durante os anos 1990, que Monteiro de Santana desenvolveu suas ideias mais ambiciosas, enfrentando, com ajuda de estudantes e outros intelectuais, os temas mais próximos àquilo que hoje conhecemos pelo termo “globalização”, reunindo em livros e seminários suas contribuições mais expressivas. Da globali-

zação, aos temas ligados à cultura e ao patrimônio imaterial de nossas sociedades; mas, ainda mais importante, à criação da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Piauí, coma edição de livros importantes para o resgate intelectual de autores e ideias que ajudam a tecer a teia social chamada Piauí. Monteiro de Santana, como diria Fonseca Neto, é incansável, “um jovem de oito décadas”.

A obra do intelectual Monteiro de Santana, como tal, é um tesouro a ser resgatado, com inúmeras pistas de pesquisa e reflexão sobre temas variados. Mais do que isto, em um lugar onde o livre pensar sempre esteve em segundo plano e em que não abundam as referências intelectuais genuinamente piauienses, mais do que a obra em si, o exemplo de Monteiro de Santana merece atenção e reflexão.

Sem nenhum favor, quis eu indicar para o público piauiense duas grandes lições. Em primeiro lugar, que a vivência intelectual em nosso estado teve a capacidade de produzir um intelectual insinuante, que flerta o tempo inteiro com temas de profunda inspiração humanista. Depois, que este ambiente, hoje renovado por uma capacidade de produção intelectual que se vem produzindo desde meados dos anos 1990, tem muito a aprender com Santana, pela coragem das ideias, pela busca da verdade, das proposições que são informadas pela melhor literatura disponível na cultura contemporânea, sem amarras, preconceitos ideológicos ou compromissos sub-reptícios de quaisquer natureza. Que o Salipi o tenha homenageado em vida, repito, é um feito de extrema grandeza, como grande é este evento.

Humildemente, peço desculpas pelas falhas e, principalmente, por não haver honrado na plenitude a missão que me foi dada, mas, tenham certeza, poucas pessoas me são mais importantes em minha trajetória como intelectual público ●

Notas:

¹ Nesta discussão me apoio firmemente no resumo de ideias sobre a obra de Popper contido na “Stanford Encyclopedia of Philosophy”. Em alguns trechos, procedi à tradução de algumas das principais ideias sobre Popper ali descritas. O texto completo pode ser lido através do seguinte sítio eletrônico: <http://plato.stanford.edu/entries/popper#SocPolThoCriHisHol>
² Os três textos que deram base às reflexões de Santana e Santos foram originalmente publicados nos anos de 1997, 1998 e 2001.

Referências

- CASTELLS, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. A Sociedade em Rede. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2010. v. 1.
- MATTA, R. da. A fonte da juventude. *Estadão*, 08 jun. 2011. [online]. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,a-fonte-da-juventude,729346,0.htm>>. Acesso em: 08 de junho de 2011.
- POPPER, K. R. *Lógica das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: UnB, 1978.
- POPPER, K. R. *Conjecturas e refutações*. Brasília: UnB, 1982.
- QUEIROZ, T. Prefácio: As escritas de R. N. Monteiro de Santana. In: SANTANA, R. N. M.; SANTOS, R. de C. L. F. *A nova realidade mundo*. Teresina: Fundapi, 2009, p. 7-17.
- SANTANA, R. N. M. de. *Evolução histórica da economia piauiense*. Teresina: Cultura, 1964.
- SANTANA, R. N. M. de; SANTOS, R. de C. L. F. *A nova realidade mundo: as transformações em curso*. Teresina: Fundapi, 2009.
- SANTANA, R. N. M. de; SANTOS, R. de C. L. F. *Ciência econômica: uma abordagem evolucionária*. Teresina, EDUFPI, 2011.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2010.

***Palestra proferida no Salão do Livro do Piauí (Salipi), que ocorreu entre os dias 5 e 12 de junho de 2011, em Teresina. Nesta 9ª edição do evento, homenageou-se o professor e acadêmico da Academia Piauiense de Letras, Raimundo Nonato Monteiro de Santana.**

**** Professor do Departamento de Ciências Sociais e dos Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociologia (UFPI).**

CONCEPÇÕES DE HEGEL E MARX DA TEORIA DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL

Por Enoisa Veras*

Na obra “Crítica da filosofia do direito de Hegel”, escrita por Marx (2005), encontram-se os pensamentos dos filósofos alemães Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Hegel (1770-1831) acerca, dentre outros temas, da teoria do Estado e da sociedade civil. No presente texto, pretendemos evidenciar alguns dos argumentos marxistas utilizados para refutar a teoria hegeliana do Estado e da sociedade civil.

Marx desenvolveu o seu pensamento crítico voltando-se para a realidade humana, procurando discernir o que é real e o que é aparente, bem como que consciência o homem tem da realidade e a maneira pela qual essa consciência é construída. Para Marx, a religião faz com que o homem crie e alimente ilusões sobre a realidade do mundo e de sua própria situação como ser social inserido nesse mundo irreal; mundo que é apenas fruto da imaginação humana. Portanto, o processo crítico deve ser iniciado com a crítica da religião, pois apenas dessa maneira o homem é capaz de libertar-se das ilusões acerca do mundo e de si próprio. A partir daí, com a sua razão e consciência esclarecida, o homem descobre que concebia um falso mundo e uma falsa imagem de si mesmo. Esse homem torna-se, então, capaz de realizar uma crítica da filosofia, da política e da economia e, assim, provocar o avanço da consciência individual e coletiva.

Podemos afirmar que a construção do pensamento marxista foi feita também a partir de Hegel. Discutindo e refutando a filosofia hegeliana, Marx amplia e fortalece a sua compreensão da realidade humana e do mundo.

O Estado hegeliano

O Estado é concebido por Hegel como a realidade concreta da ideia moral objetiva (ou eticidade) e da liberdade; e manifesta, por isso, o universal concreto, ou seja, o que é vivenciado. O Estado insere o ser humano em um contexto social

iniciado na família, viabilizado na sociedade civil e efetivado no Estado. Apenas com a referida efetivação, o ser humano passa a ser considerado objetivo, verdadeiro e ético. Observa-se que, em Hegel, a existência concreta do homem se dá somente com a sua participação no Estado. O homem passa a existir apenas depois do Estado, pois é ele que possibilita a sua existência objetiva. A família e a sociedade civil são pensadas como etapas do **autodesenvolvimento de si e do Estado**, uma vez que cada um desses estratos sociais possui, mesmo de forma rudimentar, a ideia do Estado. Hegel (2003, p. 216) afirma que “o Estado é, em geral, o primeiro. Na sua intrinsecidade, a família desenvolve-se em sociedade civil, e o que há nestes dois momentos é a própria ideia do Estado”.

Na sociedade civil - que é constituída por três momentos: o sistema de carências, a justiça e a administração pública e corporações -, os princípios da particularidade e da universalidade têm fundamental importância. No primeiro momento - sistema de carências -, o desejo e a satisfação pelo trabalho são observados e devem ser garantidos, tanto sob o ponto de vista particular como coletivo. No segundo, a existência da justiça é compreendida como garantia do respeito pela propriedade privada e pela liberdade. No terceiro, a administração pública e as corporações limitam os aspectos contingenciais que formam a natureza humana. As corporações são consideradas a segunda raiz moral do estado; a primeira é a família.

Hegel entende que os princípios da particularidade e o da universalidade são dependentes e necessários porque quando a particularidade desenvolve-se até a totalidade “o princípio da particularidade transforma-se em universalidade, pois só aí encontra a sua verdade e a legitimação da sua realidade positiva” (HEGEL, 2003, p. 170).

O Estado em Marx

Marx, ao contrário de Hegel, não possui uma teoria sistemática do Estado; as suas ideias sobre essa questão podem ser encontradas nos seus inúmeros escritos. Na crítica à filosofia do direito hegeliana, observa-se que Marx (2005) possui uma concepção negativa do Estado, apresentando uma democracia radical, quando defende o desaparecimento do Estado e da sociedade civil.

A origem da concepção marxista negativa do Estado está na compreensão que o filósofo possui do domínio que a classe dominante mantém sobre a sociedade para garantir, a qualquer custo, os seus interesses e as suas propriedades privadas. (BOBBIO, 1997). O Estado torna-se apenas um instrumento de coerção, no sentido de manter uma estrutura social favorável aos interesses da classe dominante e, por isso, a solução apontada por Marx é o desaparecimento do Estado. Em outras palavras, o Estado é determinado pelas condições objetivas das relações de produção que dão origem às desigualdades entre os proprietários e os que não têm propriedade dos meios de produção. Para manter unida essa sociedade de desiguais, é imprescindível o uso da força do Estado.

Para Marx, não há Estado bom ou ruim, pois todos são ditaduras - ou é a ditadura da burguesia ou a ditadura do proletariado. O melhor Estado seria aquele que criasse condições para tornar possível o fim do Estado e, assim, também possibilitar o surgimento de uma sociedade na qual as novas relações de produção resultariam no desaparecimento das divisões de classes.

A sociedade civil, segundo Marx, é simultaneamente um sistema econômico e um sistema de necessidades. Neles, os homens se encontram situados nos vários estamentos sem estabelecer quaisquer relações com a universalidade da comunidade. Em Hegel, o essencial - que é a participação do homem na coletividade - é compreendido apenas como um meio; já a atividade profissional deixa de ser um meio pelo qual o homem busca realizar os seus desejos e aspirações, para transformar-se no essencial.

Essa inversão, delineada por Hegel, é enfaticamente contestada por Marx. Para ele, a separação dos homens, verificada quando eles integram diferentes corporações, sem quaisquer relações com a universalidade, além de dividir a

coletividade, dá a essa sociedade um caráter radicalmente individualista.

Convém lembrar que na sociedade civil hegeliana o voto é indireto. É eleito, apenas pelos integrantes de uma determinada corporação, um representante que irá defender os interesses particulares daquela corporação específica. Discordando de Hegel, Marx defende a participação de todos em todas as eleições, pois somente elas tomam possível a participação do indivíduo particular na universalidade do Estado. Segundo Aron (2005), a liberdade real considerada por Marx é apenas aquela que surge no interior da sociedade civil. A liberdade formal ou os direitos abstratos do cidadão se encontram em relação à vida real na sociedade civil da mesma maneira que estão com a vida eterna.

Marx (1983) afirma no prefácio de sua obra que quando se deparou com a compreensão de Hegel sobre as condições materiais da existência humana, elaborou a sua própria compreensão que é antagônica a de Hegel.

Observamos que o que é comum entre os dois filósofos é o esforço que cada um realizou para compreender e explicar porque são e como são as realidades concretas, nos seus aspectos possíveis ●

Referências

- ARON, R. *O marxismo de Marx*. São Paulo: Arx, 2005.
- BOBBIO, N. *A teoria das formas de governo*. Brasília: UNB, 1997.
- HEGEL, G. W. F. *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

RESENHA

Gramsci e as relações internacionais: imanência, aplicação ou tradução?

Por Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos*

GILL, Stephen (Org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*, Rio de Janeiro: UFRJ, 2007b.

O temário das relações internacionais não foi fluente e sistemático na obra do comunista italiano Antonio Gramsci. A despeito disto, questões importantes emergem sobre os estudos gramscianos voltadas ao temário internacional. Gramsci foi um autor totalmente datado, de perspectiva imanente, que permitiria a aplicação de suas categorias de modo exclusivo ao contexto em que elas surgiram ou foram abordadas? Ou, de modo diverso, tais categorias poderiam ser aplicadas em outros contextos? Ou, ainda, na tradição da perspectiva marxiana, seus conceitos seriam noções de caráter variável em função de sua singularidade histórica? Se certas categorias gramscianas podem ser ampliadas e desenvolvidas em relação a seu contexto original, como justificar isso nas dimensões teórico-prática e metodológica?

Essas questões passam ao largo do livro organizado por Stephen Gill, professor da Universidade de York, em Toronto, Canadá. Como ver-se-á, tal discussão não poderia ser negligenciada em face do conteúdo do livro.

A coletânea de Gill congrega elaborações de autores normalmente rotulados como neogramscianos ou pertencentes à vertente da teoria crítica das relações internacionais. Não se trata da única obra traduzida do autor para a língua portuguesa; Gill (2006) produziu análise sobre as contradições da supremacia norte-americana, na qual aspectos do pensamento gramsciano aparecem apenas marginalmente na sua linha de raciocínio. Essa é a mesma tônica encontrada na maior parte dos textos da coletânea aqui resenhada, junto com o uso livre de categorias gramscianas sem um substancial conhecimento da obra carcerária do prisioneiro de Mussolini (GRAMSCI, 1975).

Afinal, tratar no prefácio do livro (GILL, 2007d) de um príncipe pós-moderno, a partir da acepção gramsciana do moderno príncipe, para abordar os

movimentos de resistência ao neoliberalismo requer uma explicação. Gramsci (1975), nos seus escritos carcerários, “traduziu” o príncipe maquiaveliano a partir da elaboração do conceito de mito de Georges Sorel - isto é, incorporou os conceitos de Maquiavel e Sorel de modo a não reproduzi-los mecanicamente e para adaptá-los ao marxismo.¹ Para Gramsci, o moderno príncipe seria um novo ente político-partidário que criaria uma nova vontade coletiva com vistas à agregação de um projeto político revolucionário das classes subalternas. Nada é apresentado por Gill para justificar em termos de uma tradução gramsciana e marxista o significado de pós-moderno.

No mesmo diapasão, o autor não justifica o sentido de pós-hegemônica atribuída a propostas de pesquisas sobre Gramsci e à política global que busca elucidar na introdução do livro (GILL, 2007c).

Ao discutir a necessidade de uma nova epistemologia e ontologia para a teorização das relações internacionais, numa chave gramsciana (GILL, 2007a), Gill não demonstra um conhecimento mais aprofundado da obra do comunista sardo ao não discutir pontos fundamentais atinentes ao tema: o significado do conhecimento, do senso comum e da ciência em termos da construção de uma hegemonia.

As contribuições do mais conhecido neogramsciano, Robert W. Cox (2007a, 2007b), expressam o caráter livre e inacurado das apropriações das categorias gramscianas. A perspectiva de uma contra-hegemonia no contexto internacional é exemplar nesse sentido. Ressalte-se que não somente não aparece tal categoria na obra de Gramsci, como também o entendimento de que toda ação política busca a hegemonia, ainda que ela não seja detentora ou portadora da hegemonia mencionada. Outro exemplo seria o apego do cientista político canadense a um conceito em voga, como a globalização, para explicação de cunho generalista das

características do capitalismo. Tal raciocínio denota o desconhecimento do entendimento das diferentes temporalidades, diferentes ritmos de desenvolvimento do capitalismo em distintos Estados, ponto assinalado por Gramsci (apud MORTON, 2007).

Na mesma trilha da apropriação livre e do desconhecimento da obra carcerária gramsciana, em particular da edição crítica italiana dos cadernos carcerários organizada por Valentino Gerratana (GRAMSCI, 1975), preterida em favor de edições temáticas em língua inglesa, prevalece no restante das contribuições do livro um caráter secundário das formulações gramscianas nas análises. Não se menciona isso porque Gramsci tenha um legado dos mais amplos sobre as relações internacionais; o ponto no qual se insiste é o já mencionado desconhecimento da obra gramsciana - que limita as possibilidades de aplicação de análises de Gramsci a outros contextos em função do desconhecimento, como o já tratado exemplo da análise do desenvolvimento desigual do capitalismo, que se oporia ao entendimento de uma globalização de cunho homogêneo - e a ausência de uma preocupação de justificar o uso de certas categorias em contexto estranho àquele original feito pelo comunista italiano.

Um exemplo sobre um uso distinto de uma categoria gramsciana em relação ao seu formato original refere a várias contribuições do livro e aponta para a sociedade civil internacional ou global (RUPERT, 2007; PIJL, 2007; AUGELLI; MURPHY, 2007; GILL; LAW, 2007). Gramsci definiu o que chamou de Estado integral como a unidade orgânica entre sociedade civil e sociedade política, rompendo com a cisão clássica entre os dois conceitos. Estado e sociedade civil seriam separáveis apenas como distinção didática, metodológica (GRAMSCI, 1975). Os autores neogramscianos não levam em conta tal definição, tampouco tiram as consequências da mesma. Se Estado e sociedade civil são separáveis apenas do ponto de vista metodológico, abordar a existência de uma sociedade civil global ou internacional implicaria também em pensar um Estado global ou internacional. Todavia, este não é o caso considerado por todos eles. Conforme reiterado anteriormente, caberiam questões do seguinte teor: como traduzir esse conceito para o plano internacional e como justificá-lo em face da sua definição original por Gramsci?

Na mesma direção, se a hegemonia é um processo multidimensional de direção de uma fração de classe sobre outras ou mesmo de um grupo sobre outros, que existe também no plano internacional, como justificar o enfoque de Giovanni Arrighi (2007) presente no livro que ignora justamente a questão das classes sociais ao analisar as distintas hegemonias internacionais na perspectiva histórica?

Em suma, ao contrário do que sugere o título do livro, a coletânea organizada por Stephen Gill não contempla análises que permitam explorar ao máximo as potencialidades - ainda que em vários aspectos sejam limitadas - do legado gramsciano para as relações internacionais. Os autores da coletânea usam Gramsci de uma forma limitada e, ainda assim, quando o fazem, carecem de rigor e preocupação metodológica adequada. O historicismo absoluto que caracteriza a formulação de Gramsci permitiria, mesmo dentro destes limites, uma tradução de suas categorias. Contudo, isto deve ser feito de modo bastante cuidadoso ●

Nota:

¹ Ver mais a respeito em Galastri (2011).

Referências

- ARRIGHI, G. As três hegemonias do capitalismo histórico. In: GILL, S. (Org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 227-273.
- AUGELLI, E.; MURPHY, C. N. Gramsci e as relações internacionais. In: GILL, S. (Org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 201-226.
- COX, R. W. Gramsci, hegemonia e relações internacionais. In: GILL, S. (Org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007a. p. 65-99.
- COX, R. W. Questões estruturais de um governo global. In: GILL, S. (Org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007b. p. 367-406.
- GALASTRI, L. de O. *Revisionismo "Latino" e Marxismo*: de Georges Sorel a Gramsci. 2011. 301 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- GILL, S. As contradições da supremacia dos EUA, In: PANITCH, L.; LEYS, C. *Socialist register 2005*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. p. 37-59.
- GILL, S. Epistemologia, ontologia e a "escola italiana". In: GILL, S. (Org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007a.
- GILL, S. (Org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007b.

GILL, S. Gramsci e a política global. In: GILL, S. (Org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007c. p. 41-62.

GILL, S. Prefácio à edição brasileira. In: GILL, S. (Org.): *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007d. p. 11-40.

GILL, S.; LAW, D. Hegemonia global e o poder estrutural do capital. In: GILL, S. (Org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 157-197.

GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1975.

MORTON, A. D. *Unravelling Gramsci*. London: Pluto Press, 2007.

PIJL, K. van D. O socialismo soviético e a revolução passiva. In: GILL, S. (Org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 367-406.

RUPERT, M. Alienação, capitalismo e sistema inter-Estados. In: GILL, S. (Org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 125-156.

* **Professor do Mestrado em Ciência Política/UFPI; coordenador de grupo de estudos e pesquisas sobre Gramsci/UFPI; e pesquisador do grupo "Marxismo e Pensamento Político" do CEMARX (Unicamp).**

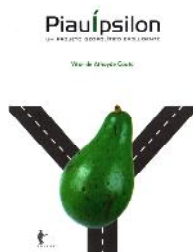
NOTAS

♦Será realizado na UFPI, nos dias 30 e 31 de maio de 2012, o "Seminário Internacional de Pesquisa em Economia Política do Jornalismo". O Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima/Decon-UFPI coordenará, junto com a Profa. Ms. M^ª Helena Almeida de Oliveira/CEUT, um dos três grupos temáticos - Tecnologias da informação e da comunicação (TICs) e cidadania. O evento é promovido pelo Grupo de Pesquisa de Economia Política da Comunicação, Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação e Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social/UFPI. Mais informações: <http://seminarioepj.blogspot.com>.

♦Tendo como um dos objetivos a implementação de processos teóricos e práticos de produção, comércio justo e manejo sustentável, é que está sendo desenvolvido um projeto de extensão universitária intitulado *Programa de formação e assessoria em Economia Solidária*, coordenado pelo Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima, no período de 20/01 a 31 de dezembro de 2012. A ação desse projeto, financiado pelo MEC-SESu, acontecerá no município piauiense de São João do Arraial, a partir de maio/2012, após conclusão de um curso de formação política para os 12 bolsistas que participam do projeto, dos cursos de economia (6), moda (3), serviço social (2) e comunicação (1).

♦O XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste (CISO Pré-Alas Brasil), com o tema Desenvolvimento, meio ambiente e paisagem humana do Norte-Nordeste: desafios e perspectivas, será realizado entre os dias 4 e 7/09/2012, em Teresina, promovido pela UFPI e UESPI em parceria com os Programas de Pós-Graduação em Ciência Política, Políticas Públicas e Antropologia e Arqueologia.

DICA DE LIVRO



Obra: Piauípsilon: um projeto geopolítico excludente
Autor: Vitor de Athayde Couto
Editores: Universidade Federal da Bahia
Ano: 2011

"[...] os políticos piauienses não se unem em defesa de um porto. Perdem-se vantagens comparativas. Enquanto isso, produtos *in natura* passam a circular pelo "grande ípson", revelando incalculável perda de empregos, renda e arrecadação. Sem norte, sem porto e sem porte industrial, a economia piauiense se reprimariza, subordinada à dinâmica industrial-portuária-exportadora dos Estados vizinhos."
Vitor de Athayde Couto

Expediente

INFORME ECONÔMICO

Ano 13 - n. 27 - abr. 2012

Reitor UFPI: Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Junior

Diretor CCHL: Prof. Dr. Pedro Vilarinho

Chefe DECON: Prof. Ms. João Soares da Silva Filho

Coord. Curso Economia: Prof. Esp. Luiz Carlos R. C. Puscas

Site DECON: <http://www.ufpi.br/economia>

Coordenador Projeto de Extensão Informe Econômico: Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima (s.olima@bol.com.br)

Conselho Editorial: Prof. Dr. Aécio Alves de Oliveira/UFCE, Prof. Dr. Antônio Carlos de Andrade/UFPI, Prof. Esp. Luis Carlos Rodrigues Cruz/Puscas/UFPI, Prof. doutorando Samuel Costa Filho/UFPI, Prof^ª Dr^ª Socorro Lira/UFPI, Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima/UFPI, Prof. Dr. Vitor de Athayde Couto/UFBA, Prof. Dr. Wilson Cano/Unicamp, Economista Ms. Zilneide O. Ferreira.

Coordenação, publicação e diagramação: Economista Esp. Enolisa Veras (enolisa@hotmail.com)

Revisão: Economista Ms. Zilneide O. Ferreira

Projeto gráfico: MHeN

Jornalista responsável: Prof. Dr. Laerte Magalhães/UFPI

Endereço para correspondência:

Universidade Federal do Piauí - CCHL - DECON

Campus Ininga - Teresina-PI - CEP.: 64.049-550

Fone: (86) 3215-5788/5789/5790 - Fax.: 86 3215-5697

Tiragem: 2.000 exemplares

Impressão: Gráfica UFPI

Parceria: Conselho Regional de Economia 22^ª Região-PI



♦Números anteriores das publicações do Curso de Economia - **Informe Econômico** e **Texto de Discussão** -, bem como as **Normas para publicação** no Informe Econômico e informações sobre o referido Curso, encontram-se no *site* da UFPI, na página do DECON: www.ufpi.br/economia.

♦Em face da entrada em vigor das novas regras ortográficas, os artigos foram revisados, respeitando-se o estilo individual da linguagem literária dos autores (seja culto ou coloquial), conforme a 5.^a edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP, 2009), aprovado pela Academia Brasileira de Letras.

